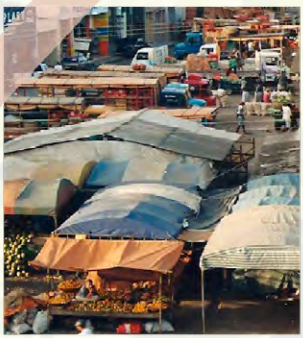
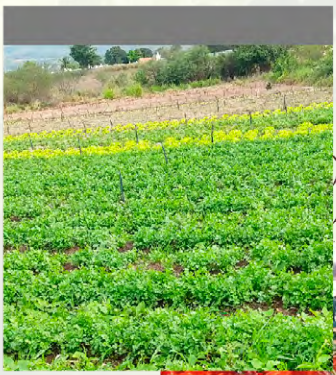
COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA *em Itabaiana/SE*

DIANA MENDONÇA DE CARVALHO

Criação Editora

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM ITABAIANA/SE

AUTOR
DIANA MENDONÇA DE CARVALHO

ISBN
978-85-8413-411-3

EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Pesquisa de Pós-doutorado realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS) no ano de 2021-2022, sob a supervisão do Prof. Dr. José Eloízio da Costa.

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA em Itabaiana/SE

DIANA MENDONÇA DE CARVALHO

Criação Editora
ARACAJU | 2023

Copyright 2023 by
Diana Mendonça de Carvalho

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
TuxpedBiblio (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

C331c Carvalho, Diana Mendonça de.
Comercialização Agrícola em Itabaiana - SE / Diana Mendonça de Carvalho; Prefácio de Emanoel Márcio Nunes. -- 1. ed. -- Aracaju, SE : Criação Editora, 2023.
154 p. ilus. fotografias
E-book: PDF.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8413-411-3.

1. Agricultura. 2. Comércio. 3. Cultura. 4. Espaço Geográfico. 5. Itabaiana - SE. I. Título. II. Assunto. III. Autora.

CDD 630:981.41
CDU 631(813.7)

ARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO
1. Agricultura; História de Sergipe.
2. Agricultura (Sergipe).

PREFÁCIO

A obra intitulada "Comercialização Agrícola em Itabaiana/SE", de autoria da professora Diana Mendonça de Carvalho, doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), encontra-se alicerçada em duas premissas centrais: i) a do espaço geográfico de Milton Santos, em que geralmente é compreendido a partir da sua modificação pela ação humana sendo, assim, constituído pelo espaço natural e pela sociedade e se apresentando em constante construção e transformação; e ii) pelas forças exógenas deste espaço, responsáveis pela condução da dinâmica da produção e da circulação das mercadorias, que promovem a diversificação produtiva e ativa mudanças na identidade dos sistemas locais de produção. Estas duas premissas são muito bem desenvolvidas pela autora em sua ação bem-sucedida quando do seu desafio em empreender uma análise da dinâmica da comercialização agrícola no município de Itabaiana, estado de Sergipe. No entanto, cabe ressaltar as formas de introduzir contribuições de outros autores, que abordam especialmente a perspectiva da relação campo-cidade, tendo em vista as recentes transformações ocorridas no contexto do espaço geográfico quando da cada vez mais intensa interação entre a produção de alimentos para uma sociedade cada vez mais urbanizada. Essa perspectiva está relacionada com processos de reestruturação agrícola que levaram à alteração da variedade

de produtos comercializados no mercado de Itabaiana; a face rural do município que mudou para uma característica mais predominantemente urbana e dinâmica; e a estruturação de comercialização sendo ainda mais potenciada com a construção no município de Itabaiana de uma significativa Central de Abastecimento (CEASA). Esses pontos em destaque, com suas respectivas abordagens e perspectivas sustentam a análise do espaço geográfico e das relações que definem as dinâmicas de localização e de globalização da produção e da comercialização dos produtos agrícolas do município de Itabaiana.

A presente obra possui relevância como ponto de partida para estudos e análises pertinentes ao tema, pois considera elementos que compõem o debate contemporâneo sobre a estruturação de sistemas agroalimentares no lado da produção agrícola, e a sua interface com as cadeias de valor no lado da comercialização. As cadeias de valor podem ser caracterizadas pelas cadeias curtas, ou *short food suply chain*, constituídas por agricultores familiares e com base na proximidade e localidade, e pelas cadeias longas, ou ou *long food suply chain*, caracterizadas pela ação das grandes empresas agrícolas e baseadas na regulação à distância e inseridas na complexidade das exportações e comércio global. Esta obra dá destaque, sobretudo, para a estruturação e funcionamento de processos produtivos que desencadeiam a dinâmica econômica por meio da comercialização agrícola, e ressalta que o espaço geográfico não pode ser simplesmente analisado a partir de uma única perspectiva ou abordagem, mas na compreensão, interpretação e explicação da sua variedade e diversificação.

No primeiro capítulo, a autora destaca com significativa propriedade o espaço geográfico como o local que proporciona os processos de modernização e de comercialização agrícola, além da construção e desenvolvimento de redes socioculturais. Ressalta a relação campo-cidade, rural-urbana, etc., como interações que se fortalecem cada vez mais na dinâmica das cadeias produtivas que

internalizam processos de modernização nas suas etapas, ou importantes elos, desde a produção até a comercialização agrícola. A análise busca abranger predominantemente em seu escopo o espaço e a localização das atividades produtivas e incorporar à dinâmica do mercado e do sistema produtivo as ideias de tempo, espaço, distância, localização e aglomeração. Incorporando a dinâmica da comercialização, a autora tenta reforçar a crença de que é no espaço geográfico que se constrói o espaço, o econômico e as relações socioculturais, através da transformação da produção, de elementos tecnológicos e das trocas realizadas pelos atores locais e globais.

No desenvolvimento do capítulo dois, a autora expõe elementos relacionados a escala, proporcionando um "retrato" do município de Itabaiana, utilizando a base do Censo Agropecuário de 2017, em que empreende um esforço no sentido de caracterizar os estabelecimentos dos agricultores familiares do município. Além da caracterização, é apresentada a preocupação com estruturas de governança constituídas por processos de gestão desses estabelecimentos de agricultores familiares, considerando a participação de pessoal ocupado, infraestruturas de mobilidade com acesso a meios de transporte e os recursos tecnológicos no âmbito do segmento da agricultura familiar de Itabaiana/SE. Além disso, ainda utilizando-se do Censo Agropecuário de 2017, é apresentado um detalhamento das lavouras e da criação de animais nos estabelecimentos da agricultura familiar, as condições de acesso a linhas de crédito para o financiamento das atividades e o potencial de receitas por parte dos agricultores familiares de Itabaiana.

Com a estruturação do capítulo três, a autora faz referência à dinâmica econômica de Itabaiana em que o Estado é colocado como força impulsionadora da transformação do espaço a partir das políticas públicas direcionadas para a geração de riqueza, tanto do aspecto econômico como de fatores não econômicos, a exemplo de melhores condições de vida da população. Neste caso, o Estado e com suas políticas públicas age como facilitador e indutor da

produção e da comercialização agrícola do município de Itabaiana, especialmente no atendimento às demandas de infraestrutura e de programas de desenvolvimento rural. O esforço aqui empreendido consiste na apresentação de um Estado que age no espaço rural de Itabaiana como um agente estruturador do desenvolvimento municipal. E essa ação estatal é realizada a partir do estímulo de fatores endógenos e locais, ou exógenos e globais, com influência suficiente para definir a concepção de progresso e ditar a posição e ritmo do desenvolvimento, e um exemplo marcante é o da magnífica estrutura para o comércio atacadista, que é a Central de Abastecimento (CEASA) construída recentemente em Itabaiana.

Ao discorrer sobre o capítulo quatro, o leitor se encontra com a apresentação da relação campo-cidade, como uma espécie de *continuum* em que tanto o caráter setorial da agricultura como a dicotomia rural-urbano parecem se dissolver numa interação possibilitada pelo encontro da produção com os mercados através da comercialização agrícola em Itabaiana. Nesta perspectiva, esta relação é de forma oportuna colocada como importante viés na promoção produtiva e comercial agrícola do município de Itabaiana, considerando as contradições quanto às transformações ao espaço geográfico, visando sua efetivação como espaço economicamente dinâmico. E esse dinamismo, inerente ao espaço geográfico, é colocado à luz da capacidade coletiva dos agricultores familiares, no momento em que estes são caracterizados a partir das suas relações com a técnica produtiva, com o uso de tecnologias e a agregação de valor, com formas de organização coletivas e com a construção de mercados a partir da interface possibilitada entre os povoados e o dinamismo urbano. No que se refere às características produtivas, organizativas e de construção de mercados, a autora foi muito feliz em constatar uma ainda fragilidade, no momento em que a fase da produção se encontra pouco estruturada, com a utilização de tecnologias de baixo custo e de reduzida produtividade, e uma baixa incidência na integração com cooperativas de agricultores familiares.

Essa combinação é revelada como uma característica do meio rural da região Nordeste do Brasil, onde existe uma reduzida participação da atuação dos agricultores familiares no processo produtivo e comercial por meio de cooperativas, ao mesmo tempo que mantém seus vínculos mais íntimos com os sindicatos no âmbito rural. E na leitura, é facilmente percebida a preocupação em enxergar a necessidade de ações que venham orientar no sentido da estruturação das cadeias produtivas e uma melhor gestão das suas fases, para que a agricultura e pecuária no espaço geográfico de Itabaiana seja mais competitiva por meio de maior eficiência. E os resultados poderiam surgir numa estratégia que o Estado com suas políticas possibilite a integração da agricultura familiar à agroindústria de pequeno porte (agregar valor com maior diversificação econômica), e com coordenação de cooperativas para construir e cada vez mais abrir acesso aos mercados agrícolas.

No capítulo cinco estão muito bem colocadas as necessárias interações no espaço geográfico, em que uma organização estruturada destaca o município de Itabaiana como possuidor do maior mercado atacadista agrícola do estado de Sergipe, e com influência em mercados regionais. Na leitura é facilmente compreendido que a dinâmica da comercialização agrícola do município de Itabaiana é estruturada em cadeias produtivas (mais cadeias curtas, ou *short food suply chain*), onde existe uma vinculação com a pulsante vida comercial e de serviços do município e da região. É nítida a importância revelada nesta obra do comércio atacadista agrícola em Itabaiana/SE (o que justifica a construção e funcionamento da CEASA), especialmente devido a intensa comercialização com variedade de vegetais: frutas, verduras e raízes, etc.; e de animais e seus derivados: frangos, ovos, carnes, etc. Além do comércio agrícola atacadista, o comércio varejista também se faz presente e marcante por meio da construção de cadeias curtas, ou circuitos curtos de comercialização, constituídos pela vibrante e diversificada feira de Itabaiana e por redes locais de supermer-

cados que dinamizam economias regionais ofertando e, de forma instantânea, comercializando produtos agrícolas para toda uma região do estado de Sergipe.

E a partir das perspectivas da geografia para interpretar e explicar a dinâmica da comercialização agrícola em Itabaiana, estado de Sergipe, pode-se de forma objetiva nesta obra, compreender as variadas conexões entre agricultores familiares e as estruturas produtivas e comerciais do seu espaço geográfico. Por fim, é importante registrar que a autora não exauriu o assunto nesta obra, com o intuito de que seja ampliada a agenda de pesquisas e análises sobre experiências de comercialização agrícola, além da necessidade de continuidade para novas abordagens e perspectivas em torno deste importante tema. Além disso, cabe sugestões no sentido de abrir e ampliar espaços para diálogo com outras áreas, a exemplo da Economia, da Sociologia, da Ciência política, entre outras, que versam sobre as possibilidades de estudos e interpretações dos fenômenos inerentes ao desenvolvimento rural e regional.

Mossoró, RN, 29 de julho de 2023.

Emanoel Márcio Nunes

APRESENTAÇÃO

A geografia é a ciência que estuda a interação do homem com a natureza na construção do espaço, mediante relações de trabalho. Diante disso, o espaço geográfico, categoria base da geografia, reflete os acúmulos históricos das ações do homem sobre a natureza. O espaço agrega dinamicidade e complexidades que decorrem de múltiplas variáveis, que não são fixas, mas dependentes de formas sistêmicas, construídas diante do tempo, lugar e técnica, a partir da interrelação entre forma, função, processo e estrutura, que organizam a sociedade e as acepções sobre a mudança desse espaço (SANTOS, 1997).

O espaço em Santos (1997 e 2006) é constituído por elementos e estruturas, que moldam a realidade objetiva e organizam a sociedade. Deste modo, o modelado espacial é produto social em permanente transformação ditadas nos processos e tempos do modo de produção hegemônico. Por essa concepção, a relação socioespacial, com geração de capital, estimula a adoção de ações, como políticas agrícolas e industriais que fundamentam as redes e a movimentação de pessoas, mercadorias e informações. Assim como, orienta a emersão de forças externas, dominadoras do espaço, orientadoras da produção e da circulação das mercadorias, que contribuem para diversificação da base operacional, modificando a identidade produtiva local a serviço do capital.

Neste contexto surge a importância em se analisar a comercialização agrícola no município de Itabaiana/ SE. Essa relevância

comercial tem sido fortalecida mediante intervenção estatal e também por força do comerciante local, que nos espaços do Largo José do Prado Franco, Largo Santo Antônio, Mercado de Hortifrutigranjeiros e supermercados persiste impondo mudanças substanciais aos espaços socioeconômicos do município. Sendo assim, o comércio agrícola se impõe como foco de relações entre o capital e a crescente dependência do campo em relação à produção e à transferência de alimentos aos centros urbanos e espaços de exportação. A consubstanciação da comercialização agrícola se faz presente nas relações entre produtores, intermediários e consumidores, que promovem a integração produtiva aos mercados.

Pelas crescentes alterações do local/global impostas pelos avanços do meio técnico-científico e informacional/cultural validou-se a necessidade de se revisitar o conhecimento sobre o comércio agrícola em Itabaiana/SE. Fator este impulsionado pela busca por elucidações de questões que emergiram das observações e inquietações cotidianas advindas das relações sociais e espaciais na sede urbana do município. Dentre as diferentes questões que se apresentavam corriqueiras, têm-se destaque a origem e o destino dos produtos agrícolas comercializados no município de Itabaiana e a possível mudança que a consolidação da CEASA poderia ocasionar na relação campo-cidade.

A relação campo-cidade no espaço municipal de Itabaiana é também escolhido em virtude das crescentes mudanças econômicas e estruturais que têm ocorrido nos últimos anos. Além disso, as transformações nessa relação campo-cidade são inerentes e condicionam outras verificadas numa escala de espaço-tempo, como se segue: 1- O município de Itabaiana já não produz grande variedade dos produtos agrícolas comercializados em atendimento a demanda local/regional[1]; 2- A economia do município passou a ser pre-

1 Itabaiana ainda é grande produtora de hortaliças (cerca de 9 mil toneladas) e batata-doce (13.624 toneladas) (SIDRA/IBGE, 2017). Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6619#resultado>. Acesso em 30 de maio de 2019.

dominantemente urbana dependente do comércio, sobretudo agrícola e da prestação de serviços; e 3- Esse espaço coloca- se como forte mercado de comercialização e distribuição dos mais variados produtos agrícolas e carnes. Por tais mudanças, Itabaiana firma-se como centro interligado às redes mundializadas do capital, no que tange a inter-relação com mercados longínquos, como China, Argentina e Chile; ao tempo que possuí áreas de nichos produtivos e exportadores diversos, no que tange a promoção de culturas tradicionais, como hortaliças e batata doce.

Sendo assim, no referido estágio pós-doutoral foi trabalhado a análise das mudanças socioespaciais no eixo da comercialização agrícola no município de Itabaiana/SE, a partir da relação campo--cidade, considerando as etapas de produção, importação e exportação, perpassando a avaliação da cadeia de comercialização nos âmbitos atacadistas e varejistas. Ademais, também foram analisados os aspectos formais e informais da comercialização; a abrangência e alcances das redes de distribuição dos principais itens agrícolas produzidos e comercializados neste município; e os impactos econômico-espaciais na relação campo-cidade com a consolidação da Central de Abastecimento de Itabaiana no estado de Sergipe. Além disso, como pré-requisito do Estágio Pós-Doutoral, apresentar-se-á todas as atividades desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), considerando a seguinte organização: Pesquisa, Ensino e Extensão. Essas atividades foram desenvolvidas entre 2021 e 2022, com especificidade para o período de agosto (2021) a julho (2022), mediante matrícula institucional junto ao PPGEO/UFS.

Itabaiana/2022.

Diana Mendonça de Carvalho

Sumário

PREFÁCIO | 5

APRESENTAÇÃO | 11

Capítulo 01 17
ESPAÇO GEOGRÁFICO: LOCAL DE MODERNIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Capítulo 02 | 48
RETRATO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

Capítulo 03 | 72
ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA

Capítulo 04 | 93
RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PROMOÇÃO PRODUTIVA E COMERCIAL AGRÍCOLA DE ITABAIANA/SE

Capítulo 05 | 114
COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NA CIDADE DE ITABAIANA

CONSIDERAÇÕES FINAIS| 142

REFERÊNCIAS | 145

Capítulo 01

ESPAÇO GEOGRÁFICO: LOCAL DE MODERNIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

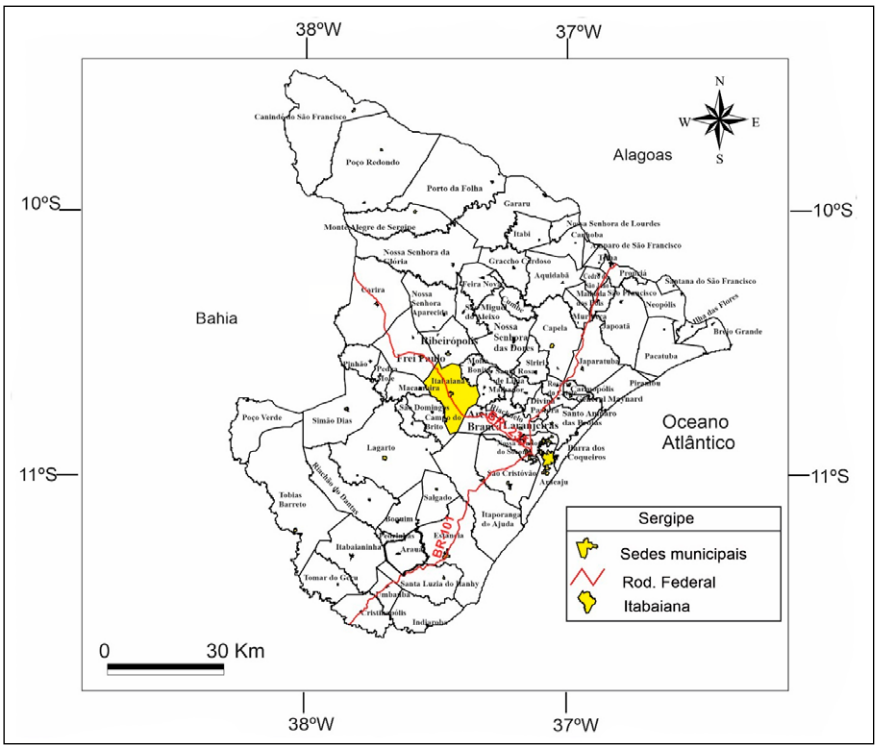
INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é condição, meio e produto da reprodução social, demarcado nas ações impostas pelo homem na natureza ao longo de sua história. O espaço é a categoria totalizante da geografia, constituída por um conjunto indissociável de sistemas de objetos (materiais ou não) e um sistema de ações (força, atos, atitudes) que movem a sociedade de modo racional, diante da necessidade produtiva do capital. Os sistemas de objetos e de ações reorganizam e promovem diferenciação no espaço, que finda na reunião dialética de fixos e fluxos, ao tempo que reflete a sociedade em movimento (SANTOS, 2008).

Por esse contexto, o espaço geográfico é a manifestação concreta de formas, conteúdos e movimentos estimulados principalmente pela questão econômica, que colabora para a definição produtiva do espaço enquanto transformação da natureza, através das demandas sociais. Essa categoria geográfica servirá de base para a análise da comercialização agrícola, mediante importância da relação campo-cidade, a partir da agricultura familiar e da cadeia produtiva e de intermediação ocorrida no município de Itabaiana/SE.

O município de Itabaiana está localizado na faixa centro-ocidental do estado de Sergipe, na porção Agreste, com uma área municipal de 336,6 km^2, constituindo-se em 1,54% do território sergipano. Além disso, sua sede municipal está a uma altitude de 188 metros e distando da capital Aracaju, 56 km, através da rodovia BR-235 (Figura 01). Os limites geográficos desse território estão circunscritos aos seguintes municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Frei Paulo, Macambira, Malhador, Moita Bonita e Ribeirópolis.

Figura 01 - Localização do Município de Itabaiana no Estado de Sergipe, 2020.

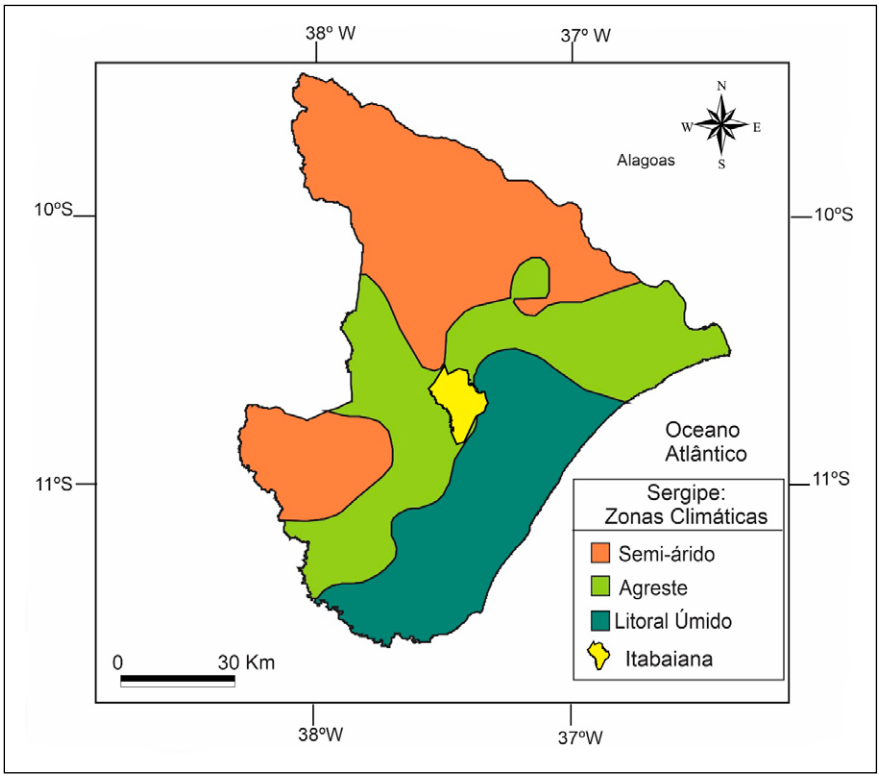


Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2013). Organização: Carvalho (2022).

O município está centrado numa área de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido sergipano, com o clima tropical megatérmico seco e úmido, estando 13,9% de sua área em porção considerada

de polígono das secas (Figura 02). O município apresenta precipitação média anual inferior a 1000 mm, com temperatura média anual de 24,7ºC. Geologicamente, 80% dessa área são ocupados por Ortognaisses, Gnaisses e Migmatitos do Complexo Gnáissico-Migmatitíco do Domo de Itabaiana. Em termos de geomorfologia, o município está situado numa área denominada de Pediplano Sertanejo, onde predominam superfícies de dissecação homogênea e diferencial. O solo é do tipo planossolo, podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico e solo litólico. Localiza-se entre duas bacias hidrográficas, a do Rio Sergipe e a do Rio Vaza-Barris, sendo essa área drenada pelos rios Jacarecica, Rio Traíras e Rio das Pedras (EMADAGRO, 2018).

Figura 02 –Município de Itabaiana: Localização Climática no estado de Sergipe, 2022.



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2013). Organização: Carvalho (2022).

A origem do município está atrelada a formação territorial sergipana, iniciada como capitania da Bahia, quando teve sua extensão conquistada pelo português Cristóvão de Barros, no ano de 1590. Desse marco histórico, a colonização sergipana se efetiva com a destruição dos indígenas e doação de sesmarias que, se destinavam inicialmente a criação de gado para abastecimento das capitanias da Bahia e Pernambuco; e depois, com doação de terras para agricultura. Esse último fato é evidenciado entre 1600 e 1602, quando se divulgam "[...] as primeiras notícias de terras doadas a sete lavradores, para colonizarem as circunvizinhanças do rio Sergipe, onde se acha hoje o município de Itabaiana" (FERREIRA, 1959, p.317).

O desenvolvimento da atividade canavieira em terras sergipanas, sobretudo a partir do século XVII, contribuiu para a interiorização da produção pecuarista, que se sedimentou em terras sertanejas. Diante desse processo, os ocupantes passaram pela porção agreste, definindo áreas de minifúndios com produção agrícola de subsistência, em prol da alimentação das duas áreas produtivas em Sergipe: litoral e sertão.

O território itabaianense tem origem na definição da "Caatinga de Ayres da Rocha", que possivelmente condicionou ponto de encontro comercial entre pessoas de passagem entre o norte e o sul dessas terras, durante a fase de colonização de Sergipe. A consolidação da Praça Fausto Cardoso, em função da Igreja Matriz, serviu de alicerce para que muitos pequenos agricultores troussessem parte de seus cultivos para a comercialização na então vila.

O aporte da praça condicionou a definição da relação campo-cidade em Itabaiana, a feira e seu mercado periódico aos sábados, tornando a vila e, posteriormente, a cidade como local de escoamento da produção agrícola e local de aquisição de itens necessários a sobrevivência; e o campo, local de produção de itens alimentares e base de sustento de muitas famílias itabaianenses.

O contexto produtivo de subsistência em terras itabainenses contribuiu decisivamente para a evolução político-administrativa,

com a emancipação ocorrendo em 28 de agosto de 1888. No século XIX, as atividades econômicas, sobretudo aquelas advindas da cultura algodoeira, contribuíram para o desenvolvimento dos vieses comerciais em Itabaiana, mediante correspondência das demandas internacionais, alicerçando as bases para a elevação de sua sede, da condição de vila à de cidade (CARVALHO, 1973 e 2000).

O município conta com uma população estimada de 96.839 habitantes (IBGE, 2021). O último Censo Demográfico (IBGE, 2010) indicou a existência de 86.967habitantes, dos quais 22,14% estavam no espaço rural e 77,85% no espaço urbano, sedimentando uma condição de urbanização e de relação campo-cidade intensa em nível local, mas também regional, que se expressam na forma econômica.

A economia itabaianense tem forte viés urbano, mas também rural, com as condições produtivas, comerciais e distributivas. Fato demarcado nos dados do Produto Interno Bruto (IBGE, 2019), que reflete uma concentração de valores em atividades de serviços, administração e indústria com R$1.583.417(mil reais), que equivalem a 90,2% dos valores econômicos adicionados a nível de município, enquanto o setor agrícola concentra R$170.336,6 (mil reais), isto é, 9,8% dos valores econômicos adicionados. Os números industriais (7%) e da oferta de serviços (57%), além da maior parte dos números da administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social em relação ao PIB total do município (26,2%), enfocam a importância das atividades urbanas na atualidade, sobretudo as atividades aliadas ao comércio, que fazem do município uma centralidade regional no interior sergipano.

O município apresenta singularidades políticas, que seguem o mesmo padrão histórico do Estado e do Nordeste; econômicas e culturais, que resistem como reflexo do processo de ocupação espacial produtiva. Por esse contexto, a primeira e principal atividade econômico-histórica de Itabaiana, a agricultura, mantém sua notoriedade e persiste como área produtiva em 3.262 estabelecimentos,

dos quais 2.764 se definiram como de agricultura familiar (IBGE, 2019); e também, com centralização na comercialização agrícola de itens produzidos e importados de outras áreas do país e/ou do mundo, perfazendo um grande mercado de negociação para além do estado de Sergipe.

Diante desse quadro, o presente trabalho visa analisar as mudanças socioespaciais no eixo da comercialização agrícola no município de Itabaiana/SE, a partir da relação campo-cidade, considerando as etapas de produção, importação e exportação. Essa análise parte das seguintes hipóteses: O Município de Itabaiana, apesar de não produzir tudo que comercializa em termos agrícolas em seus minifúndios da agricultura familiar, continua vinculado às atividades agropecuárias e agregando economia fortemente urbana. A isso se soma a intensificação da relação campo-cidade, através de novos arranjos e atores produtivos; a definição de novos atores envolvidos na intermediação, comercialização e circulação, assim como, a demarcação de espaços, como o Mercado de Hortifrutigranjeiros e a instalação de um novo fixo (CEASA de Itabaiana), que rebatem na centralidade desse comércio agrícola no município.

QUADRO METODOLÓGICO

A presente pesquisa reanalisou aspectos econômicos, socioculturais e urbanos da cadeia de comercialização de itens agrícolas em Itabaiana, partindo da relação campo-cidade na escala local, assim como pelas atividades executadas no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana, sem perder a referência na produção, comercialização, importação e exportação, e no que remete a circulação e a distribuição desses itens pelo município de Itabaiana/Se. Para tanto se partirá da seguinte indagação: Como se comporta a relação campo-cidade do município de Itabaiana/SE em termos de produção e comercialização agrícola? Quais são os aspectos econômicos e socioculturais presentes nos espaços das cadeias de comercializa-

ção de itens agrícolas produzidos, importados e exportados a partir de Itabaiana/SE?

O desenvolvimento da respectiva pesquisa deu-se com base na análise empírico-analítica, com integração de procedimentos qualitativos e quantitativos. A inter-relação desses procedimentos contribuiu para a realização de trabalho de campo e coleta de dados fechados e semiestruturados, mediante aplicação de 207 questionários.

O trabalho de campo considerou a aplicação de questionários semiestruturados junto a agricultores familiares, a partir das Escolas Municipais rurais de Itabaiana/SE. O fato da pesquisadora conhecer a Rede Municipal de Educação de Itabaiana/SE (2011-2021) contribuiu decisivamente para o acesso ao chão das escolas[1], e considerando o momento Pandêmico, utilizou-se das reuniões de pais de alunos para chegar à realidade do agricultor familiar, à relação estabelecida entre campo-cidade e ao processo de comercialização agrícola.

Diante do número de estabelecimentos familiares e, por consequência, do número dos respectivos gestores, genericamente considerando que cada estabelecimento familiar teria um gestor, os dados do IBGE (2019) mostraram a existência de 2.764 estabelecimentos familiares que representam o 100% de gestores familiares. Por essa proporcionalidade retiramos o percentual de um quantitativo de 207 questionários semiestruturados aplicados junto aos agricultores familiares de 36 comunidades de um total de 75 comunidades rurais do município, em 23 escolas municipais, de um total de 33 escolas rurais (tabela 01 e figura 03). A aplicação considerou as especificidades geográficas e disponibilidade do agricultor familiar-pai/mãe em respondê-los, perfazendo 7,5% de amostragem quantitativa que teve caráter aleatório.

1 A autora fez parte do corpo docente da Rede Municipal de Educação de Itabaiana de março de 2011 a dezembro de 2021.

Tabela 01 – Relação de Escolas, localização, para pesquisa quantitativa em Itabaiana/SE (2021)

Nº	Escola vinculada	Povoado	Quantitativos
1	Escola Municipal Prof. Júlio Martins da Conceição	Mangabeira	15
2	Escola Municipal Florival Oliveira	São José	7
3	Escola Municipal Eugênia Lima	Ribeira	10
4	Escola Municipal Dom José Tomaz	Rio das Pedras	3
5	Escola Municipal José Filadelfo de Araújo	Carrilho	5
6	Escola Municipal Maria Vieira de Mendonça	Taboca	7
7	Escola Municipal Maria do Carmo Moura	Terra Dura	6
8	Escola Municipal Izabel Esteves de Freitas	Cabeça do Russo	7
9	Escola Municipal João Tavares da Mota	Pé do Veado	7
10	Escola Municipal Maria Andrade Carvalho	Flexas	9
11	Escola Municipal Dr. Augusto César Leite	Serra	13
12	Escola Municipal João Alves Filho	Agrovila	4
13	Escola Municipal Félix Diniz Barreto	Várzea do Gama II	14
14	Escola Municipal Auta Almeida Melo	Boqueirão	7
15	Escola Municipal Pedro Alves de Menezes	Caraíbas	10
16	Escola Municipal Manoel Francisco da Costa	Terra Vermelha	15
17	Escola Municipal Maria Climéria de Jesus	Gandu II	20
18	Escola Municipal Arthur Fortes	Gandú I	8
19	Escola Municipal Etelvina Amália Siqueira	Bastião	9
20	Escola Municipal Dr. Luiz Garcia	Sítio Novo	1
21	Escola Municipal Prof. Gabriel Andrade	Sobrado	17
22	Escola Municipal Eliezer Antônio da Cunha	Várzea Gama I	11
23	Escola Municipal Prefeito João Alves dos Santos	Roncador	2
TOTAL			207

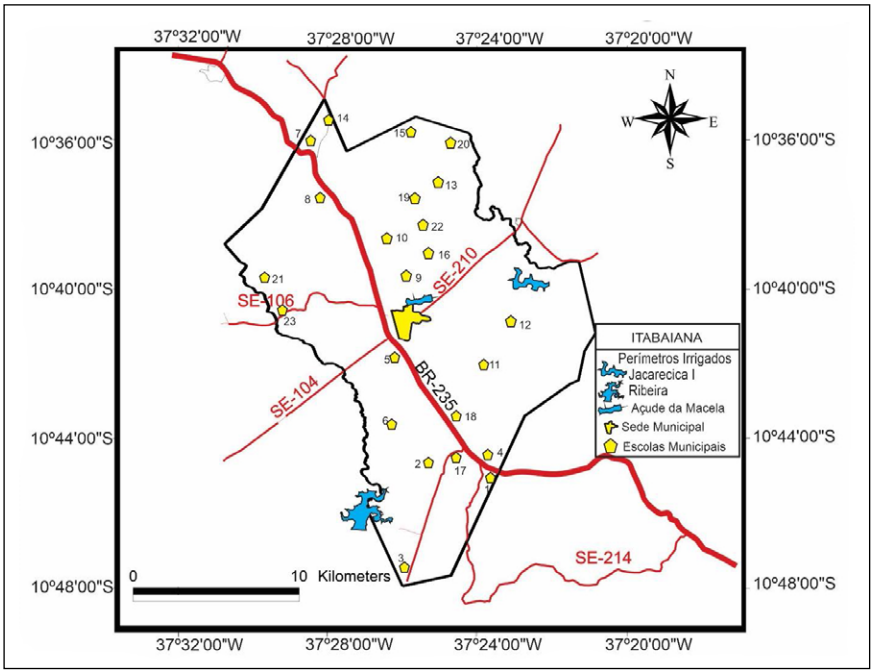
Fonte: Trabalho de Campo (2021).

Figura 03 – Escolas Municipais pesquisadas.

Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

As respectivas comunidades, em que se situam as escolas, espacializam a realidade de todo o município, pois pegam todas as porções geográficas (Figura 04). Esse aspecto demonstrou um caráter identitário do município, em função dos minifúndios e da presença da família em termos da lida com a unidade produtiva, assim como, pela força na produção de lavouras temporárias, que contribui para uma relação campo-cidade para além das fronteiras municipais, sedimentando um comércio fluído em termos de hortaliças e raízes, como a batata doce.

Figura 04 – Localização das Escolas-comunidades pesquisadas no município de Itabaiana/SE (2021)



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2013). Organização: Carvalho (2019).

A fim de fundamentar essa pesquisa, perpassou-se por pesquisa bibliográfica, que embasa o desenvolvimento do tema, possibilitando a subdivisão dos seguintes capítulos: 1- Revisão Bibliográfica; 2 - Retrato do Município de Itabaiana a partir do Censo Agropecuário de 2017; 3 - Relação campo-cidade na promoção produtiva e comercial agrícola de Itabaiana; e por fim, 4 - A Comercialização Agrícola: Fluidez, Contradições e perspectivas. Essa subdivisão possibilitou melhor enlace empírico-analítico do município de Itabaiana, considerando os diversos espaços-territórios produtivos e espaços-territórios da comercialização.

O espaço geográfico resulta da relação estabelecida entre o homem e a natureza, no que tange ao processo dialético da forma, função, processo e estrutura. Neste contexto, o presente trabalho perpassou a análise de alguns conceitos chaves para se chegar a

perspectiva da totalidade momentânea, mediante processos que ocorrem no espaço municipal de Itabaiana/SE, entre os quais: 1- Espaço e redes, enquanto categorias geográficas, sendo a primeira definida pelas relações sociais interpostas, independente do momento temporal, haja vista, refletir as construções humanas sobre a natureza; a segunda adotada como noções de circulação e fluxos de mercadorias mediante pontos (fixos) interconectados; 2 -Relação Campo-cidade/rural-urbano, analisado nas contradições, no tempo das transformações e na concretudes dos fatos interpostos ao espaço; e 3- Comercialização Agrícola, como reflexo da relação da sociedade com o mercado, por meio das relações de trabalho e da compra e venda de produtos.

1.1 Espaço Geográfico e Redes: Uma construção sociocultural

O espaço geográfico é produto histórico e social, concebido por relações entre o homem e a natureza, ou seja, o espaço é resultante do processo produtivo em dado momento histórico, pois agrega técnica e aspectos culturais das etapas evolutivas de cada sociedade. Assim,

> [...] é a ação humana consciente que transforma a natureza em espaço geográfico e ao produzi-lo, produz o homem e as relações com os outros homens. [...] o homem transforma a natureza, humanizando-a, apropriando-se dela e incorporando-a ao seu universo (CARLOS, 2001, p.16).

O espaço se fundamenta, segundo Lefebvre (1986a), em três dimensões: o percebido, o concebido e o vivido. A primeira dimensão representa as práticas espaciais, que notoriamente abarcam as relações sociais de produção. A segunda trata da representação do espaço, que também referenda a relação de produção e a ordem que se impõe a serviço da estratégia hegemônica. A terceira aborda a dimensão concreta e abstrata, que corporifica o real e o ima-

ginário, formando os espaços de representação. Nestes termos, o espaço é um processo socialmente construído que se inicia pela apropriação da natureza e por sua dominação, em um tempo social. Esse não existe em si mesmo, mas a partir das relações entre os próprios seres humanos, por meio de atividades e práticas. Nessa análise tridimensional lefebvriana, há uma versão dialética, em que diferentes momentos se relacionam e se opõem nas práticas construtoras do espaço.

Desta forma, o espaço geográfico é resultado da relação homem-natureza, sendo produto das relações sociais, determinada pela formação econômica da sociedade. Todavia, além de produto, ele se coloca também como condição e meio do processo de reprodução da sociedade, constituído de formas, estruturas, funções e processos.

O espaço é uma categoria geográfica que referenda a ideia de totalidade e de materialização da dimensão global. Para Santos (2006), o espaço é um conjunto de objetos que se relacionam de forma intermediária, pois os mesmos ajudam a concretizar uma série de relações. Segundo o autor, "[...] o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais" (SANTOS, 2006, p. 39). Ele é resultado de uma junção quase perfeita entre a configuração territorial[2], a paisagem e a sociedade[3]. É considerado uma totalidade verdadeira, porque resulta da "geografização" da sociedade sobre a configuração territorial.

Santos (2006) também reflete o espaço como constituído de fixos e fluxos. Os primeiros seriam definidos no processo do trabalho ou no próprio instrumento do trabalho do homem; e os fluxos

2 Segundo Santos (1997a, p.111), a configuração territorial é um conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos sistemas de engenharia.

3 Para Santos (1997a), a sociedade é uma classe visualizada na dinâmica social ou nas relações que define a sociedade de determinado período, a partir de variáveis econômicas, culturais, políticas, etc.

seriam relatados no movimento e na circulação, explicado nos fenômenos da distribuição e do consumo de tudo que é produzido pelo trabalho. Estes elementos se relacionam mutuamente, como também se diferenciam constantemente.

O espaço pode ser composto de subespaços, os quais só apresentam condições específicas de articulação entre os centros urbanos, pois são aí que "[...] o conjunto de cidades e das infra-estruturas de transporte e de comunicações forma o verdadeiro arcabouço da economia" (SANTOS, 2006, p.80), a partir da constituição de redes.

Santos (1997) explicita ainda que o espaço é constituído por elementos e estruturas. O primeiro exemplificado nos homens, como transformadores do espaço; nas firmas, cuja função é a produção de bens, serviços e ideias; nas instituições, que produzem normas, ordens e legislações; no meio ecológico, que é a base física do trabalho humano; e nas infraestruturas, materializadas nas formas. Esses elementos se correlacionam e são expostos nas relações de causa e efeito, mediante o impulso de um deles no sistema. O segundo, estruturas, é referendado na força do sistema, que é comandado por regras próprias ao modo de produção capitalista e se constitui de variáveis constituidora do espaço.

Desta forma, o espaço se constituí numa realidade objetiva, um produto social em permanente transformação ditadas nos processos-tempo. Por isso, a compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível pela interpretação do processo dialético, que perpassam as noções de forma, função, estrutura e processo. O primeiro se referindo ao arranjo ordenado de objetos, ou seja, ao aspecto visível, a estrutura revelada, dotadas de contornos e finalidades-função, que varia conforme a dinâmica da sociedade. A segunda se define na "[...] atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa" (SANTOS, 1997, p.50). A estrutura trata da integração das partes de um todo, através da organização ou construção. E o processo, que versar sobre a ação contínua, agrega conceitos de tempo, no sentido de continuidade e mudança.

Santos (1997) trata ainda da indivisibilidade do espaço através das instâncias produtivas, que são: "espaço da produção propriamente dita", "espaço da circulação e distribuição" e o "espaço do consumo". O primeiro se referindo à produção strictu sensu, ou da fabricação. A circulação e distribuição tratam da movimentação de mercadorias, pessoas, informações e ideias. E o último, como o momento em que os produtos serão adquiridos por indivíduos e consumidores.

Na verdade, o autor explicita que o espaço total, mesmo indivisível, é constituído de frações (estradas, condutos, vias e meios de comunicação) que colaboram para com a produção e circulação, pois "[...] não basta [...] produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside a circulação, mas é esta que conforma a produção" (SANTOS, 2006, p.186).

A circulação decorre da organização de redes, que através de fixos interconectados promove fluxos de informações, pessoas, mercadorias, conhecimentos, valores culturais e morais, entre outros (SANTOS, 2006). Essas são construções humanas, históricas, voltadas a correspondência das relações sociais, culturais e econômicas, que geram como consequências complementaridades, inclusões e exclusões. Elas podem ser do tipo global ou local, refletindo instâncias de produção, circulação, distribuição e consumo. A circulação é produto e condição social, cuja dimensão organizacional, segundo Côrrea (2005), envolve relações entre agentes sociais, origem, natureza dos fluxos, função e finalidade. Esses aspectos organizacionais são concretizados dentro de uma dimensão temporal e espacial, abarcando assim, a duração da rede e a sua abrangência escalar. Dessa forma, a mesma não deve ser tratada isoladamente, deve estar relacionada à divisão territorial e à diferenciação espacial.

Para Dias (1995), as redes aparecem com a função de predispor a circulação e comunicação. Contudo, essas podem ser referendadas como "[...] projeto de integração territorial, integração de

mercadorias regionais, pela quebra de barreiras físicas, obstáculos à circulação de mercadorias, de matérias-primas, mas também de capitais (DIAS, 1995, p.145). Tal conceito pressupõe a circulação de bens, pessoas e informações, e ainda, de tecnologias, de capitais e de matérias-primas, que se constituem a partir da urbanização, da divisão territorial do trabalho e da racionalidade do espaço. Esse ensejo mostra a necessidade de substituir os territórios ou regiões econômicas isoladas, por áreas articuladas em função da circulação de bens, pessoas e informações em diversas escalas. Tal processo contribui na diversificação e na heterogeneidade dos espaços.

Ainda em Dias (1995), a conexão, ligação, é uma das principais propriedades da rede, pois seus nós se definem como

> [...] lugares de conexões, lugares de poder, de referência [...] é antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que o potencial de solidarizar, do contexto, também tem de excluir [...] (DIAS, 1995, p.148).

A rede é assim, constituída por um conjunto de pontos interconectados, cuja conexão se estabelece, segundo Haesbaert (1995), pela integração de linhas e pontos que compõe uma hierarquia ou complementaridade espacial. Para Castells (2005), as redes fundamentam a economia capitalista, que se baseia na inovação, globalização e concentração/descentralização, voltando-se para a flexibilização do trabalho e das empresas, assim como, para a construção e desconstrução da cultura, para o processamento de novos valores e organizações sociais.

Nesse contexto, a importância das redes se estabelecem na articulação de centros urbanos para a organização espacial, no sentido de integração de fixos e fluxos, como também, integração campo-cidade, para a efetivação de espaços economicamente fortes. Isto ocorre a partir dos efeitos integradores dos transportes, que dentro da relação campo-cidade tem reorientado a produção, ou mesmo, a

economia rural para uma rede mundial. Além disso, se observa uma articulação abstrata dos valores de uso e dos valores de troca que são possibilitadas pelo fluxo de informação e mercadorias.

Sendo assim, o presente trabalho se desenvolve nas interfaces dialéticas, formas, funções, processos e estruturas, que se desenvolvem o presente trabalho, tomando como recorte o município de Itabaiana e a evidência de novos fluxos de produtos agrícolas importados/exportados por Itabaiana/SE, mediante a relação campo-cidade local, regional, nacional e internacional, além da efetivação do CEASA. Isto porque, as redes possibilitam a definição de escalas de comercialização dos produtos em estudo e colaboram para demonstrar como o município se comporta diante da atuação do CEASA, enquanto centro receptor, comercializador e distribuidor de várias cadeias produtivas agropecuárias, dentro do contexto local, microrregional, regional e nacional.

1.2 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE/RURAL-URBANA: ETAPAS DE MODERNIZAÇÃO

As análises da relação campo-cidade, assim como do rural-urbana, se fazem necessárias ao entendimento do processo de comercialização agrícola. Isso por que, sem a relação campo-cidade não haveriam cadeias produtivas demandadas comercialmente na cultura rural-urbana, e por consequência, correspondidas por unidades produtivas, consideravalmente familiares.

A definição da relação campo-cidade decorre, sobretudo, da divisão do trabalho, sendo o campo visualizado como local de produção de alimento e a cidade, o lócus de funções administrativas. Todavia, essa classificação simplista, baseada em fundamentos tradicionais, tem sido desmerecida em função do avanço das relações capitalistas de produção, que têm se expandido para além da cidade e chegado ao campo, com a incorporação de novos produtos e tecnologias.

O respectivo aspecto é impulsionado pela internacionalização do capital que ocorre na economia mundial, mediante novo regime de acumulação, desde final do século XX, segundo Chesnais (1995). Esse processo depende das prioridades do capital privado, aplicado na produção de bens e serviços e de forma crescente no capital financeiro centralizado, ou seja,

> [...] faz referência ao conjunto dos processos que tecem relações de interdependência entre economias nacionais [...] Esses processos incluem as importações e exportações de bens e serviços; as entradas e saídas de investimentos diretos e de capital financeiro; as entradas e saídas de tecnologias, sejam elas incorporadas nos equipamentos ou transmitidas e adquiridas de modo intangível; os movimentos internacionais de mão-de-obra qualificada e os fluxos interfronteiras de informações (CHESNAIS, 1995, p. 04-05).

Faz-se necessário frisar que desde a metade do século XX a revolução científico-tecnológica vem intensificando os processos de urbanização e industrialização, promovendo o desenvolvimento do capitalismo no campo e a consequente modernização da agricultura. Isto fez refletir a explosão do urbano, determinando o predomínio das manifestações da cidade sobre o campo, tanto em nível político-econômico como social.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ciência (procedimentos e métodos científicos) passa a reestruturar os sistemas tradicionais de produção, objetivando o aumento produtivo e a diminuição de custos. A isso se somam a intensificação de redes rodoviárias e das telecomunicações, que contribuíram para o aumento da circulação comercial. A fluidez ocasionada por

> [...] modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações e da modernização da produção agropecuária e industrial, promovendo acirramento da divisão socioespacial do trabalho agropecuário, intensificaram-se as trocas

> de todas as naturezas, difundindo o comércio e os serviços, como profundos impactos da vida social e no território. Assim sendo, conhecer a expansão do consumo e suas formas, a intensidade, qualidade e natureza dos fluxos de matéria e de informação foram importantes para indicar um leque de novas relações entre a cidade e o campo, explicitando formas de organização interna dos espaços urbanos e as novas relações entre as cidades da região (ELIAS, 2003, p.25).

Essas transformações são referendadas por Santos (1994) como "revolução tecnológica", que ocorre a partir do meio técnico-científico-informacional. O mesmo sendo "[...] um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação" (SANTOS, 1994, p.20). Neste momento se sucedem a modernização comercial, industrial e tecnológica, tornando a produção local reflexo da demanda mundial.

O processo de modernização tem ocorrido em todos os lugares, mesmo que de forma indireta, configurando uma nova ordem econômica mundial e um espaço geográfico mundializado, cujas características principais são, conforme Elias (2003, p.34),

> [...] a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; os novos papéis do Estado; a grande revolução da transmissão da informação, graças aos processos da telemática; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social e, finalmente, a circulação como fator essencial da acumulação.

Em meio a esse processo se observa a construção de fixos articulados entre si, em sistemas e redes. Tal organização funcional e estrutural contribui na configuração territorial, se fazendo importantes na realização de fluxos de produção e consumo.

A consolidação de fixos e fluxos não ocorre em todos os lugares, mas em áreas que são "privilegiadas", por segmentos econô-

micos e sociais, e as quais se mostram receptível às novas formas de produção, consumo e acumulação de capital. Para Santos (1994, p.41-42), esse processo contribui para o crescimento dos índices de migração para cidades e consequentemente da sua urbanização.

No atual período de mundialização, os pequenos agricultores são compelidos a criarem estratégias, que surgem como adequação às tranformações do mundo rural, como por exemplo, atividades pluriativas, associativistas e integrativas com o *agrobusiness*, a fim de se inserirem e se manterem no modo de produção capitalista. Neste sentido, a atuação do capital na agricultura e a participação do Estado nesse processo, são intensificados e visualizados como agentes da modernização agrícola, uma vez que objetiva maior produtividade e integração com os mercados consumidores.

O processo de modernização agrícola no Brasil se inicia na década de 1960, a partir da evolução do modo de produção. Neste momento, combinam-se insumos e serviços industriais com a terra e o trabalho, contribuindo assim para o surgimento de agroindústrias, de complexos comerciais e indústrias fornecedoras de insumo e máquinas. Essa transição do modo de produção capitalista tido como arcaico para o moderno, foi denominado de "Revolução Verde". A mesma provocou inúmeras transformações na agricultura brasileira, nos seus aspectos produtivos, sociais e ambientais, por impor a industrailização no campo e a consequente agroindustrialização. Esse aspecto foi intensificado com a definição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, 1964), que por meio de custeio e investimento, com juros subsidiados, privilegiou os grandes proprietários agrícolas e suas articulações com os setores capitalistas (NASCIMENTO, 2003, p.23).

A modernização processada no campo também contou com a integração do Estado, que durante o período militar, por ação do capital externo, estimulou o aumento da produção e a articulação com o complexo agroindustrial. Tal estímulo fincou-se na definição de instituições especializadas em pesquisas agronômicas, assistên-

cias técnicas e sistema educacional. Fato demarcado no Nordeste brasileiro, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e de projetos, como o Programa de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PAPP), Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e Programas de Financiamento Federal (Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE)). Essas ações possibilitaram a transformação da agricultura, sua inserção no processo de industrialização e comercialização em nível internacional, entre as décadas de 1970 e 1980 (CARVALHO, 2018).

No estado de Sergipe, a modernização agropecuária vem ocorrendo a pelo menos 50 anos, com a implementação de programas estratégicos do Governo Federal, que difundiu processo técnico, como a utilização de adubos, defensivos industrializados, de implementos mecanizados como tratores, máquinas agrícolas, arados e veículos de tração mecânica. Em Itabaiana, essa política é sentida com a implantação dos programas de crédito rural, apoio à agricultura familiar e à irrigação, através da construção de três barragens: Açude da Macela, Jacarecica I e Porção da Ribeira (Silva, 2001). Por estes projetos, Itabaiana tem diversificado sua produção e o estado tem obtido autossuficiência na maior parte dos produtos olerícolas consumidos, uma vez que, eles deram possibilidades de implantação de sistemas de irrigação, difusão de insumos modernos e pacotes tecnológicos.

O período de intervenção do Estado na economia vai até meados da década de 1970 e início de 1980, com a marcante instabilidade financiera pós-1970 e com a crise do modelo de produção taylorista/fordista, quando o Estado é induzido a se ausentar do processo produtivo. No período de neoliberalização, sobretudo a partir da decada de 1990, estimula-se a abertura econômica do país e consequentemente a internacionalização produtiva. Esse processo é mediado na agricultura brasileira pelas *commodities* agrícolas, negociadas em bolsas de valores, como a BM&Fbovespa, por empresas que controlam de forma monopolista a produção (OLIVEIRA, 2016).

Na continuação evolutiva do modo de produção capitalista, agora denominado de "pós-fordista", exige-se dos agricultores técnicas mais flexíveis e eficientes, no que se refere a produção, serviços, tecnologias, mercado e comunicações, para se inserirem dentro do novo circuito do capital, que implementam mudanças na organização e no gerenciamento da produção. Tais incrementos acabam por vincular o rural à rede mercadológica, mostrando como a globalização explora diferentes locais e articula o urbano-rural.

As denominações rural e urbana expressam o modo de vida e os valores sociais, e as de campo e cidade correspondem à concretização dos modos de vida. Atualmente, a relação campo-cidade é analisada como espaços territoriais, em âmbito econômico, político e cultural, que se mostram interdependentes e que se complementam.

Para Ferrão (2000), o mundo rural se reflete em torno de uma tetralogia: 1- a função é produzir alimentos; 2- a atividade econômica é a agricultura; 3- o grupo social predominante é a família; e, 4-a paisagem que é reflexo de certo equilíbrio entre a natureza e a atividade humana. Já a cidade se coloca como *lócus* de atividades, grupos sociais e paisagens bem heterogêneas e que se contrapõe ao rural.

Em Lefebvre (1969), a relação campo-cidade se define na divisão do trabalho, a partir dos valores de uso e dos costumes sociais. Deste modo, o campo é visualizado como lugar de produção, emergida de uma terra modelada por uma sacralização profanada pela cidade e vida urbana, sendo esta compreendida pelas "[...] mediações originais entre a cidade, o campo, a natureza" (LEFBVRE, 1969, p.66). Tais mediações são compreendidas nos simbolismos e representações ideológicas e políticas impostas pelos citadinos ao campo e a natureza. Para o autor, o processo de industrialização conota outra expressão à cidade, inferindo maior contradição entre centro de decisão e poderes desconhecidos. Logo, a cidade se torna base prática, onde ocorre a dinâmica social e o urbano, referendando a constituição da sociedade em conexão com o mundo da mercadoria.

A complementariedade existente na relação campo-cidade se reflete na relação do rural-urbano, por meio da análise de algumas variáveis, como funções urbanas, ocupação populacional, a produção mercantil, ou ainda, pela inserção em redes de fluxos. Neste sentido, o campo produz para satisfazer as necessidades da cidade e suas próprias, mesmo que de forma desigual; e a cidade, sendo fornecedora de bens e serviços de necessidade para o campo.

Segundo Wanderley (2001), a relação rural-urbana não tem suas particularidades anuladas, ao contrário, é fonte de integração e de cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos; ou ainda, como trás Sposito (2006), no momento atual a divisão internacional do trabalho entre campo e cidade não tem gerado nítida separação entre o que é rural e urbano, tanto que referenda ser "[...] a cidade [...] o que o campo não é. As diferenças entre esses espaços é o que os distingue e os define" (p. 113).

Assim, esses pares conceituais já não podem ser lidos de forma dicotômicas e divergentes, mesmo com termos que evidenciam antagonismo, eles se complementam de acordo com a concretude e aspectos culturais que os permeiam. Para Sposito (2006), a divisão social do trabalho e relações de poder promovem a diferença entre cidade e campo, não no sentido de oposição, mas de relação estabelecida pela "[...] unicidade e complementariedade compreendida por esse par dialético, podendo-se adotar, por conseguinte, a expressão cidade campo (cidade em suas relações com o campo)" (SPOSITO, 2006, p.115). Neste contexto, a autora acredita que é preciso repensar os conceitos de cidade e campo, rural e urbano, diante das novas manifestação e opções de vida no mundo contemporâneo.

A relação campo-cidade complementar se fez sentir no Brasil desde o período cafeicultor, quando subsidiou o desenvolvimento industrial. Essa relação se intensificou no século XX e condicionou a seguinte referência: "O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. [...] O dinamismo da nossa história [...] vem do campo" (SANTOS, 2005, p.16). Fato que remete a analogia de

dois brasis, um urbano, onde prevalecem atividades complexas; e outro rural, no qual sobressaem atividades produtivas. Ambos os espaços se inter-relacionam e colaboraram para que muitas cidades se desenvolvessem atreladas às atividades agrícolas circundantes (SANTOS, 2005).

Em Sergipe, as atividades agropecuárias têm importante peso econômico, pois são geradoras de matérias-primas e rendas que repercutem na indústria e na vida das cidades do estado. Tal processo reflete a conjuntura de globalização da agricultura expandida do período técnico-científico-informacional, com a intensificação do processo de urbanização e o crescimento das cidades médias, que fundamentam "[...] a base material para a inserção na produção e no consumo globalizado" (ELIAS, 2003, p.41).

Fato atestado no inter-relacionamento do urbano e do meio rural na história de desenvolvimento econômico do município de Itabaiana, pois desde sua constituição, tal relação fortaleceu e beneficiou as atividades provenientes da agricultura. A agricultura, a força comercial de seu povo e a cultura do caminhão deram subsídios para que a sede municipal se estabelecesse, como uma cidade média no estado de Sergipe, crescendo em torno da negociação agrícola, como centro urbano e como centro econômico. Por essa perspectiva, e diante do observado nas comunidades rurais de Itabaiana no ano de 2021, vislumbra-se uma nova realidade ao campo, com características urbanas. Isso posto, em virtude da concentração populacional ao redor de fixos administrativos e culturais comunitários, visando agregar maior socialibilidade e segurança rural.

1.3 DA PRODUÇÃO A COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA

Em Itabaiana, a relação campo-cidade complementar se visualiza na consolidação das cadeias produtivas e das redes de comercialização. Estes fatos definem fluxos de mercadorias, pessoas, informações e ideias, e corroboram para alicerçar a economia de

mercado, com produção, circulação, distribuição e consumo, isto é, para a definição de cadeias produtivas.

A cadeia produtiva é definida por um conjunto de elementos (empresas ou sistemas) que interagem no processo comercial através da oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor. Essa difere de local para local, pois "[...] cada arranjo depende de inúmeras variáveis, que normalmente estão associadas aos contextos regionais e as exigências de mercado" (SILVA, 2005, p.05).

Para Marx (2011), o sistema produtivo de qualquer produto perpassa as esferas de produção, distribuição, troca e consumo. A esfera de produção se refere à transformação do produto conforme as necessidades do homem. A fase seguinte envolve a distribuição dos itens produzidos através da participação de cada indivíduo e de sua representatividade na sociedade. A troca se remete a obtenção por parte dos indivíduos da sua parte reservada na distribuição. Por último, o consumo, que trata da apropriação do produto como objeto de desejo, prazer e apropriação individual.

Logo, produção e consumo são início e fim de uma cadeia produtiva, enquanto a distribuição e a troca objetivam uma dada sociedade. Marx (1996) relata que essa cadeia é um encadeamento superficial, no qual a produção constitui o geral, a distribuição e a troca o particular; e o consumo o singular. Em suas palavras,

> Na produção, a pessoa se objetiva, na pessoa, a coisa se subjetiva; na distribuição, a sociedade assume a mediação entre produção e consumo sob a forma de determinações dominantes; na troca, produção e consumo são mediados pela determinabilidade contingente do indivíduo (MARX, 2011, p.39).

Para esse ainda, a produção é consumo, no qual a ação produtiva conduz o que será consumido e o consumo cria a produção conforme a demanda. Sendo assim, se não há produção, consequentemente não haverá consumo. Entre essas duas variáveis está a distribuição, que obedece as leis sociais e determinam os itens

de seu pertencimento na totalidade. Contudo, essa intermediação também se expressa na dialética, produção-distribuição, na qual a distribuição se coloca como fator pré-econômico, pois ela pode ocorrer antes mesmo da produção. Conforme Marx

> As relações e os modos de distribuição apresentam-se simplesmente como o inverso dos agentes de produção. [...]. A estrutura da distribuição é internamente determinada pela estrutura da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que diz respeito ao objeto, apenas podendo ser distribuído o resultado da produção, mas também no que diz respeito à forma, determinando o modo preciso de participação na produção as formas particulares da distribuição, isto é, determinando de que forma o produtor participará na distribuição (MARX, 1977, p.223).

Deste modo, a cadeia produtiva perfaz a base do processo produtivo, constituido por etapas pelas quais os produtos passam (processamento, armazenamento e etc.) até chegar ao mercado consumidor. O conceito de cadeia produtiva tem se aperfeiçoado diante do

> [...] fluxo instatâneo de capitais financeiros, abertura de mercados, desenvolvimento das telecomunicações, mudanças nos papéis dos Estados-nação e nas relações de produção-consumo, têm contribuído para o aparecimento de novas estratégias sócio-econômicas no que se referem aos setores de produção, comércio e consumo de alimentos (CARVALHO, 2010, p. 105).

Isto decorre do envolvimento de vários atores sociais, entre os quais: 1- fornecedores de insumos, 2- agricultores, 3- processadores, representados pelas agroindústrias, 4- comerciantes, na forma atacadista e varejista, e 5- mercado consumidor. Todo esse encaminhamento fundamenta uma ampla compartimentação do processo produtivo em várias etapas até chegar ao mercado consumidor final.

Diversas mudanças no padrão da realização produção-consumo se intensificam após a Segunda Guerra Mundial. O ato produtivo não congrega apenas o agricultor familiar, envolve empresas que ofertam implementos agrícolas e tecnologias, assim como trabalhadores qualificados ou não na atividade de lida com a terra e germinação. Além disso, há empresas que demandam a produção voltada ao processamento e à industrialização de agrícolas. Aspectos decorrentes da modernização tecnológica no setor produtivo, conforme salienta Vilela (1999),

> [...] essas empresas passaram a incorporar aos produtos altos níveis de processamento, tornando o seu preparo mais fácil e rápido, dotando-os de longos períodos de durabilidade e de outros atributos industriais especiais. Esse movimento foi intensificado na década de 60, com o desenvolvimento de novas técnicas de separação e fracionamento dos produtos. A partir daí, criaram-se as condições para a participação de firmas ligadas a setores os mais diversos – fora da atividade agrícola - no fornecimento de matérias primas e de ingredientes intermediários na produção dos alimentos, tornando-se, então, possível criar alimentos reconstituídos a partir de combinações diversas ou mesmo fabricar novos produtos. Esse processo, por outro lado, atenuou ou mesmo destruiu a histórica relação direta e localizada, até então existente, entre os produtores agrícolas e os consumidores, facilitando a diferenciação industrial e a internacionalização do consumo (VILELA, 1999, p. 27).

Toda essa transformação auxiliou na formação de novas cadeias produtivas alongadas, conforme integração de empresas ligadas ao setor de serviços, focado na produção com terceirização do trabalho; e na logística, embasada na distribuição, perpassando transporte e armazenamento de mercadorias. Essa mudança estrutural condiciona ampliação de valor ao produto, conforme informa Vilela (1999)

> Assim, muitos produtos chegam, muitas vezes, à mesa do consumidor com um preço até 500% superior ao pago ao produtor. O que é novo neste processo é que a apropriação destas margens ocorre no elo da intermediação (logística, distribuição, marketing, comercialização), momento do processo em que devem ser concentrados os esforços para a compreensão dos seus mecanismos de funcionamento, de forma a situar os diversos agentes, com suas respectivas importâncias, na relação produção-consumo agroalimentar (VILELA, 1999, p.44-45).

A logística facilita o fluxo de produtos, desde a aquisição de matéria-prima até o consumo final; bem como, dos fluxos de informações que propagam e induzem a escolha dos produtos com o menor custo possível. Integrada a logística, a circulação resulta do aumento de fluxos e da velocidade com a qual a propaganda se propaga. Neste sentido, os fluxos materiais (mercadorias e fixos responsáveis pela distribuição) e imateriais (disseminação de telecomunicações e informações) colaboram na disseminação da produção e na instalação de fixos distribuidores, que se articulam em redes espaciais e regionais.

Por conseguinte, a comercialização agrícola se impõe como momento de transmissão de produtos naturais ou de semiprocessados ao consumidor final. Esse processo perpassa a teoria e a prática do comércio, pois envolve "[...] todas as atividades, funções e instituições necessárias à transferência de bens e serviços dos locais de produção aos de consumo" (STEELE, 1971, p.23).

A comercialização de produtos agrícolas é antiga, haja vista registros históricos já demarcarem o uso de escambo ou de moedas entre os povos da antiguidade, como meio de promover a circulação. Esse processo foi se aprimorando a partir da intensificação das relações de trabalho e através do melhoramento tecnológico, sobretudo em termos de transportes. Fato visualizado na Idade Média, com o comércio de especiarias e sal; na Idade Moderna, com

a definição de rotas marítimas e a consolidação do comércio, isto é, do capitalismo em nível mundial a partir de práticas mercantilistas. Entre os séculos XVII e XIX, as feiras ganharam destaque, e com a Revolução Industrial, a mecanização determinou avanços no processo produtivo e na industrialização de produtos agrícolas. A partir de meados do século XX, a soma das melhorias produtivas, aliadas a fluidez do sistema de transportes e comunicação, condicionaram um mercado mais amplo em nível mundial, que determinou a mundialização do capital e por conseguinte, da agricultura (CARVALHO, 2010).

Neste contexto, os mercados são definidos pelo "[...] local onde operam as forças de oferta e demanda e ocorrem as transferências de bens e serviços em troca de dinheiro" (MARQUES & AGUIAR, 1993, p.17), ou ainda, pelo espaço onde compradores e vendedores se encontram, como centrais de abastecimento ou regiões e/ou áreas de influência de um produto. Espacialmente os mercados são analisados como um ponto ou conjunto de pontos que têm por objetivo satisfazer as necessidades dos consumidores. Tal fato define a existência dos mercados, isto é, de fixos, como também sinalizam os fluxos, as tendências de consumo e a variação de preços dos produtos.

No Brasil, o comércio de produtos agrícolas foi estimulado no século XX, com o crescimento demográfico, a chegada de imigrantes e o crescimento das cidades, que expandiu o mercado de consumo e promoveu o desenvolvimento das redes de transporte e de comunicação. Essas transformações contribuíram para o escoamento da produção agrícola nacional, somando-se na década de 1970, com a consolidação de cooperativas agrícolas, que promoveram o meio rural e a comercialização da produção dos cooperados; assim como, a implantação das CEASAS (Centrais de Abastecimento), que concentrou o comércio atacadista de produtos agrícolas *in-natura*.

Apesar dessa organização estrutural, a participação do Brasil no comércio internacional de produtos agrícolas, entre 1970-1980, tendia ao decréscimo, pois o mercado exterior impunha a neces-

sidade de industrialização. Em contraste, na década de 1990, as importações agrícolas brasileiras cresceram consideravelmente, sendo destacáveis os volumes importados de leite e seus derivados, algodão em pluma, arroz, milho, trigo, malte, vinhos e pescados chilenos. Além desses, são destacadas algumas frutas como: ameixa, ameixa seca, coco, maça, nectarina, pêra, pêssego, uva, uva passa. Tais importações foram favorecidas pela paridade da moeda brasileira com o dólar americano, assim como, pela diminuição da participação do intermediário e pela oferta de frutos de clima subtropical.

A fruticultura brasileira também progrediu com o cultivo de maçãs nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e pela implantação de infraestrutura voltada ao armazenamento. O país se coloca como o terceiro maior produtor mundial de frutas, segundo Santana (2005, p.46), e encontra-se entre os dez maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas. Entre os produtos frutícolas exportados pelo Brasil estão: melão, laranja, banana, maçã, manga, mamão, abacaxi, abacate e figo. Os mesmos se destinam principalmente para os Estados Unidos, Europa e aos países do MERCOSUL.

Nos últimos anos, o governo brasileiro vinha adotando medidas tanto em escala federal, quanto estadual e municipal, visando propiciar a inserção de agricultores familiares na escala de produção e de comercialização de gêneros agrícolas. Esse incentivo se deu através de programas de financiamento e irrigação, voltados à produção; e da instalação de fixos comerciais. Contudo, esses fixos, a partir dos CEASAs ainda não correspondem a demanda internacional, pois o mercado de distribuição da produção agrícola tem imposto novas relações de produção e de comercialização ao pequeno produtor no Brasil, uma vez que, a informática e telecomunicações substituem os mercados atacadistas nas negociações por centrais de compra e distribuição(CEASAS) (Belik e CHAIM, 1999).

No Brasil, as centrais de compra e centrais de distribuição existem desde meados dos anos 1980, substituindo os sistemas

de integração ou ponto de concentração instalados pelos governos. Tradicionalmente a comercialização agrícola ocorria sob três funções: 1-Informação Comercial, quando o comprador obtinha informações a respeito do preço e das características do produto; 2-Negociações, com pagamento ou troca de produtos; e 3- Logística, quando se transportava o produto para o ponto de comercialização e distribuição (Op. Cit.).

No atual contexto de mundialização do capital, as negociações têm sido regidas pelas centrais de compra. Esse processo agrega maior flexibilização produtiva e busca por qualidade, maior eficiência e necessidade de manutenção de laços comerciais com os fornecedores. Tal aspecto ainda não é muito comum no Brasil, devido aos problemas de classificação e embalamento dos produtos; e pela falta de acesso a telecomunições específicas que aplicam o procedimento toyotista de "autoavaliação da produção" sobre o processo de distribuição de hortifrutis, principalmente em redes de supermercados internacionais. Esse processo mostra-se desfavorável ao produtor, pois exige desse maior produtividade, regularidade e pontualidade. Não obedecendo a esses pré-requisitos, os produtores são retirados desse âmbito comercial.

Diante disto, a comercialização não é um processo simples de transferência de produtos do produtor ao consumidor. Existe uma série de prerrogativas que fazem desse processo uma atividade econômica localizada espacialmente, com atores sociais incluídos e demandas definidas, além de gerar fluxos de distribuição e necessitar de infraestruturas, no sentido de logística, que no Brasil e mais especificamente em Sergipe, tem sido feita por mercados locais e até então pelo CEASA de Aracaju.

Neste contexto, a comercialização agrícola de Itabaiana ganha uma nova dimensão em termos de centro atacadista de hortifrutigranjeiros, com um fixo já definido desde a década de 1990, o Mercado de Hortifrutigranjeiros; e com a consolidação do espaço do CEASA itabaianense, em março de 2021. Sendo assim, mais uma vez

há a importância de se analisar a reorganização espacial do comércio agrícola de Itabaiana, mediante a relação campo-cidade local, regional, nacional e internacional, a partir da prerrogativa das mudanças infrestruturais.

Capítulo 02

RETRATO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

O município de Itabaiana se coloca como uma centralidade regional no estado de Sergipe, mediante os processos produtivos e comerciais agrícolas (SILVA, 1987, CARVALHO, 2010). Todavia, as especificidades desse processo nem sempre são conhecidos, especialmente quando se faz necessário refletir as linhas de pesquisas institucionalizadas, como as do Censo Agropecuário. Sendo assim, o respectivo capítulo buscará refletir as principais características da agropecuária do município de Itabaiana/SE, considerando os dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) e as especificidades da agricultura familiar no município.

A definição de agricultura familiar no Brasil é sedimentada na relação entre trabalho, terra e família, ou seja, no processo gestivo e produtivo conduzido pela família, que prima pela diversificação produtiva, manutenção dos recursos naturais e qualidade de vida. Sua origem é embasada sobretudo na luta de movimentos sociais do campo, aliado a entidades internacionais e institucionalizada pelo Estado brasileiro com a Criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf, 1996) e em 2006, com a definição legislativa. Diante desse aparato, a agricultura familiar passa a respaldar as pequenas unidades produtivas do país, no sentido de serem sustentáveis e promotoras de desenvolvimento econômico no campo.

Neste contexto, o capítulo estará organizado nas seguintes seções: 1) número de estabelecimentos e área da agricultura familiar; 2) perfil dos chefes dos estabelecimentos familiares; 3) pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares; 4) inserção de meios de transporte e tecnologias nas unidades familiares; 5- produção realizada nos estabelecimentos agropecuários familiares em termos de lavouras temporárias e permanentes, além da prática pecuarista; e 6- acesso a crédito e receitas obtidas nas unidades familiares.

2.1 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITABAIANA/SE

O Censo Agropecuário de 2017 adota a classificação dos estabelecimentos rurais no Brasil como sendo de ordem familiares (AFs) ou não familiares. Em Itabaiana essa classificação referenda a condição histórica do município em minifúndios, isto é, considerável número de estabelecimentos familiares (Tabela 02).

Tabela 02 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Itabaiana por tipo de produtor – 2017

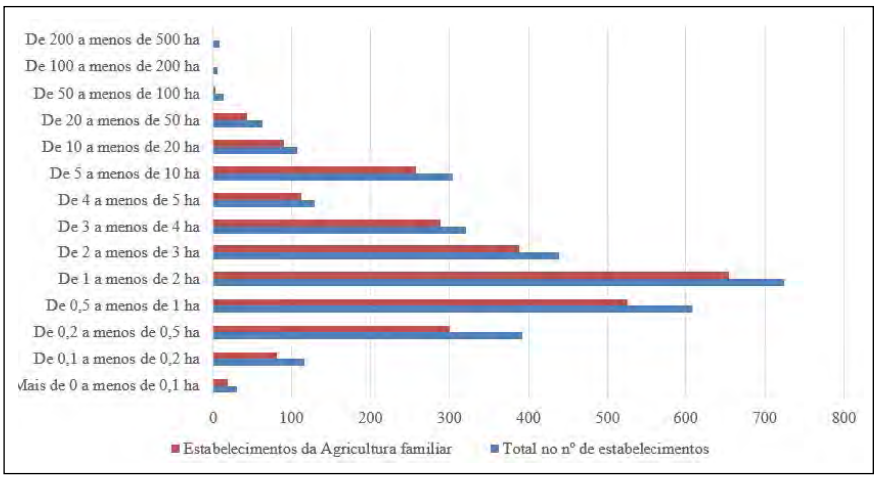
Tipos	Estabelecimentos		Área (em hectares)	
	Número	%	Número	%
Familiar	2.764	84,7	8.279	61
Não familiar	498	15,3	5.281	39
Total	3.262	100	13.560	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Em Sergipe foram recenseados 93.275 estabelecimentos agropecuários, dos quais a maioria era do segmento familiar (72.060 ou 77,3%), embora detivessem menos da metade da área agrícola (46,6%). No município de Itabaiana, 84,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar são definidos como familiares, ocupando uma área de 61% das terras, congregando, segundo o IBGE (2019), estabelecimentos com área variando de 0,1ha a 100ha (figura 05).

Já os produtores não familiares ou patronais eram representados por 15,3% dos estabelecimentos, ocupando 39% de área, indicando uma "melhor" distribuição de terras se comparados com a representatividade da agricultura patronal do estado de Sergipe, que tende a ser bem mais concentrada (21.215 estabelecimentos ocupando uma área de 780.346hectares).

Figura 05 – Número de Estabelecimentos familiares por área no município de Itabaiana/SE



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda em relação à questão da área/terra em Itabaiana, observa-se uma maior concentração em estabelecimentos de menor tamanho de área, situados nas faixas de 0,2 a menos de 100ha, concentrando cerca de 91,4% da área dos estabelecimentos familiares. Ao passo que áreas menores de 0,2 ocupam 3,6% e os estabelecimentos com áreas acima de 100ha representam 5% do total dos estabelecimentos familiares em Itabaiana/SE.

A questão fundiária do município é enfatizada ainda pelo: 1- número de 57 comunidades e sede municipal distribuídas em uma área de 336,692km, segundo a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO/SERGIPE, 2018); e, 2- Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

(BRASIL, 2020, p. 72), que referencia a existência de minifúndios[1], na ordem de 94,78%. O número de pequenas propriedades justifica a lógica produtiva de alimentos demandados pela família e mercados locais e regionais.

Quanto a condição legal da terra, o IBGE (2019) aponta que 72,3% do total de 3.262 estabelecimentos existentes em Itabaiana são regidos, segundo a condição do produtor em relação às terras, por proprietários legais (Tabela 03). Do total de estabelecimentos no município, 84,7% são de agricultores familiares que se colocam como proprietários (73%), comodatários (23%), parceiros (2,1%), arrendatários (1,6%) e ocupantes (0,3%), não havendo assentados aguardando titulação (IBGE/SIDRA, 2019).

Tabela 03 - Número de estabelecimentos agropecuários por condição legal do produtor

Condição do produtor em relação às terras	Total	Agricultura familiar	Não Familiar
Total	3262	2764	498
Proprietário (a)	2359	2019	340
Concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva	-	-	-
Arrendatário (a)	57	44	13
Parceiro (a)	76	59	17
Comodatário (a)	759	633	126
Ocupante	11	9	2
Produtor sem área	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O fato de não ter havido lutas por terras em Itabaiana decorreu da própria história territorial, quando da subdivisão da Capitania de Ayres da Rocha Peixoto (1599) no período colonial; da integração de parte do então território itabaianense, freguesia de São João de Jeremoabo, ao município de Jacobina/Bahia em 1722; do esvaziamento populacional nessa localidade(1775) decorrente

1 A forma de análise de imóvel rural do INCRA é diferente da metodologia utilizada pelo IBGE, que considera estabelecimentos. Contudo, sua referência se faz necessária para atesto da existência preponderante de minifúndios.

da invasão holandesa (1637-1645), com diminuição da atividade pecuarista; e do processo de retomada da colonização com doações de sesmarias no século XVIII, que gerou pequenas unidades produtivas ofertantes de alimentos para o engenhos das povoações de Laranjeiras e da freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Cotinguiba (BISPO, 2013).

Essa organização da estrutura da terra no município de Itabaiana ainda se faz evidente, só que agora num sentido contrário, agregando certa concentração de terras, segundo comparação dos dados do censo agropecuário (2006 e 2019[2]). O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostrava a existência de 3.293 estabelecimentos familiares ocupando uma área de 10.142ha, que comparado ao número total de estabelecimentos e área representavam respectivamente 92,5% e 51,2% do total. Além disso, em termos de posse da terra, em 2006, 92,8% dos agricultores familiares eram classificados como proprietários. Deste modo, os dados indicam mudanças na organização das unidades produtivas, agora tendendo a concentração, com agregação de novas áreas, por vezes acrescidas por herança ou aquisição. Fatos que se justificam também no abandono de estabelecimentos de AFs, por serem considerados economicamente inviáveis e/ou não atraírem os filhos na lida com a terra.

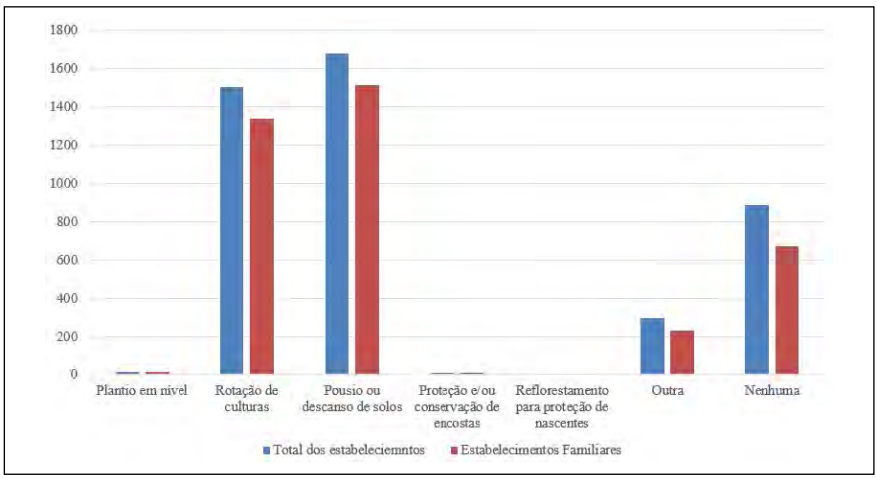
Aspectos referentes às técnicas e práticas agropecuárias adotadas nos estabelecimentos dos AFs no município de Itabaiana demonstram um quadro de maior conhecimento quanto ao uso de adubação, por exemplo, se comparado ao total do estado de Sergipe, em que "[...] 38,2% dos estabelecimentos de AFs sequer utilizam essa técnica, o que evidencia fragilidade no processo de produção e no uso da terra de forma mais efetiva, visando ampliar os níveis de produ-

2 A comparação entre os dois censos deve ser cautelosa, pois houve mudanças metodológicas operadas no último Censo Agropecuário, baseada na definição da Agricultura Familiar, obedecendo a legislação vigente (Lei nº 11.326 de 2006) que fundamentou formas de quantificar e processar os dados referentes a esses atores sociais (DEL GROSSI, 2019).

tividade" (COSTA; CARVALHO, 2020, p. 196). Em Itabaiana, 87% dos agricultores familiares indicaram fazer uso de algum tipo de adubação, distribuídos entre adubação química (3,3%), orgânica (15,8%) e ambas adubações conjugadas (80,9%) (IBGE/SIDRA, 2019).

Em termos de conservação do solo, no contexto das práticas agrícolas, o quadro é motivador, visto que tais práticas são comuns entre os agricultores itabaianenses em sua totalidade. Dentre as práticas de conservação observadas entre os AFs, destacam-se a rotação de cultura (presentes em 48,4% dos estabelecimentos agropecuários), bem como a prática do pousio ou descanso de solos (em 55% dos estabelecimentos), perfazendo técnicas tradicionais decorrentes da experiência acumulada e não necessariamente assimiladas pelo acesso à orientação ou assistência técnica prestada por empresas de desenvolvimento agropecuário estatais ou empresas privadas com esse fim (figura 06).

Figura 06 – Condição do produtor familiar em relação a conservação do solo em Itabaiana



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por outro lado, as práticas mais aperfeiçoadas de preservação e recuperação dos solos nas áreas de AF são praticamente inexistes, com exceção de um estabelecimento que aponta fazer prote-

ção de encosta. Isso pode ser explicado pelo reduzido tamanho das unidades agrícolas, que inviabilizam essas práticas ou pela ausência quase que absoluta da ATER nesses estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019). É sabido também que as empresas prestadoras de assistência técnica estatais não conseguem atender a uma clientela considerável de pequenos agricultores no município pelo reduzido número de técnicos para acompanhamento: 1 técnico para 200 agricultores (VASCONCELOS, 2013; EMDAGRO, 2021).

Quanto ao uso de defensivos agrícolas, observa-se que tal prática não é apontada como universal nos estabelecimentos da AF itabaianense (IBGE, 2019), apesar da incidência ser intensa e visualizada no número de laudos médicos emitidos com diagnóstico de contaminação em hospitais-clínicas do município e estado de Sergipe (SINITOX, 2017). Assim, do universo de 2.764 estabelecimentos familiares, 61,7% fazem uso regular de agrotóxicos sobre o cultivo de hortaliças e raízes no município. E a questão não estaria apenas entre os estabelecimentos da AF, mas também naqueles considerados como não familiares (em que 49,6% dos estabelecimentos utilizaram agrotóxicos), conforme IBGE/SIDRA (2019).

Em termos da agricultura orgânica entre os estabelecimentos, tanto familiares como não familiares, apenas 12 e 15 respectivamente cultivam produtos orgânicos no município, mostrando sua reduzida importância, sendo que entre os AFs, isso representou inexpressivos 0,4% em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários (IBGE/SIDRA, 2019). Essa inexpressiva produção orgânica entre os agricultores familiares decorre da falta de conhecimentos específicos sobre, dos arriscados resultados produtivos e da insegurança quanto a absorção no mercado.

No tocante as características dos produtores familiares, as relações de parentesco na produção mantêm-se tradicionais, sendo que de um total de 7.261 trabalhadores do campo, 6.419 mantém laços familiares (IBGE/SIDRA, 2019). Nos estabelecimentos em que as relações de parentesco familiar se mantêm, a produção se volta para o

próprio consumo (7,2%) e para a comercialização (92,8%) (IBGE/SIDRA, 2019). Aspecto que demonstra a inserção da família agricultora nas relações de mercado, algo muito comum ao município de Itabaiana, que possuí em sua sede o maior mercado de comercialização de hortifrutigranjeiros do estado de Sergipe (CARVALHO, 2010).

2.2 GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS FAMILIARES DE ITABAIANA

Os chefes das unidades familiares itabaianenses mantêm um laço histórico com a terra. Por ter sido um local de passagem entre o litoral e o sertão, o município se estabeleceu como principal centro produtor e comercializador de alimentos voltados a subsistência, não só local, mas regional e nacional. Neste tocante, a questão da gestão de unidades produtivas sempre esteve integrada à família, mesmo que mudanças venham ocorrendo nas últimas décadas, no sentido de esvaziamento do campo motivados pela atração urbana e pela violência**.**

Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2019) para o município de Itabaiana, 53,3% dos chefes de família ainda se mantêm nas unidades produtivas, ao passo que 46,7%, mesmo mantendo a terra, tendem a morar na sede urbana, por vezes optando pela migração pendular ou por vezes, mantendo a terra apenas como um bem. Os respectivos números também se justificam na persistência de pessoas idosas na gestão das unidades produtivas, indicando por vezes, a descontinuidade da produção da terra pelos herdeiros, que buscam nas cidades novas possibilidades de vida e trabalho.

A referida questão pode ser melhor compreendida quando os AFs são segmentados por grupos de área e o local de residência, reforçando a tese de que as menores unidades produtivas são as que detêm maior número de gestores ligados *à* terra, pelo valor sociocultural que agrega, assim como pelo meio de vida mais simples (tabela 04). Ainda assim, mesmo que a maioria dos proprietários

dos estabelecimentos resida na terra (53,3%), o tamanho reduzido das unidades produtivas, sobretudo entre 0,1 e 5ha, opera como fator negativo a sobrevivência da unidade familiar baseado apenas na lida com a terra.

Tabela 04 – Local de residência dos agricultores familiares de Itabaiana por grupos de área total, 2017

Grupos de área (Em ha) 0,1 a 100ha = 2.764 estab.	No estabelecimento	%	Em outro local	%
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	11	0,75	7	0,5
De 0,1 a menos de 0,2 ha	48	3,2	34	2,6
De 0,2 a menos de 0,5 ha	176	12	124	9,6
De 0,5 a menos de 1 ha	308	20,9	217	16,8
De 1 a menos de 2 ha	342	23,2	313	24,3
De 2 a menos de 3 ha	188	12,7	200	15,5
De 3 a menos de 4 ha	161	11	128	9,9
De 4 a menos de 5 ha	64	4,3	48	3,7
De 5 a menos de 10 ha	121	8,2	136	10,5
De 10 a menos de 20 ha	40	2,7	51	4
De 20 a menos de 50 ha	15	0,99	29	2,5
De 50 a menos de 100 ha	1	0,06	2	0,1
Total	1475	100	1289	100

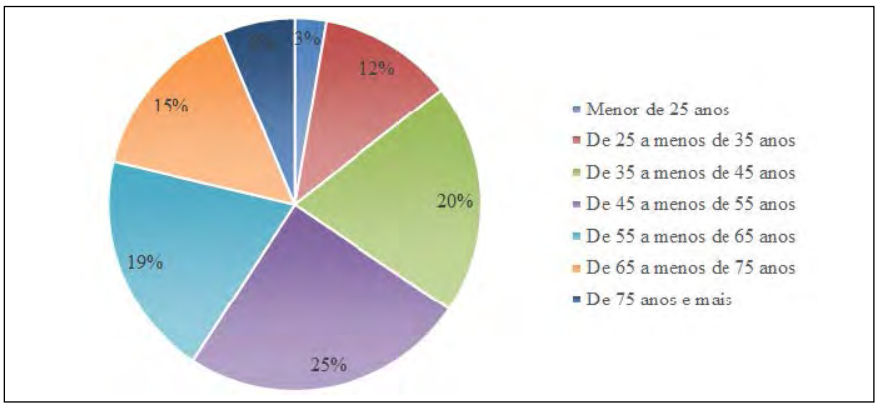
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nesse contexto, tem sido crescente a agregação de atividades não-agrícolas executadas em estabelecimentos familiares, a exemplo do beneficiamento da castanha e práticas artesanais, como produção de doces e cerâmicas. Além disso, há validação de grandes áreas em estabelecimentos classificados como de agricultores familiares residindo em outro local, fato que pode ser decorrente da definição de inúmeras chácaras da "burguesia" itabaianense, destinadas a lazer de final de semana. Esses estabelecimentos de lazer também podem situar famílias residentes, visando a ocupação e a produtividade do imóvel, como forma de dar-lhe sustentabilidade.

Quando considerada a faixa etária dos responsáveis pelos 2.764 estabelecimentos da AF em Itabaiana, segundo o Censo Agropecuário de 2017, atesta-se que 40,8% dos estabelecimentos da

AFs são geridos por indivíduos com idade acima de 55 anos (Figura 07). Número pequeno se considerado a realidade no estado de Sergipe, em que a gestão de 51,3% dos estabelecimentos é feita por proprietários rurais com idade superior a 55 anos (COSTA; CARVALHO, 2020). Deste modo, no município de Itabaiana, mesmo havendo grande número de idosos na gerência dos estabelecimentos, há também consideráveis 56,5% de adultos, com idades entre 25 e 54 anos, atuando na gestão dos estabelecimentos rurais, como promotores da lida com a terra.

Figura 07 – Distribuição dos Chefes de Família (Agricultores Familiares) do município de Itabaiana/SE por grupo de Idade – 2017.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Todavia, entre os menores de 24 anos, apenas 2,7% se definia como gestores dos estabelecimentos familiares. Fato que indica a saída dos muitos jovens rurais das unidades produtivas familiares em busca de novas oportunidades no espaço urbano em termos de estudo, empreendedorismo e prestação de serviços, seja na sede municipal, ou mesmos em outros municípios, a exemplo da capital sergipana. Isso é exemplificado, por exemplo, no grande número de jovens rurais itabaianenses que migram para a capital sergipana e empreendem mercearias (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006; CARNEIRO, 2008).

Além disso, os chefes das unidades produtivas agregam baixos índices de escolaridade se considerado as necessidades de conhecimento para a vida e para sua lida diária (tabela 05). Os respectivos dados demonstram números elevados para quatro classes "negativas" (nunca frequentou escola, em fases de alfabetização, antigo primário; e regular do ensino do primeiro grau) que conjuntamente somaram 93,12%. Fato que revela o abandono às atividades estudantis, mesmo com a presença de políticas públicas em prol da educação, demostrando que efetivamente ainda há muito o que fazer, haja vista a questão impactar entre os descendestes.

Tabela 05 – Nível de Escolaridade dos Gestores Familiares no Município de Itabaiana, 2017

Escolaridade	Estabelecimentos	
	Número	%
Nunca frequentou escola	525	19
Classe de alfabetização – CA	630	22,8
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	6	0,22
Antigo primário (elementar)	293	10,6
Antigo ginasial (médio 1º ciclo)	39	1,4
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	1120	40,5
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	1	0,04
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	2	0,1
Regular de ensino médio ou 2º grau	113	4
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	16	0,6
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	-	-
Superior – graduação	18	0,7
Mestrado ou doutorado	1	0,04
Total	2.764	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda no que concerne às características dos AFs, 80,5% dos gestores das unidades são do sexo masculino, indicando a manutenção cultural do patriarcalismo no campo itabaianense, ao passo que apenas 19,5% são mulheres. Esses números diferem do estado, em que os homens se fazem presente em 75,8% e as mulheres em 24,2% da gestão das unidades produtivas. Apesar de serem minoria, em termos absolutos, as mulheres têm importância entre os

estabelecimentos agropecuários de Itabaiana, pois computam 540 na categoria de AFs, ou seja, um em cada cinco estabelecimentos agropecuários estão sob a gestão de uma mulher.

Em relação à cor, os produtores familiares de Itabaiana se decodificam como predominantemente pardos, representando 47% do total; depois brancos, com 46%; e pretos, com 7%, (IBGE/SIDRA, 2019). Sabendo-se que pelo histórico colonial do município não há territórios indígenas e nem quilombolas. Os primeiros dizimados pela ocupação entre litoral e sertão; e os segundos tendo sido presentes em número muito reduzido se comparado a outras urbes do século XIX, condicionando integração à sociedade itabaianense após a abolição ou migrado para áreas quilombolas, como a região do Cotinguiba (CARVALHO, 1973 e 2000).

O acesso à assistência técnica por parte dos agricultores familiares de Itabaiana é limitado, atestado como recebido por apenas 2% dos AFs (53 em número total), sendo um problema que se arrasta por décadas e com tendência de agravamento no futuro próximo, pois há um esfacelamento dos órgãos em termos de infraestrutura e quadro humano atuante. A ação de outras instituições/entidades na prestação de assistência técnica também tem sido frágil e computada em 0,4% (IBGE/SIDRA, 2019). Diante disso, mantém-se de forma valorativa a transmissão de conhecimentos culturais-produtivos de geração para geração. Além disso, há baixa incidência na integração (associação e/ou cooperativa) desses agricultores para atuarem no processo produtivo e comercial, mesmo que mantenham vínculos com o sindicato rural.

2.3 PESSOAL OCUPADO NAS UNIDADES DOS AFS EM ITABAIANA

No município de Itabaiana, os 2.764 estabelecimentos familiares contam com 8.614 pessoas ocupadas, representando 85,2% do total de pessoal ocupado em atividades agropecuárias no município (IBGE, 2017) (Tabela 06). Desse total de pessoal ocupado na

agricultura familiar, 6.419 trabalhadores mantêm laços de parentesco com o dono da unidade produtiva familiar e 1.745 não têm laços de parentesco. Do universo sem parentesco, os trabalhadores temporários representavam 89,3%, os permanentes 6,5% e os parceiros, 4,2%.

Tabela 06 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários de Itabaiana/SE – 2017

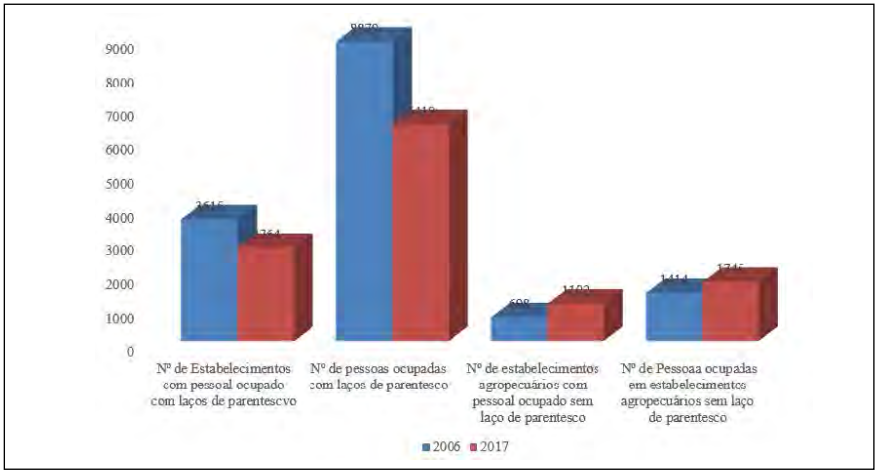
Tipo de Agricultura	Pessoal Ocupado	
	Número	Em %
Familiar	8.164	85,2
Não familiar	1.417	14,8
Total	9.581	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Os dados demonstram que há o predomínio de mão de obra com laços de parentesco trabalhando nas unidades familiares de produção. Fato que indica a preocupação do eixo familiar produtivo na lida com a terra, visando a sobrevivência da família, ao passo que a mão de obra contratada tende a ser trabalho complementar ao da família.

Em termos do geral de pessoal ocupado na agricultura do município de Itabaiana houve um decréscimo de 10,2% em relação ao censo anterior (IBGE, 2006 - 9.098 pessoas) e de 42,2% em relação ao censo de 1996 (IBGE, 1996 – 14.133 pessoas), o que justifica a versão do esvaziamento demográfico no espaço rural do município. Em relação ao pessoal ocupado com laço de parentesco nos estabelecimentos dos AFs, o quadro comparativo é similar: houve diminuição de trabalhadores nessas unidades familiares em 27,7%, acompanhando a diminuição do número de estabelecimentos agropecuários (menos 23,6%) (Figura 06). Todavia, quando se observa comparativamente o número de estabelecimentos e pessoal ocupado sem laços de parentesco a conjuntura foi crescente em respectivamente 57,9% e 23,4%, justificado na expansão do uso de mão de obra temporária (Figura 08).

Figura 08 – Pessoal ocupado por grau de parentesco com os gestores familiares, 2006 e 2017.



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Nesse conjunto, apesar do número de trabalhadores vinculados às unidades familiares de produção por laços de parentesco ser declinante entre 2006 e 2017, o segmento ainda gera ocupações produtivas para mais de 6 mil pessoas. Esse declínio ocorre devido às questões de natureza econômicas, mas também, em virtude da percepção dos descendentes desses agricultores que não mais enxergam a agricultura como atividade eficaz de geração de trabalho e renda (LOPES et al., 2007). Fato que justifica a busca por novas oportunidades de vida, a exemplo da educação e da prestação de serviços junto ao setor terciário da economia urbana, mesmo não apresentando interesse em se desfazer do imóvel rural, que permanece sob a gestão dos genitores, cada vez mais idosos.

2.4 ACESSO A MEIOS DE TRANSPORTE E TECNOLOGIAS

No tocante aos meios de transporte e inserção tecnológica nas unidades produtivas, o município de Itabaiana apresenta estradas vicinais que interligam os povoados e estes a sede urbana. Fato que corrobora para a existência de frotas de veículos, já que 425 estabe-

lecimentos familiares rurais informaram contar com veículos, que se distribuem entre motocicletas e caminhões.

Os respectivos números refletem as mudanças ocorridas nas últimas décadas quanto aos meios de transportes utilizados pelos AFs, particularmente para uso individual. O transporte efetuado via tração animal vem sendo substituído, em sua grande maioria, pelas motocicletas que se tornaram um meio de transporte rápido, econômico e importante entre os agricultores familiares não só do município, como também do Estado. Contudo, mesmo com tamanha inserção, apenas 11% (304) dos estabelecimentos de AFs contam com a presença das motocicletas (310 motos) (IBGE/SIDRA, 2019).

Apesar do pequeno número, as motocicletas no espaço rural itabaianense também representam um meio para ampliação da renda familiar, ao consolidar a profissão de moto-taxista. Segundo Carvalho e Costa (2012), os prestadores de serviço de moto-táxi *não abandonam a vida rural, apenas selecionam o período de trabalho, como os sábados, em que a necessidade de ir* a feira livre condiciona maior demanda por transporte. Além disso, esses atores também optam por cultivar a terra no inverno, quando a busca pelo serviço é menor; firmando sua atividade no verão, principalmente quando se voltam a complementação de renda familiar.

Quanto aos demais meios de transporte (automóveis, caminhões e veículos utilitários), os números por unidade são inexpressivos nos estabelecimentos familiares itabaianenses. Ainda assim, os dados sinalizam a importância da frota de veículos da AF no município em relação aos diversos usos executados.

No que remete a inserção tecnológica, dos 2.764 estabelecimentos, apenas 7 indicam possuírem tratores em suas unidades produtivas (no total de 10 veículos). A frota de tratores existentes nos estabelecimentos presumidamente estaria concentrada em unidades não familiares de produção (21 veículos para 13 estabelecimentos). Da mesma forma, atesta-se a existência de adubadeiras e colheitadeiras entre os AFs, mas com participação insignifican-

te, com pouco alcance, tanto em número de estabelecimento, como também na representatividade da frota municipal (IBGE/SIDRA, 2019). Fato que valida um tradicionalismo no manejo produtivo das unidades familiares de produção, que se sustenta no trabalho braçal da família, de contratados temporário/dia ou ainda na locação da tração mecânica para manejo da terra. A locação do trabalhado de um trator no município por dia tem superado os R$120,00, sendo por isso, algo que requer planejamento pelo gestor no tocante ao orçamento produtivo.

2.5 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE BASE FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITABAIANA/SE

Nesse item serão analisados os dados da produção agrícola, a partir de lavouras temporárias e permanentes; e da pecuária do município, através dos dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019).

2.5.1 Lavouras nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar

As lavouras são subdivididas entre temporárias e permanentes, e apresenta diversidade junto aos agricultores familiares do município, face ao que foi produzido nos últimos anos, mediante observação do último censo.

O Censo Agropecuário de 2017 revela que 46% dos estabelecimentos rurais em Itabaiana se dedicam à produção de lavouras temporárias (1.497 estabelecimentos com lavouras temporárias). Nesse total, a agricultura familiar corresponde a 86,4% das produções temporárias (1.293 estabelecimentos), sendo responsáveis por produções com representação acima de 55% (Tabela 07).

Tabela 07 – Quantidade produzida (em toneladas e mil frutos) pelas lavouras temporárias do município de Itabaiana/SE entre os estabelecimentos familiares e não familiares

Lavouras Temporárias	Quantidade Produzida (em ton. mil frutos), por tipologia		Participação dos AFs em relação ao total produzido (em %)
	Agricultores Familiares	Agricultores Não Familiares	
Abóbora	5	0	100
Amendoim em casca	201	7	96,6
Cana-de-açúcar	5	0	100
Feijão em cor	5	1	83,3
Feijão Fradinho	30	3	93,7
Feijão verde	11	2	84,6
Mandioca	1511	128	92,1
Milho em grão	183	478	27,7
Forrageiras para corte	2321	513	81,9
Milho forrageiro	2385	1.959	55
Palma forrageira	130	20	86,6

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

O produto com menor representatividade familiar em termos produtivos gerais no município é o milho na condição de grão (27,7%) e forrageiro (55%), devido às condições naturais não serem tão avantajadas quanto no sertão sergipano e também, pela facilidade na aquisição desse produto no mercado local, via intermediação comercial. Num sentido contrário, o município de Itabaiana não tem reconhecimento como produtor de cana-de-açúcar, mas de acordo com o Censo Agropecuário (2017), os estabelecimentos da agricultura familiar concentram 100% da produção do município, negando inclusive a realidade sergipana, em que a maior parte da cana é produzida em unidades não familiares de produção.

A produção de batata-doce é outro produto de destaque no município com produção de respectivamente 23.750 toneladas, em áreas de 1900 hectares, com valor de produção médio de R$28.191,00 (Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2019). Essa cultura tem forte execução entre os agricultores familiares de Ita-

baiana e microrregião, por ser uma cultura de fácil manejo, de fácil comercialização, com demanda externa ao Estado de Sergipe, com melhor rendimento médio da produção (Quilogramas por Hectare) e valor agregado.

A produção das lavouras temporárias da agricultura familiar em Itabaiana corresponde a 77,7% do valor total, com valor de venda na ordem de 86%, demonstrando o poder do agricultor familiar itabaianense na definição de preço para seus produtos (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere às lavouras permanentes, o município de Itabaiana, em termos totais e na agricultura familiar, tem destaque na produção de banana, laranja, mamão e maracujá que presentes em 37 estabelecimentos, dos quais 31 são estabelecimentos da agricultura familiar. Esses itens não tiveram produção estimada, mas o valor da produção foi de R$526 mil e o valor de venda foi de R$492 mil no total municipal, sendo que a agricultura familiar contribuiu com 85,5% no valor de produção e com a participação em 85% do valor de venda (IBGE, 2019). Pelo valor dado, estima-se ainda que nem tudo que foi produzido no município em termos de lavouras permanentes foi direcionado à comercialização, perfazendo assim, parte do consumo da unidade produtiva.

Em síntese, os dados do Censo Agropecuário de 2017 asseguram a existência de lavouras permanentes sendo cultivadas em unidades familiares de produção no município de Itabaiana. Mas, pelos números, fica evidente que as unidades produtivas não se dedicam a lavouras permanentes, parecendo ser apenas um complemento na subsistência e, optando assim, por maior diversificação frente à geração de renda.

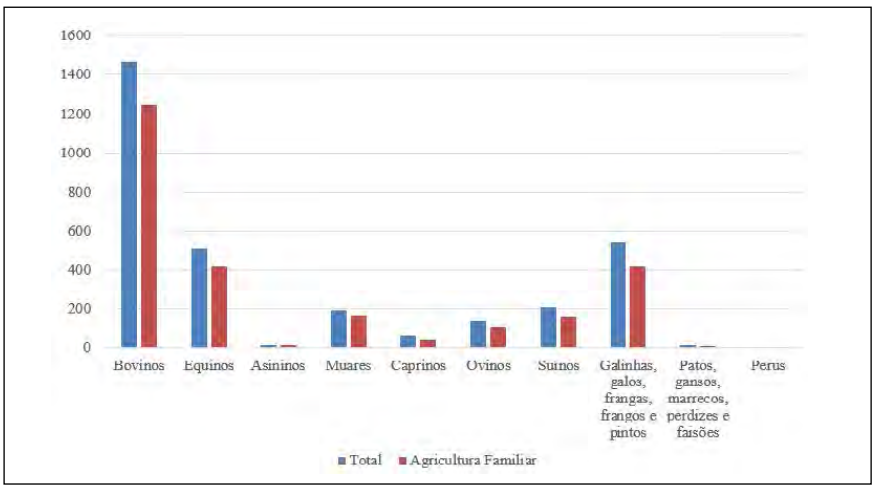
2.5.2 Pecuária nos Estabelecimentos da Agricultura Familiar

No município de Itabaiana, a atividade pecuarista não agrega tanta tradição, apesar de ser desenvolvida com pequeno número de

cabeças por estabelecimento familiar, haja vista, as áreas não serem consideráveis e o foco ser mesmo a atividade agrícola. Diante disso, o município de Itabaiana nesses termos, considerando a história como ponto de passagem entre o litoral e o sertão, não tem vocação pecuarista, mesmo que apresente relevância na constituição da renda familiar de muitos pequenos agricultores. Os números do Censo Agropecuário 2017 reforçam a assertiva para o município, pois existe criação de bovinos, equinos, suínos e galináceos.

Na figura 09 se observa a relevância das seis criações presentes nos estabelecimentos itabaianenses, bem como o seu papel estratégico na consolidação dos pequenos agricultores. As criações nos estabelecimentos familiares superam 80% do total do município, inferindo que a pecuária ainda persiste como importante atividade no desenvolvimento da unidade de produção familiar no município.

Figura 09 – Participação dos estabelecimentos da agricultura familiar na pecuária itabaianense – 2017



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

A alta participação do gado bovino nos estabelecimentos familiares pode ser explicada pelo aspecto tradicional no uso como ren-

da complementar ao estabelecimento e produtor. Esse rebanho se faz visível fortemente no noroeste do município, em específico em área de transição com a porção sertaneja. Essa criação se concentra em estabelecimentos com área na faixa de 1 a 50ha (89,2%), que, pelos padrões das unidades dos AFs, podem ser enquadradas como "pequenos estabelecimentos". Nessa classe, o rebanho bovino representa 65,3% em número de cabeças e 85,1% em número dos estabelecimentos agropecuários enquadrados como de AFs (IBGE/SIDRA, 2019).

A criação de bovinos articula a ação não apenas de "criar e vender" para abatedouros locais, mas também de sobrevivência da unidade familiar via o autoconsumo, a exemplo do leite, que, nos últimos anos, tem tido sua produção ampliada, voltando-se para dentro e para fora da propriedade familiar, sobretudo com a integração à cadeia produtiva do município de Nossa Senhora da Glória.

Além dessa produção, há destaque ainda, pelo aporte dos minifúndios, para a produção de equinos (1198 cabeças), suínos (2651 cabeças) e galináceos (77.062 cabeças). O primeiro presente em 418 estabelecimentos familiares, com produção de 748 cabeças, criados como animais de estima, cavalgaria e tração animal, representando respectivamente 82% no total de estabelecimentos e 62,5% no total da produção municipal. O segundo, se faz presente em 209 dos estabelecimentos totais, dos quais 78% eram classificados como familiares, com uma produção de 1.916 cabeças (72,3% da produção municipal), dedicados ao abastecimento do mercado local e regional, demandador de carnes suínas. E, o terceiro, galináceos, esteve presente em 543 estabelecimentos, sendo que 417 eram familiares (76,8% do total), com produção de 44.398 cabeças, que representa 57,6% da produção municipal, voltando-se ao consumo familiar e por vezes do mercado local.

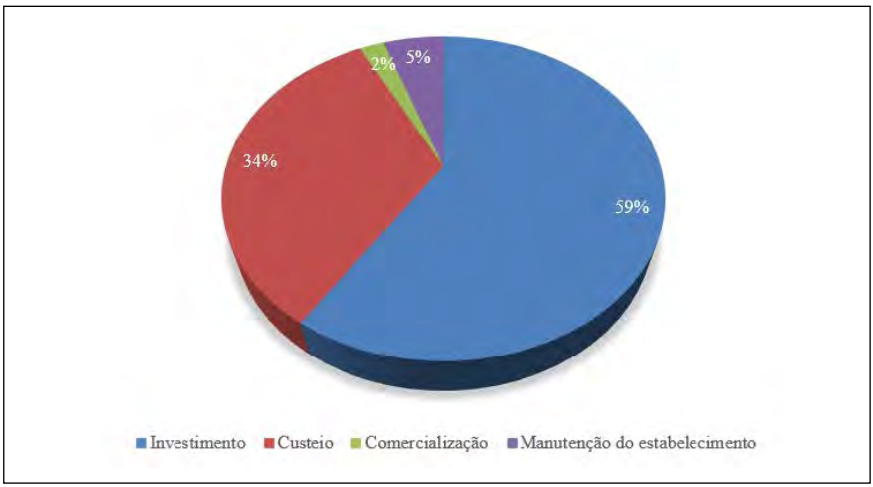
Diante do exposto, fica evidente o avanço e a importância da pecuária bovina no município e o papel econômico que exerce para várias unidades familiares de produção e pela agregação de renda, sendo que as 11.257 cabeças somariam em termos de valor de ven-

da R$12.861 mil reais (90,5% do valor de venda total). A atividade pecuarista no município, mesmo apresentando problemas, frente ao tradicionalismo existente e a produção individualizada, é uma atividade importante no conjunto da renda familiar.

2.6 ACESSO A CRÉDITO E RECEITAS POR AGRICULTORES FAMILIARES ITABAIANENSES

Quanto à questão financeira, os dados do Censo Agropecuários (2019) para o município de Itabaiana revelaram que 196 estabelecimentos obtiveram algum tipo de financiamento, dos quais 149 eram da agricultura familiar (76% do total), acessado via banco (94,6%), cooperativa de crédito (2%), governo (2%) e parentes ou amigos (2,7%). Os agricultores familiares que acessaram financiamentos estiveram distribuídos na condição de proprietários da terra (84,5%), comodatário (12%), arrendatário (2%), ocupante (1,5%). Esse financiamento voltou-se especialmente para investimento (Figura 10).

Figura 10- Finalidade de financiamentos obtidos por unidades familiares de produção em Itabaiana – 2017.



Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Com essa movimentação financeira fica subentendido que ainda há uma pequena difusão da política de crédito voltado para a AF em Itabaiana (31%), levando-se em consideração que 149 agricultores o acessarem de um total de 479 que possuem a DAP. Fato preocupante quanto à manutenção de uma política pública aparentemente consolidada, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e que ainda não tem capilaridade universal nem no município e nem no Estado de Sergipe. Os respectivos dados do Censo não apresentam a real dimensão da importância dessa política creditícia, pois considerou uma pesquisa com referencial de 1 ano, demarcando uma fragilidade na simetria de informações.

Porém, o mais grave relaciona-se ao financiamento do Grupo B do Pronaf, que representou inexpressivos 4,2% dos estabelecimentos da AF como um todo, isto é, de um total de 2.764 estabelecimentos familiares em Itabaiana, somente 115 agricultores tiveram acesso ao Pronaf B. Os AFs com renda até R$ 20 mil fizeram contratos voltados principalmente a investimento (73%) e custeio (47%), mas também a manutenção do estabelecimento (7,8%) e comercialização (2,6%), atestando que houve mais de um microcrédito efetivado por unidade familiar.

Quanto ao Pronaf Variável, que inclui os AFs com renda acima de R$ 20 mil até R$ 360 mil, os dados demonstram também suas limitações, com apenas 1,2% em relação ao quantitativo total de unidades familiares, concentrados quanto a finalidade em: 1- investimento (82,3% do total de 34 estabelecimentos com Pronaf Variável), 2-custeio (26,5%), 3-comercialização (2,9%), e 4-manutenção do estabelecimento (2,9%).

Em relação ao tipo de produção e seus respectivos valores quanto ao financiamento da AF, de forma particular, do Pronaf B, ficou concentrado no segmento animal (34%), seguido de lavouras temporárias (14,8%) e lavouras permanentes (0,9%). Quanto ao Pronaf Variável, 44% do montante foi voltado à criação animal. Os respectivos

dados demonstram que ainda persiste a cultura da compra animal, para que com suas crias possa ser pago o financiamento. Contudo, em Itabaiana, esse quadro tende a ser um pouco mais diferenciado, pois os investimentos se direcionam também às lavouras temporárias, condicionado ao maior mercado olerícola do estado de Sergipe.

Em termos de rendimentos dos estabelecimentos rurais em Itabaiana é notável observar que nem todos, na totalidade (3262), e nem os classificados como de agricultores familiares (2764), agregam receitas. Esse fato pode ser justificado na presença de chácaras com a finalidade de ser apenas espaços de lazer em finais de semana ou mesmo na existência de unidades produtivas sem atividades executadas. Todavia, os estabelecimentos que apresentam algum tipo de receita se distribuem entre os advindos da produção, de outras receitas do estabelecimento e de outras receitas do produtor, que estão atreladas a atividades executadas fora da unidade produtiva, a aposentadoria, pensões e de provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal) (Tabela 08).

Tabela 08– Estabelecimentos e rendimentos (2017).

	Total		Agricultura familiar	
	Estabelecimentos	Valores (R$)	Estabelecimentos	Valores (R$)
Estabelecimentos com Receitas	3139	81.055,00	2647	58.109,00
Receitas da produção do estabelecimento	2814	54.627,00	2412	39.109,00
Outras receitas do estabelecimento	99	2.913,00	80	2.559,00
Outras receitas do produtor	1574	23.515,00	1170	16.442,00
Outras receitas do produtor - recursos de aposentadorias ou pensões	957	15.928,00	916	15.248,00
Outras receitas do produtor - rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento	534	7.299,00	150	958,00
Outras receitas do produtor - provenientes de programas dos Governos (federal, estadual ou municipal)	163	-	129	-

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por esse contexto, observa-se que 84,3% dos estabelecimentos com receitas são familiares, sendo que os valores gerados por esses atores representam 71,7% do total das receitas municipais rurais. Além disso, a agricultura familiar concentra 71,6% de todos os rendimentos gerados com produção e de 69,9% de outras receitas dos produtores, das quais, os recursos de aposentadorias ou pensões é o de maior impacto, representando 95,7% do total disponibilizado aos idosos residentes no espaço rural de Itabaiana.

Os respectivos dados demonstram que as unidades familiares de produção possuem diferentes formas de receitas e de acesso, fato que respalda a sedimentação de novas formas de sobrevivência para os estabelecimentos no mundo rural, seja por receitas advindas de programas federais, mas também, por outras receitas geradas pelo produtor a partir dos estabelecimentos, que vão para além da produção. Fato validado em Itabaiana com o acesso de muitos produtores ao mercado de comercialização, via feiras livres em vários municípios sergipanos, baianos e alagoanos.

Capítulo 03

Estado e políticas públicas em prol da produção e comercialização agrícola no município de Itabaiana

O Estado é uma organização instituitucional que define relação entre sociedade, território e governo. Ele é uma construção histórica das formas de organização social e política, detendo poder imanado da sociedade política em busca de realização de objetivos comuns. Sua origem data da antiguidade clássica, mas no viés de Estado-Moderno se correlaciona ao surgimento do sistema capitalista e do Estado-nação, aliando-se

> [...] no plano econômico, a transformação da força de trabalho em mercadoria remunerada pelo salário, a definição do lucro como objetivo da atividade econômica, e a acumulação de capital com incorporação de progresso técnico a forma de realizá-lo (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.03).

Nessa leitura, o Estado é "[...] selected and consolidated as an organizing concept of political practice in the high early modern period" (JESSOP, 2007, p. 02). Esse ente se apresenta como um instrumento mutável de acordo com a vontade social política, isto é, ele deve corresponder às vontades do povo, por meio de seus representantes. Contudo, o Estado também pode ser definido por relação social, constituida de instituições, contradições de classes e fundamento para a reprodução do capital (JESSOP, 2007).

Assim, independente de concepções teórico-político-metodológica, o Estado é um agente representante da sociedade, sem necessariamente haver uma definição pronta e acabada, apesar de aderir-se a uma pré-definição. A função desse Estado está na promoção de ações em prol social, colocando-se como impulsor de desenvolvimento via políticas públicas, que acresça bem estar e soluções para problemas complexos, via conjunto de instituições formais.

Diante disso, há a importância de se compreender os sentidos de Estado e Desenvolvimento. Os referidos temas embasam a análise do Estado enquanto promotor de políticas públicas e consolidador de infraestruturas em prol da produção e da comercialização agrícola no município de Itabaiana/SE, sobretudo a partir da década de 1950. Para tanto parte-se do seguinte questionamento: Como o Estado tem intervindo em fixos infraestruturais para o desenvolvimento da produção e comercialização agrícola no município de Itabaiana/SE?

3.1 COMPREENDENDO O ESTADO E O SENTIDO DO "DITO" DESENVOLVIMENTO

O Estado expressa a estrutura de poder definida sobre um território e sociedade. Sua estrutura é constituída por instituições formais (normas leis), que funcionam de acordo com os interesses sociais e com as demandas do sistema de acumulação capitalista. Tanto por isso, demarca-se sua composição em poder, território e nação.

O poder é refletido na maneira que as instituições estatais impõem cumprimento e aprovação de determinações governamentais à sociedade. Já o território é delimitado ao espaço físico, nos limites de soberania exercido pelo poder. E, o terceiro, é balizado pelo conjunto humano, com seus aspectos históricos, econômicos e culturais, sob o comando do Estado. Segundo Azambuja (2005,

p.106), a nação perfaz "[...] uma sociedade de homens que têm a mesma origem e os mesmos ideais, mas não é uma personalidade, não tem existência diferente da dos indivíduos".

Sendo assim, o Estado é uma entidade organizadora do convívio social, pois seu poder político é legitimado pela ordem jurídica, que regulamenta as atividades institucionais e a execução das leis no contexto da totalidade social. Além de função normativa, o Estado é constituído por estruturas econômicas e administrativas.

As estruturas econômicas são reflexos das classes sociais e de seu processo dominador. Essas são decodificadas no distinto acesso a prorpiedade privada, como demarcado por North (2005), que coloca o Estado como garantidor do direito à propriedade e apaziguador dos conflitos sociais. Segundo o autor, essas instituições estatais foram construídas ao longo do tempo para permitir a ampliação do mercado e a realização dos ganhos de produção mais complexa, estendendo as trocas para além dos limites de um pequeno espaço geográfico.

No ensejo administrativo, o Estado é constituído de instituições que têm competência para pensar e executar políticas de intervenção em prol da promoção de melhoriais socioespaciais. No Brasil, essa ação estatal esteve circunscrita historicamente ao período do Estado Desenvolvimentista, quando se atestou maior articulação na relação campo-cidade e rural-urbana, mediante a edificação e manutenção de redes rodoviárias, com trocas de mercadorias; e a promoção de melhorias nas telecomunicações, que possibilitaram trocas culturais nesses dois campos. Além disso, o Estado criou forma de subsidiar políticas públicas com viés econômico, em específico, para o agronegócio.

A retórica intervencionista do Estado brasileiro fora sufocada em finais da década de 1980, quando as ações do Estado Neoliberal passam a corresponder as demandas específicas do mercado. Sendo assim, a ação do Estado em prol de consolidação de infraestruturas e políticas voltadas a melhorias socioeconômicas no país

foram bastante diminuídas, pois o foco se tornou a integração às demandas do mercado financeiro, principalmente. No atual contexto, demarca-se a performace do Estado pós-Democrático, pois considera que a integração às demandas de mercado ocorre em escalas políticas e econômicas.

No Brasil, em virtude da história escratocrata, se sedimenta uma variação do Estado Pós-Democrata que não se preocupa com a concretização de direitos fundamentais, não limita poderes da elite e não agrega participação popular, sendo um país marcado pela liberdade de mercado das grandes corporações financeiras, sem efetivação do direito social.

Por essa condição, o Brasil de Estado Desenvolvimentista trocou de lugar com o Brasil de Estado Neoliberal e consequentemente, muito das políticas têm sido apaziguadoras de contradições sem reflexos de resolução. Contudo, ainda se faz evidente ações infraestruturais em prol de melhorias de fluxos econômicos e por conseguinte, de alguma mínima melhoria social.

Por essa condição, o desenvolvimento deve ser refletido, pois não é um termo de fácil aplicação, sobretudo no viés teórico-acadêmico, vez que agrega uma série de interpretações. Todavia, opta-se pelo desenvolvimento como redutor de privações das necessidades individuais. Para alcançar tal desenvolvimento faz-se necessário a ação do Estado em políticas públicas sociais, econômicas e culturais, como foco para as melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. O respectivo modelo de desenvolvimento foi atestado por Sen (2000), evidencia que o crescimento econômico por si só não promove melhorias conjuntuais à sociedade, precisando ir além, focalizando saúde, educação, lazer e direitos civis.

Perante o exposto, a remoção de privações precisa estar aliada às necessidades da população e em consonância aos direitos humanos. No sentido econômico, esse desenvolvimento com liberdade deve ocorrer pela mediação das relações de trocas, que oportunizem o desfrute por parte de toda sociedade. Além disso, é preciso

considerar os mercados, a liberdade de produção, trocas e transação para haver crescimento econômico e desenvolvimento do território, pois, "[...] a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social" (SEN, 2000, p.22).

A falta de liberdade de acesso a mercados é comum aos pequenos agricultores, que se sujeitam à intermediação, normas de organização e restrições. A privação de liberdade econômica a esses sujeitos os tornam vítimas de outros tipos carências, como a social e a política. Estas são liberdades instrumentais, que precisam ser garantidas, no sentido de estabelecer a sobrevivência livre dos indivíduos e em suas correlações sociais. Logo,

> Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiários passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação das capacidades humanas e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2000, p.71)

Sen (2000) enfoca que as demandas individuais devem ser correspondidas de forma livre, pois a liberdade só tem sentido se o indivíduo consegue banir as privações de suas vidas. Então, Sen (2010) lida com a real liberdade do indivíduo, que vivencia negações de ordem econômica, diante de inúmeros tipos de privações, que perpassam a fome, a ausência de serviços públicos essenciais (saúde e educação) e de ordem política, mediante a participação social nas decisões e escolhas do seu lugar de vivência. Esses aspectos privam a lógica do desenvolvimento em termos de melhorias da qualidade de vida dos indivíduos, mediante a ausência de disposições econômicas, sociais e políticas que subsidiem as capacidades

individuais. Nesse contexto, o direito enquanto avaliador da aplicação das leis, torna-se útil na aplicação de liberdade com ressalvas, mediante conduta do indivíduo.

Deste modo, oportunidades podem e devem ser criadas, através de investimentos e financiamentos coletivos voltados à sociedade e à diminuição de desigualdades sociais. Nesse sentido, conclui-se que a liberdade em suas diversas facetas é o caminho para se promover o desenvolvimento, não só no viés econômico, mas em todas as perspectivas. Fatos os quais devem ser analisados a partir da realidade local, com a aplicação de políticas públicas infraestruturais produtivas e sociais, que considerem e possibilitem impactos sócio-políticos-culturais positivos.

3.2 BRASIL: ESTADO E DESENVOLVIMENTO INFRAESTRUTURAL

O Estado brasileiro sempre fora conduzido pelas demandas do grande capital, via *commodities* e necessidade de superávits comerciais. Neste contexto, tomando como base o período de 1920 a 1980, busca-se entender a atuação do Estado brasileiro "desenvolvimentista" diante do status de Estado conservador, centralizador e autoritário.

O pensamento econômico brasileiro ao trabalhar o Estado desenvolvimentista no Brasil não validava a necessidade de geração de bem estar-social, mas sim o crescimento econômico, via políticas de investimento liberal e com investimentos estrangeiros. Esse aspecto tivera fôlego no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando da apresentação de sua meta de governo, "cinquenta anos em cinco", promovendo crescimento econômico no país (Plano de Metas), via capital estrangeiro, com a promoção da indústria automobilistica, construção de Brasília e a integração de todas as regiões do Brasil.

Esse momento de "*boom*" econômico na história do Brasil teve impulso com o pensamento preconizado pela Comissão Econômica

para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a paritr de final da década de 1940, quando Raúl Prebish (1949) apresentou o seguinte estudo: "O Desenvolvimento Econômico da América Latina", com base na diferenciação produtiva entre centro e periferia. Disso, surgiu a teoria do subdesenvolvimento, que prescrevia um modelo de substituição de importações para os países latino-americanos.

Entre os anos de 1960 e 1980, novas correntes e perspectivas do desenvolvimento foram sendo definidas: Desenvolvimentismo Autoritário, o Neomarxismo e a Nova esquerda, com intuito de resolver o problema do atraso ou do subdesenvolvimento em que se encontrava o Brasil. Todavia, pós-1980, com os encaminhamentos da década perdida, muitas das políticas públicas em prol de desenvolvimento econômico fracassaram, tendo uma breve retomada em meados da década de 1990.

Na primeira década do século XXI, passa-se a pensar políticas públicas em prol de instâncias sociais, se desenhando um modelo de desenvolvimento mais realista para as características nacionais. Todavia, o dado modelo de crescimento econômico enlaçado às necessidades sociais é minado em meados da segunda década do século XXI e intensificado com a constante da pandemia do Covid-19. Tudo isso decorrido da política neoliberal adotada pelo Estado brasileiro, que impôs redução de sua ação em prol de benefícios sociais e políticas públicas de luta por diminuição das desigualdades sociais.

3.2.1 Desenvolvimento das Vias de Fluxos no Brasil

No contexto do Estado Desenvolvimentista brasileiro, as políticas definidas contribuíram para a intensificação do processo de circulação e integração rural-urbana, via implantação de infraestruturas. Num país de dimensões continentais, como é o caso do Brasil, os transportes e as comunicações se colocam como elementos estratégicos de desenvolvimento, pois visam reduzir distâncias e promover trocas rápidas no mercado.

Neste contexto de promoção da circulação, observa-se a instalação das primeiras estradas brasileiras, iniciadas ainda no século XIX, assim como das rodovias surgirdas no Nordeste na década de 1920, como reflexo do combate às secas (BARSA, 1995). Ainda nessa década era inaugurada a primeira rodovia pavimentada, Rio-Petropólis, conhecida como rodovia Washington Luiz.

As construções rodoviarias ganharam impulso nas décadas de 1940 e 1950, impulsionadas pela criação do Fundo Rodoviário Nacional (1946) e da Petrobrás (1954), que impulsionaram a produção de asfalto; somados à construção de Brasília (1957-1960), que determinou um novo plano rodoviário nacional, integrando a nova capital às regiões do país; e a instalação da indústria automobilística (1957), ambos no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

No início da década de 1970 é instituido o Plano Nacional de Viação (1973) e a sistematização do sistema rodoviário federal e respectivas numerações, sendo 8 rodoviais iniciadas em Brasília com numeração zero; 14 longitudinais, direção norte-sul, com número inicial um; 21 transversais, sentido leste-oeste, com numeração inicial dois; 29 diagonais, numeração inicada em três; e 78 rodovias de ligação entre centros urbanos com numeração inicial quatro.

A crise instaurada em finais da década de 1970 foi motivada, especialmente, pela queda na produção petrolífera mundial, que condiciou progressiva degradação da rede rodoviária brasileira. Diante desse obstáculo, a construção de novas rodovias ficou estagnada, condicionando prejuízos a setores estratégicos da econômia nacional. A consolidação do modelo rodoviário, apesar de caro aos cofres públicos, permitiu maior articulação nacional.

Carlos (2004) atesta que a influência exercida pelo sistema capitalista colaborou na intensificação da relação cidade-campo e na definição da teoria centro-periferia. Fato exemplificado na função exercida pela metrópole paulista, que controla via Bolsa de Cereais oficiais, da Bolsa de Mercadorias e Futuros, todo o fluxo

de produção e comercialização agrícola no Brasil, num sentido de centro-periferia.

Todavia, mesmo com a dominância do setor rodoviário, houve nesse período o desenvolvimento de portos e aeroportos atuando na circulação comercial de mercadorias agrícolas nacionais e internacionais no Brasil. Nesse contexto, cabe salientar que o desenvolvimento foi vislumbrado também para o espaço rural, junto à articulação rural-urbano, com a implementação de programas impulsores de crescimento produtivo e comercial de agrícola.

3.2.2 Programas De Desenvolvimento Rural adotados no Brasil

A modernização da agricultura brasileira foi impulsionada nas décadas de 1960-1970, com a chamada Revolução Verde, a partir da adesão do pacote técnologico norte-americano, que promoveu mudanças na base produtiva do país. Nesse contexto, programas foram criados pelo Estado brasileiro, visando consolidar o modelo desenvolvimentista para o espaço rural, com base em superávits na balança comercial. Diante disso,

> [...] a agricultura passou a ocupar posição subordinada, tanto no nível econômico como no das decisões, passando a liderança do processo ao setor urbano-industrial, ressalvadas as profundas fragmentação existentes não apenas no interior destes setores, mas no conjunto das elites (NETO, 1997, p.137).

A disseminação do modelo preconizado pela Revolução Verde calcado em capital, tecnologia e informação nas atividades produtivas do campo criou uma nova relação rural-urbana, que se associa a perspectiva do continuum, em que "[...] o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana" (MARQUES, 2002, p.100).

Neste contexto, o Estado realizou investimentos e estabeleceu associação com o capital privado, condicionando a implementação de infraestrutura, programas e pesquisas. Disso, sobressaiu programas em prol do desenvolvimetno rural bransieliro, conforme destaca Matos (2006, p.69):

> PROTERRA (1971) – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a Agroindústria do Norte e Nordeste; PROVALE (1972) – Programa Espacial para o São Francisco e o; POLOAMAZONIA – Programa de Desenvolvimento das Áreas da Amazônia. Na região Centro-Oeste destaca-se a criação do PROAGO (1973) – Programa de Garantia de Atividade Agropecuária; POLOCENTRO (1975) – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER (1976) – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.

Além desses programas, o Sistema Nacional do crédito Rural (SNCR), criado na metade da década de 1960, também contribuiu para a modernização da agricultura brasileira com o financiamento de fertilizantes, sementes, máquinas e defensivos. Somados a esses programas, o Estado criou empresas de pesquisa visando dar maior dinamismo produtivo no espaço rural, entre as quais: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1973) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER, 1975). As respectivas empresas tinham o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e orientar a modernização da agropecuária brasileira.

Nesse período, o Estado também atuou na consolidação de Centrais de Abastecimento (CEASAS) na década de 1960, com a intenção de estimular a comercialização diversificada de produtos agrícolas num mesmo espaço, na forma atacadista. Fixo depois disseminado, pois

> O governo brasileiro estimulou a criação de centrais nas principais cidades do país, principalmente nas capitais, que já se

> destacavam como principais centros consumidores. Atualmente, além das capitais há centrais nas principais cidades que em alguns casos são denominados apenas de mercados (SANTANA, 2005, p.33).

No período de ditadura militar (1964-1985), o segmento agrícola passa a ser estimulado com o projeto de Metas e Bases para a Ação de Governo e do I Plano Nacional de Desenvolvimento- PND (1972-1974), que definiu a agricultura como um componente da economia. Em 1974, o II PND contribui para a dinamização do setor agropecuário, e por conseguinte, para a correspondência de demandas por alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas para industrialização, mediante cenário da crise mundial do petróleo. O referido conjunto contribuiu para a definição do Brasil como "celeiro agrícola do mundo", devido às políticas agrícolas voltarem-se ao crecimento produtivo e correspondência das exportações de *commodities*, que conflui para a concentração de terras e riquezas.

Neste contexto, o Nordeste brasileiro também foi agraciado com programas específicos de desenvolvimento rural, a partir da década de 1950, com a instituição da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que implementou ações em prol da melhoria produtiva agrícola e da industrialização da região. Além da Sudene, o Estado implementou programas entre a década de 1970 e 1980, em prol da agricultura, como o Programa de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PAPP); o Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE) e Programas de Financiamento Federal, a exemplo do Financiamento do Nordeste (FINOR) e do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). Todavia, na década de 1980, em virtude da crise financeira nacional, os programas específicos para o Nordeste foram sufocados.

Na década de 1990, seguindo a retomada de crescimento econômico do país e a política de Estado de intuito produtivo, é definida políticas de crédito para pequenos agricultores familiares em nível nacional, executada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico e Social (BNDES). Entre os principais programas voltados para essa proposta de desenvolvimento rural, destacam-se: Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF); Programa de incentivo à Irrigação e à armazenagem (MODERINFRA); Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (MODERAGRO); Programa de Modernização da Frota de tratores agrícolas e implementos associados a colheitadeiras (MODERFROTA); Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP); Programa de Incentivo ao Investimento no Agronegócio (INVESTIAGRO); Programa de Estímulo à produção agropecuárista sustentável (PRODUSA), entre outros.

O Estado manteve políticas públicas em prol da agriucltura, sobretudo para aquelas direcionadas aos agricultores familiares, como o Programa Parceria e Mercado e Prêmio Parceiro da Agricultura Familiar, que visava aumento de produtividade e comercialização, com qualidade, agregação de valor e de renda. Tais condições contribuÍram para o progresso, por exemplo, de produção, logística e circulação da fruticultura da maçã em alguns estados, como Bahia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A consonância produtiva com a relação comercial condicionou a formação de feiras livres e por conseguinte, a construção de cidades, com a correção campo-cidade, a partir da oferta de outras atividades comerciais. Deste modo,

> [...] o surgimento de várias cidades está associada aos mercados períodicos . De acordo com o desempenho e a dinâmica assumida, as cidades surgem em decorrências do seu uso comercial e chegam a desaparecer pelo onsucesso comercial. Em outros casos, tornam-se verdadeiros entroncamentos comerciais e rodoviários prósperos, como Itabaiana, em Sergipe; Feira de Santana, na Bahia; Arapiraca, em Alagoas; Caruaru, em Pernambuco; Campina Grande, na Paraíba; Campinas, em São Paulo; Caixias do Sul, no Rio Grande do Sul; Lages, em

> Santa Catarina; Londrina, no Paraná, dentre outras (SANTANA, 2005, p. 63).

Destarte, o Estado nacional interviu, por meio de programas e infraestruturas, na promoção do desenvolvimento rural, gerando condições de concorrência internacional e contribuindo para uma relação campo-cidade em cárater complementar. Aspecto que conta com parcela da população local no tocante ao intercâmbio comercial (rural- urbano), mediante iniciativas de produção capitalista, com promoção econômico-produtiva da agricultura, assim como, fortalecimento dos meios de circulação. Tal fato é atestado em Sergipe, especificamente no município de Itabaiana, conforme se segue análise.

3.3 A MÃO DO ESTADO NO ESPAÇO RURAL DE SERGIPE: O CASO DE ITABAIANA

O território sergipano contou desde a década de 1960 com a intervenção do Estado na promoção das atividades agropecuárias, seguindo o parâmetro de âmbito nacional, com a instalação de escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Essas empresas nasceram com intuito de prover assistência técnica e melhorar as condições socioeconômicas e produtivas rurais dos municípios sergipanos.

Em conjunto a essa ação técnico-científico, o Estado interviu em infraestruturas locais visando o acréscimo produtivo, com a instalação de projetos de irrigação como: Colonização e Irrigação no Baixo São Francisco (1975); Propriá (1976); Betume entre os municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba (1977); Califórnia, em Canindé do São Francisco (1987); Cotinguiba/Pindoba (1982), entre os municípios de Japoatã, Neópolis e Propriá; Platô de Neópolis (1993); e Projeto Jacaré-Curituba (1997), entre os

municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo. Todos esses instalados nas adjacências do Rio São Francisco e voltados para a produção de cereais, frutas e verduras, além de psicultura e pecuária, em predominância de unidade familiares de produção (SILVA, 2021). Além desses, foram instalados os projetos Jabeberi, em Tobias Barreto; e, Piauí, em Lagarto, voltados à produção de cultivos alimentícios; e os perímetros irrigados de Itabaiana (Açude da Macela, Jacarecica e Ribeira) que agregam função importante na disponibilização de hortifrutigranejeiros para feiras de Sergipe e de estados vizinhos, a exemplo da Bahia, com a distribuição de folhagens (CARVALHO, 2010).

Neste contexto, o Estado teve função importante na instalação de infraestruturas que visaram o fortalecimento da agricultura familiar, através de propostas de colonização/assentamento, produção agroecológica e regularização fundiária, além de possibilitar a promoção de turismo rural. Essa ação, via empresas de ATER auxiliaram na definição e fortalecimento de cadeias produtivas de coco, mangaba, citros, mandioca, algodão, aquicultura, leite e ovino-caprinocultura, pecuária de corte, sementes, entre outros.

Os referidos projetos perfizeram o reflexo de políticas nacionais instaladas mediante condicionamentos da esfera federal para as esferas estaduais e municipais. Contudo, desde meados da década de 1990, se vivencia uma nova fase do capital financeiro em que a ação do Estado, no seu viés administrativo e interventor com políticas públicas, tem diminuido significativamente sua função, gerando dificuldades na sedimentação de novos projetos. Essa conjuntura tem sido visualizada em todo o território brasileiro, quanto a descontinuidade ou negligência na manutenção de projetos já consolidados, como os perímetros irrigados e políticas de financiamento, que requeriam uma atenção mais específica no sentido de atendimento aos beneficiários e que poderiam ser expansivos no atendimento de novos atores sociais, direcionando o desenvolvimento rural.

No contexto atual, de neoliberalismo e mundialização das atividades econômicas, o Estado brasileiro e local tem direcionado sua atenção no intuito de corresponder as demandas do capital. Tanto por isso, a maior parte das políticas públicas atuais tem sido condicionadas à expansão da agropecuária monopolista e geração de *commodities* agrícolas. Fato que gera conflitos socias, ambientais e de posse da terra. Contudo, a análise dos contextos locais desse grande país monstra quão diverso é o campo e as atividades *in lócus* desenvolvidas, mediante uma mínima infraestrutura existente, caso, por exemplo do município de Itabaiana/SE.

3.3.1 A Ação Do Estado No Desenvolvimento Municipal de Itabaiana-SE

O processo histórico de ocupação do município de Itabaiana, aliado às políticas públicas implementadas pelo Estado, contribuiu para que o município se tornasse conhecido como centro de produção e comercialização de diversos hortifrutigranjeiros. Tais políticas têm início ainda na década de 1920, quando o Governador Gracho Cardoso (1922-1926) planeja obras de infraestrutura para estradas em Sergipe. No primeiro momento a intenção era interligar Laranjeiras a Frei Paulo, isto é, o governador divulgava que "até o fim do ano será possível viajar desta capital até Itabaiana, em automóvel, aproveitando-se de 39km de estrada de rodagem, já concluída e em víeis de conclusão" (CARVALHO, 2000, p. 41).

Todavia, a obra não ficara pronta nesse governo, sendo retomada no Governo de Manoel Dantas (1927-1930), quando passa a ser executado o desenho posto por Leandro Maciel. Nesse momento é divulgado que "A estrada de rodagem de Aracaju a Itabaiana (12 léguas) está sendo atacada, ultimando-se, em breve, os trabalhos da ponte da Aroeira, feita toda de cimento aramado, tendo uma extensão de 40 metros" (CARVALHO, 2000, p. 634).

Na década de 1930 era concluído o trecho Laranjeiras-Areia Branca-Itabaiana, com 40 km de extensão. Todavia, Manoel Dantas demarcava a necessidade de uma estrada central, que passasse por Socorro, Laranjeiras, Areia Branca, Itabaiana, Saco do Ribeiro, São Paulo e Anápolis, assim como a execução de uma estrada entre "[...] Campo do Brito a Itabaiana, trecho de nove quilômetros já estudado e de fácil execução" (CARVALHO. 2000, p. 638).

A construção dessas estradas, a primeira a BR-235 e a segunda referente a vias estaduais, perpassava o município de Itabaiana e impulsiova a fixação de atividades econômicas em todos os setrores. O setor primário itabaianense crescia motivado pela institucionalização de políticas públicas e crédito rural, que contribuia para articulação entre o campo e a cidade, em nível municipal, estadual e mesmo nacional, como referenda Borges (1995, p.58):

> [...] A implantação dos programas de crédito rural, apoio à agricultura familiar, à irrigação, principalmente para produção olerícolas, deram nova conotação à geração de renda e à melhoria das condições de vida dos seus agricultores. [...] Com todo esse aparato a agricultura familiar sergipana começou a dar sinais positivos em relação ao aumento da produção e de produtos cultivados, especificamente no município de Itabaiana que abriga três das seis barragens de porte médio voltadas para a irrigação em Sergipe.

A articulação escalar da relação campo-cidade de Itabaiana decorreu também do desenvolvimento rodoviário acentuado no estado e da integração ao Sudeste do país que aportaram para novo modo de vida e de trabalho do itabaianense através do caminhão. O trabalho do caminhoneiro possibilitou o reconhecimento do itabaianense como comerciante e para a sedimentação de Itabaiana como "Capital Nacional do Caminhão", por conta da interconexão comercial promovida por esses veículos na compra e distribuição de produtos da microrregião de Itabaiana e de outras partes do país.

Aliado à definição de infraestruturas de fluídez e de crédito, deve-se destacar os projetos pontuados por Borges (1995, p. 58) na citação acima. Nos últimos 70 anos, começaram a ser implantados projetos de irrigação e armazenamento agrícola, à exemplo do Açude da Macela (1957/1958), das barragens de Jacarecica I (1983) e Porção da Ribeira (1985), Armazém da Companhia Nacional de Abastecimento (Cibrazém- na década de 1950), atual Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (conforme referendado na figura 04).

As referidas infraestruturas têm diversificado a produção olerícola com a implantação de sistemas de irrigação, difusão de insumos e pacotes tecnológicos, que contribuiram para o cultivo de itens pouco comuns no estado de Sergipe, como "[...]maxixe, pepino e vagem, sobretudo, no tocante a uma maior oferta desses produtos ao mercado consumidor, contribuindo assim em mudanças de comportamento cultural da população" (SILVA, 2001, p.26).

A soma dessas ações estatais com as condições edafoclimáticas do município, a exemplo do clima tropical quente semiúmido, da pluviosidade entre 750 e 1000mm, da presença dos rios Jacarecica, Traíras e Rio das Pedras, e dos planossolo, podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico e solo litólicos, fizeram de Itabaiana referência local-regional na produção de olerícolas e raízes (SERGIPE. SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000). Além disso, conjuga-se a existência de mais de 3.860 poços tubulares perfurados (COHIDRO, 2020), que integrado ao uso de microcréditos, equipamentos, fertilizantes e outros insumos fazem de Itabaiana um grande centro produtor agrícola.

Em 1991, o município de Itabaiana se torna um entreposto comercial com a entrega do Mercado de hortifrutigranjeiros aos comerciantes locais. O "mercadão", como é popularmente conhecido esse entreposto, se torna um ponto definido de importação e exportação de hortifrutigranejiros em Sergipe, sendo responsável, segundo Silva (2001), pela comercialização de 48% da produção olerícola do Estado. Conforme relata o pesquisador,

> O alcance interestadual da produção é o exemplo de que a atividade olerícola em Itabaiana se consolida e se mostra competitiva. O município exporta para vários Estados do Brasil diversos produtos olerícolas, sendo que os mais importantes são o coentro, que tem mercado garantido na Bahia, Alagoas e Pernambuco, o amendoim que é enviado até para Rio de Janeiro e São Paulo, além da batata-doce que é consumida por diversos Estados [...] O Estado do Rio Grande do Sul tornou-se, desde 1991, o principal importador da batata-doce de Itabaiana, tendo como finalidade a produção de doces e matéria-prima para as indústrias alimentícias e de cosméticos e que é exportada para outros Estados do Brasil como São Paulo e Paraná, países do MERCOSUL, Estados Unidos e Europa, como Espanha e Portugal (SILVA, 2001, p.114).

Diante dessa conjuntura comercial, em 25 de março de 2021 é entregue à sociedade itabaianense a Central de Abastecimento de Itabaiana (CEASA), que representa a pujança da centralidade comercial agrícola exercida pelo município de Itabaiana.

Pesquisa de campo realizada entre setembro e novembro de 2021 respalda parte dos fluxos comerciais, que orientou a instalação dos fixos comerciais. Os perímetros irrigados foram responsáveis pela produção de 36.239,7 toneladas de hortaliças (alface, coentro, couve) e raízes (batata doce), que conjuntamente geraram valor de R$64.314.572,5 numa área de 2.435,5hectares em 2021 (COHIDRO, 2021) (Tabela 09). As áreas irrigadas nas proximidades do Açude da Macela, assim como as áreas com poços tabulares e áreas de cequeiro são também produtivas, porém de díficil precisão quantitativa. O Censo Agropecuário (IBGE, 2017) notificou uma produção no município de 29.229 toneladas em lavouras temporárias, sem especificidade para hortaliças; e 143 cachos de banana em termos de lavoura permanente (IBGE, 2020).

Tabela 09 – Produção das unidade produtivas situadas nos perímetros irrigados de Itabaiana/SE.

Perímetros	Produção	Área colhida	Valor da produção
Jacarecica I	7.982,6 toneladas	664,10 ha	R$ 14.490.382,50
Ribeira	28.257,1 toneladas	1.771,40 ha	R$ 49.824.190,00

Fonte: Cohidro (2020).

O coentro tem sido produzido e encaminhado a Salvador, na proporção de 42 toneladas semanais, isto é, ao menos três caminhões semanais servem à capital baiana. A batata doce é a raíz de maior produção e fluidez de Itabaiana, sendo exportada por um grupo de panificadoras do Rio Grande do Sul, para a fabricação de biscoitos e pães, em dois caminhões semanais com refrigeração com peso da carga de aproximadamente 14 toneladas, assim como, dois caminhões são carregados para o norte do país, em específico para os estados de Rondônia e do Amazonas, onde será comercializado na forma *in natura*. Esse fluxo da batata doce é concentrado por um só intermediário, mas há outros fluxos conhecidos via Recife para França e via Rio Grande do Sul para a Argentina.

Aliado à presença do Mercadão, a Secretaria de Agricultura do Município de Itabaiana (2021) informa existir cerca de 1600 bancas de feirantes atuantes aos sábados, distribuídas entre 800 bancas de verduras, frutas e raízes; 80 de peixes e víceras; e 290 de carnes, distribuídas nos dois mercados (João Antônio do Santos, conhecido como João do Volta, e Zezé de Bevenuto). Essa estrutura é orientada pelo poder municipal e favorece a existência de diferentes tipos de feirantes, ou seja, do feirante produtor, que decorre do período de safra; e do feirante comerciante, que é o ator que trabalha em mais de uma feira semanal e demarca participação nos anéis de mercado, ao atuarem em feiras de outros municípios e da própria capital.

Além das feiras, Itabaiana tem hoje uma estrutura de 07 supermercados, inclusive de rede nacional e regional, que comercializam agrícolas em nível estadual partidos das áreas irrigadas e de comerciantes atacadistas do município de Itabaiana. A comercialização em escala atacadista para o referido segmento ocorre median-

te negociação direta entre o dono da carga e representantes dos supermercados, a partir de produtos ofertados e de quantitativos demandados.

Toda a infraestrutura produtiva e comercial existente no município de Itabaiana, mantida pelo poder público local e por taxas de manutenção pagas pelos comerciantes através da metragem do local ocupado, assim como a logística distribuitiva com os caminhões, tem garantido a fluidez comercial de alimentos produzidos, mas também importados na porção central da sede do município de Itabaiana (Figura 11), à exemplo:

1. Frutas, como: abacaxi, goiaba, limão, manga, maracujá, mamão, melancia, melão, tangerina e tamarindo, que normalmente têm origem no pólo fruticultor de Juazeiro e Petrolina; ou ainda, de maçã, pêra, quiuí, ameixa, ameixa seca, uva passas, pêssego e morango, originários da Argentina, sul e sudeste do Brasil.
2. Frangos, como os "filhos do frango", comprado em Brasília; do ovo, comprado em Minas Gerais e Alagoas.
3. Legumes e verduras advindos de estados como: Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.
4. Raízes, como: alho regional, que advêm do Estado de Goiás (Janeiro/Setembro) e Rio Grande do Sul (Outubro/Janeiro), da China e da Argentina (comprado quase sempre na CEAGESP-SP); batata inglesa, adquiridas em Poços de Caldas e Mucungê (BA); cebola, produzida em Floresta, Cabrobó, Belém de São Francisco (PE) e Juazeiro (BA); e o inhame, que a depender da estação do ano pode ser procedente da Paraíba (Fevereiro - Maio); Cruz das Almas, Bahia (Junho- outubro) e Rondônia (outubro - dezembro) (CARVALHO, 2010).

Neste retrato observa-se que mesmo não produzindo tudo o que comercializa, o comerciante-atacadista de Itabaiana trabalha no sentido de ofertar o máximo possível de produtos para gerar

comodidade a seus consumidores. E diante dos fluxos correntes, a cidade de Itabaiana se transforma em entreposto comercial de itens produzidos em seu próprio município como também de outros estados.

Figura 11 – Comércio Atacadista do município de Itabaiana/SE.

Fonte: Trabalho de campo (setembro e novembro de 2021).

Capítulo 04

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PROMOÇÃO PRODUTIVA E COMERCIAL AGRÍCOLA DE ITABAIANA/SE

A relação campo-cidade ganhou novas dinâmicas (econômicas, sociais, culturais e políticas) na segunda metade do século XX, constituindo-se formas concretas que se materializaram nas paisagens construídas pelo homem (SUZUKI, 2007). Por essa concretude e através de questionários semiestruturados aplicados junto a 207 gestores familiares, observou-se a forma como pequenos agricultores familiares do município de Itabaiana têm avaliado essa relação e como ela contribui para o processo produtivo nas comunidades pesquisadas e como ocorre a comercialização, no *loco* produtivo e na sede urbana.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES PESQUISADOS

Os agricultores familiares são reconhecidos de acordo com a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, que explicita:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de

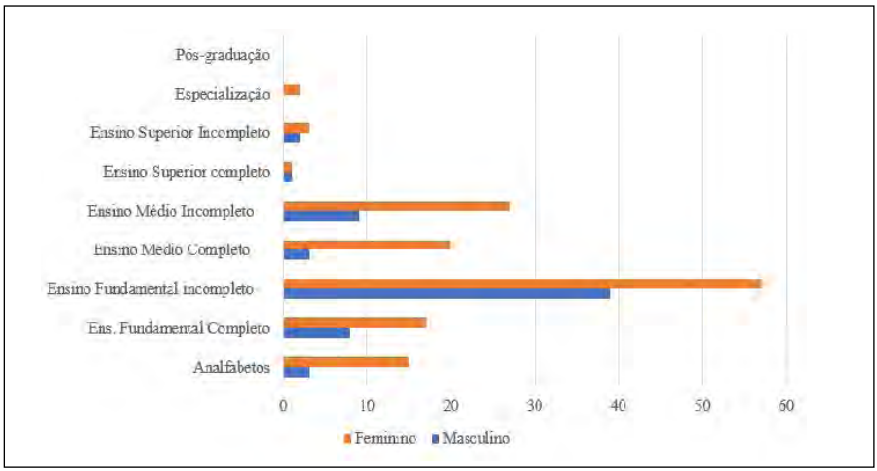
> atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família [...]. (BRASIL, 2006.)

As referidas características sedimentam o pilar para o desenvolvimento rural sustentável, haja vista trabalharem de forma mais conectada com a biodiversidade e em família. No município de Itabaiana, as unidades familiares de produção são consideráveis, com 84,7% dos estabelecimentos existentes.

Diante disso, ao considerarmos 207 agricultores familiares pesquisados, observou-que 68,6% eram do sexo feminino, ao passo que 31,4% do sexo masculino. Esse número recaí sobre a representatividade das mães na preocupação da educação dos filhos, assim como, no fato dos homens de família estarem trabalhando bravamente a terra.

Nessa constante, em termos de grau de escolaridade dos entrevistados, a maior parte não conta com o ensino médio completo (11,1%), perfazendo 46,4% com Ensino Fundamental Incompleto, 11,6% com Ensino Fundamental Completo e 18,3% com Ensino Médio incompleto. Apenas oito entrevistados informaram ter entre Ensino Superior Incompleto e Especialização, sendo que 8,7% ainda indicaram ser analfabetos. Nesta constante, os melhores índices de estudos ainda estiveram entre as mulheres, demonstrando que os homens não tiveram muito interesse pelos estudos, fato motivado por vontade própria ou por necessidade de trabalhar cedo nas atividades agropecuárias (figura 12).

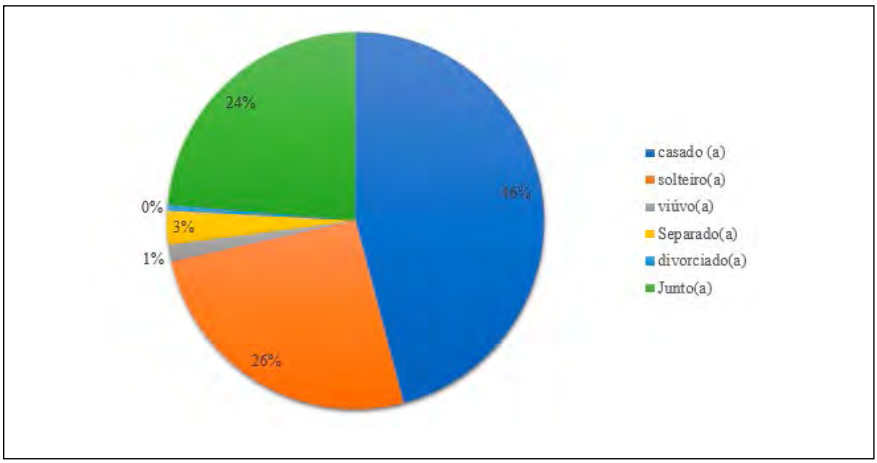
Figura 12 - Grau de instrução por sexo dos agricultores itabainenses pesquisados (2021)



Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

A maior parte dos entrevistados são casados (46%), seguidos de 26% solteiros, de 24% vivendo juntos (as) e 4% se subdividindo entre separado, viúvo e divorciado (Figura 13). Os respectivos números demonstram que os laços familiares nas unidades produtivas itabaianenses ainda são muito valorizados.

Figura 13 – Estado civil dos agricultores itabainenses pesquisados (2021)



Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Entre os pesquisados, 55,5% atestam ser proprietários da terra que trabalham, 22,2% trabalhavam em terras de herdeiros, 13,5% trabalhavam em parceria em terras de terceiros, 6,3% de outra forma e 3,8% em terras arrendadas. A esses se somam o fato de três agricultores indicarem que trabalham em terras da família como forma complementar, como diarista e arrendatário. Tal condição mostra a importância da terra para a família, seja na condição própria, seja na condição de manutenção da terra familiar, em termos de trabalho em terras de herdeiros.

A referida conjuntura se junta ao grau de parentesco dos entrevistados com o dono da propriedade produtiva, em que 30,5% se definem como pai; 29,5% como genro, nora e não parente; 23,2% como mãe; 8,7% como filho; ao passo que 9,6% se definiram como irmão, tio, neto e sem vínculo direto com a terra, sendo que 1,5% desse conjunto trabalham em outros espaços familiares além de seu próprio. Esse quadro demonstra como o eixo familiar, baseado na presença do pai, mãe e filhos, ainda persiste comum nos estabelecimentos rurais de Itabaiana, sem desconsiderar que o tamanho das famílias decaiu em relação a seus antepassados, ficando em torno de 4 membros, sendo dois adultos e duas crianças ou adolescentes, em consequência dos custos de subsistência, conforme apontado por vários jovens agricultores.

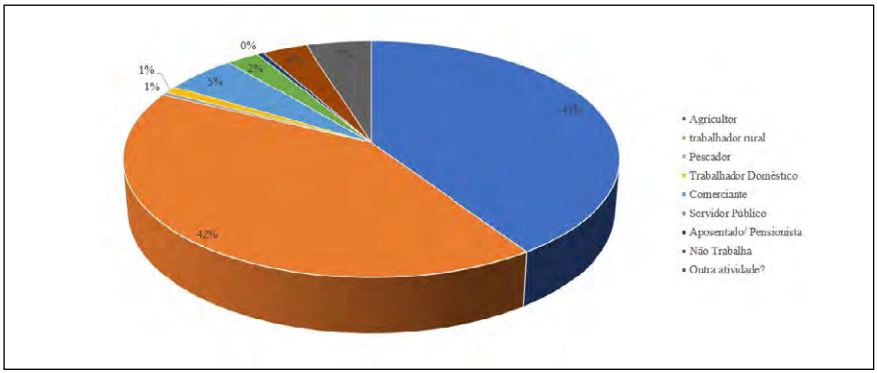
A questão patrimonial ainda é referendada, sobretudo em relação a questão da terra. Muitas unidades familiares são geridas por idosos, sem participação de filhos, que prezam pela manutenção da terra e de sua permanência nela. Mesmo que a migração pendular seja uma constante diante da relação campo-cidade, induzida pela violência rural, facilidade de fluxo e necessidade dos gestores idosos se fixarem nas proximidades de familiares na sede municipal, a manutenção da terra tem sido uma constante, seja como um fixo agregador de renda fundiária que será passado de geração para geração, seja como local de trabalho e/ou de reuniões aos fins de semana entre os membros da família.

Mesmo diante da posse da terra, muitos dos entrevistados, em termos de ocupação principal, se definem como trabalhadores rurais (41,5%), ao passo que 40,5% se colocam como agricultores familiares (Figura 14). Neste conjunto, 170 agricultores lidam diretamente com a terra e com a produção agropecuária, além de realizar pesca a partir de viveiros. Dentre os entrevistados, 11 apontaram ser comerciantes; 10 informaram executar outra atividade, sendo comum a função de moto-taxistas no período de verão, pela ausência de recursos hídricos no estabelecimento rural; 07 indicaram não trabalhar; 05 se colocaram como servidores públicos, dos quais 01 é também agricultor; 02 informaram exercer trabalho doméstico; e 01 ser aposentado (Figura 15). Esse retrato demonstra a força do agricultor itabaianense, que quase sempre está lidando com duas atividades, sendo a primeira e principal, integrada a produção da terra.

Figura 14 – Unidade familiar do Pov. Terra Vermelha em Itabaiana (2021)

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

Figura 15 – Ocupação principal dos agricultores em Itabaiana



Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Esses agricultores apontam que seus familiares sempre trabalharam em unidades familiares produtivas (92,2%) tendo por tempo de trabalho mais de 20 anos (59%); entre 10 e 20 anos (19%); de 5 a 10 anos (11%); de 1 a 5 anos (6%); e por tempo indeterminado (5%). Tempos que demonstram a identidade e a importância da terra para a família, sobretudo entre os que apresentam mais de 20 anos na lida com a produção agropecuária do município de Itabaiana (Figura 16).

Figura 16 – Unidade familiar do Pov. Dendezeiro em Itabaiana (2021)

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

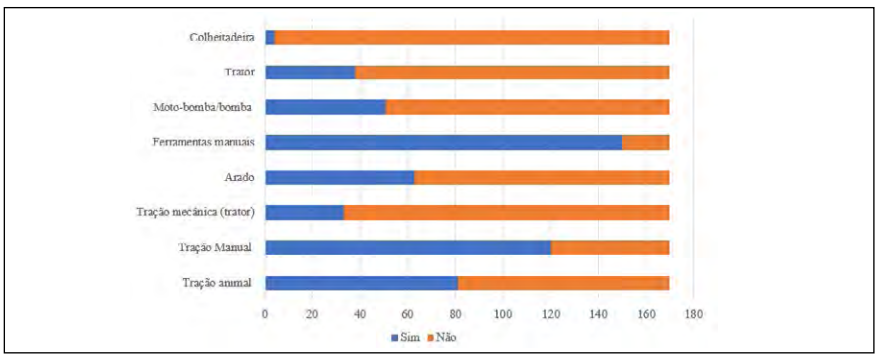
4.2 CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E TECNOLÓGICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITABAIANA

As unidades produtivas familiares de Itabaiana, em condição de minifúndios, têm na diversidade produtiva sua principal característica, pois além de voltarem-se à produção comercial, sobretudo em correspondência às demandas urbano-regionais, cultivam alguns poucos itens voltados ao autoconsumo familiar.

Diante da posse da terra, das relações de trabalho em família e da geração de renda, a agricultura familiar tem se renovado, inserindo novos insumos e tecnologias nas atividades produtivas, se integrando à lógica do mercado em prol de produtos sustentáveis, e de acumulação de capital, condicionando assim, transformação na agricultura dos últimos anos.

Nesse contexto, do total de 207 entrevistados, 170 se consideraram agricultores trabalhadores da terra. Esses informam haver uso de tração mecânica, animal e manual nas unidades produtivas, assim como de outros equipamentos, a exemplo de tratores e colheitadeiras, que contribuem para a lógica produtiva (Figura 17). A respectiva realidade ressalta a manutenção de técnicas tradicionais de produção, conciliadas à lógica produtiva mundializada, com a inserção de alguns métodos do meios técnicos-científicos-informacionais.

Figura 17 - Técnicas, equipamentos e máquinas utilizadas nas unidades produtivas de Itabaiana



Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Segundo Elias (2003), é através da modernização do setor agropecuário, mediante inovações científicas, aceleração tecnológica e grandes corporações agroindustriais, que as áreas urbanas se originaram e/ou cresceram por ação do capital provindo das atividades do campo. Em Itabaiana, essa modernização não é tão expressiva, mas a incorporação de algumas condições modernizantes nas unidades produtivas tem gerado uma mudança

> [...] que passam a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e da produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas (ELIAS, 2003, p.54).

Nesta conjuntura, 49,5% dos agricultores questionados se utilizaram de dois ou mais instrumentais prescritos, o que demonstra a busca por melhorias técnico-produtivas. Isso decorre da busca por conhecimentos com a lida da terra, assim como, da luta por se manter concorrente no mercado, em termos de qualidade e preço. Fato constatado pelos dados descritos acima, que mostram inclusive o uso de colheitadeiras.

A partir disso, entre os 207 agricultores familiares pesquisados, sabe-se que 170 lidam diretamente com a agropecuária. Deste total, 81,7% produzem batata-doce, 46,8% produzem macaxeira, 26,8% produzem hortaliças, 8,7% produzem frutas e 6,3% produzem inhame. Essas produções têm especificidades no sentido de espécie do produto, como a batata-doce, cujo "tipo branca e roxa volta-se para comercialização e do tipo ourinho para consumo da família e venda excedente" (Fala de agricultor) (Figura 18). O fato das especificações é comum também às hortaliças e demais raízes na variedade genética que é demandada pelo mercado para produção.

Figura 18 – Produção de batata-doce no povoado Agrovila.

Fonte: Trabalho de campo (Nov./2021).

Somados a isso, cabe reforçar que as unidades não agregam especialização produtiva, sendo que uma mesma unidade familiar pode apresentar variados cultivos ao mesmo tempo. Por essa pesquisa foi evidenciado que 7,6% das unidades agregam produção agrícola de até quatro produtos diferentes ao mesmo tempo; ao passo que 13% agrega até três e 38,8% com até dois produtos. Entre os produtos integrados nas unidades, foram comum batata-doce, macaxeira, amendoim, quiabo e hortaliças, como alface, coentro, cebolinha, couve, hortelã, pimenta, pepinos e salsas (Figura 19).

Figura 19- Produção de hortaliças nos povoados Gandu e Cajaíba.

Fonte: Trabalho de campo (Out. /2021).

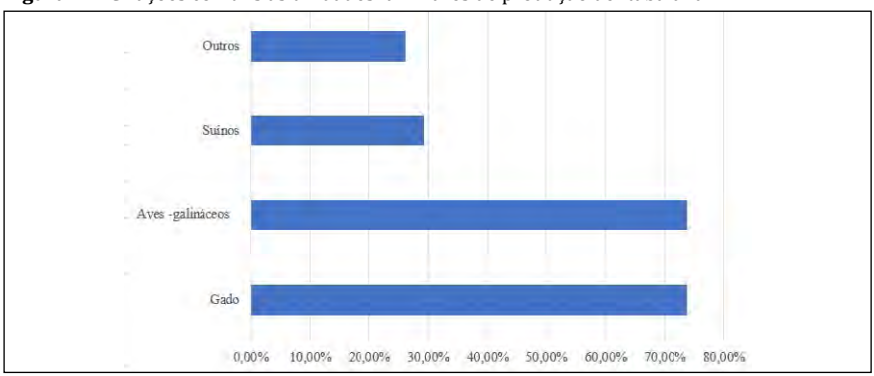
Somados à produção agrícola, também são realizadas atividade pecuarista e de beneficiamento de alimentos. A pecuária tem criação quase sempre garantida na maior parte das unidades familiares de produção de Itabaiana, se colocando como uma atividade geradora de renda complementar (Figura 20).

Figura 20- Criação de gado no pov. Lagamar; de frangos no Pov. Terra Vermelha e área de pastagem no pov. Sítio Novo.

Fonte: Trabalho de campo (Out./2021).

Conforme questionados, 65 agricultores (31,40% do total de 207) apontaram ter algum tipo de criação em suas unidades produtivas, sendo as criações de destaque: bovinos, aves-galináceos, suínos e outros (equinos, caprinos e ovinos) (Figura 21). Dessas 65 unidades com atividade pecuarista, 32,3% conjugam a criação de duas espécies e 16,9% de três espécies. Fato que demonstra a luta pela diversificação produtiva nessas unidades, como forma de criar reserva de valor e renda para a sobrevivência familiar o ano inteiro.

Figura 21- Criações comuns às unidades familiares de produção de Itabaiana

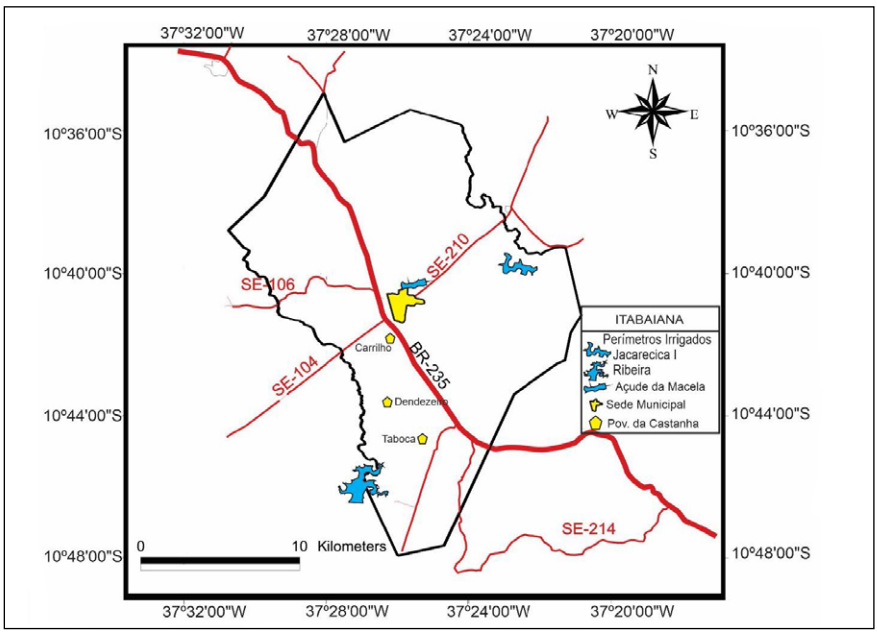


Fonte: Trabalho de campo (Out./2021).

Além da agropecuária, algumas unidades familiares de produção têm promovido o beneficiamento de alimentos (6,3%). É o caso de frutas, com a fabricação de doces, polpa e torrefação da castanha de caju. A castanha é pouco produzida no município, mas importada de forma *in natura* de municípios baianos e piauienses. Os povoados vinculados à cultura da castanha torrefada tem sido o Carrilho, Dendezeiro e Tabocas sem, contudo, se desvincular na totalidade da prática agropecuária (CARVALHO, 2009) (Figura 22).

A incorporação dessa prática no espaço rural itabaianense ocorreu, segundo Santana (2007), pela ação de mulheres que teciam o beneficiamento da castanha para comercialização na feira-livre do município. Na década de 1990, esse beneficiamento ganhou maior destaque produtivo em virtude da ação de intermediários e da instalação de uma minifábrica no povoado Carrilho (2013), com a criação da Cooperativa dos Beneficiadores de Castanha (COOBEC) (Figura 23).

Figura 22- Localização e Beneficiamento de Castanha de Caju no Carrilho, Dendezeiro e Taboca.



Fonte: Base Cartográfica SEPLANTEC (2013). Organização: Carvalho (2022).

Figura 23 – Carrilho: Beneficiamento de Castanha de Caju (2021).

Fonte: Trabalho de campo (Out./2021).

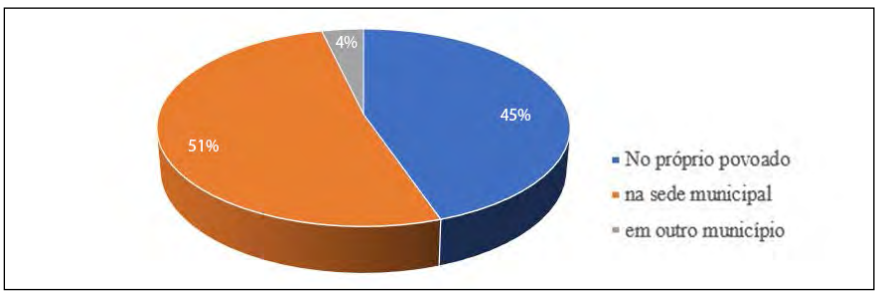
Diante disso, observa-se que as unidades familiares de produção ainda têm na agropecuária sua principal fonte de renda, mas com novas perspectivas produtivas diante da necessidade de sobrevivência. O beneficiamento de frutas perfaz quase sempre uma atividade complementar, apesar de nos três povoados a castanha ganhar a condição de renda principal nas unidades promotoras da torrefação. Fato este, que impõe maior reflexão sobre as multiplicidades de ações que têm sido desenvolvidas, com a definição de sistemas produtivos um tanto complexos no rural, não só em Itabaiana, mas no Brasil como um todo, em virtude do desenvolvimento de uma atividade econômica não permitir a sobrevivência por inteiro dos estabelecimentos de agricultores familiares.

4.3 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PERSPECTIVA DO AGRICULTOR FAMILIAR

A relação campo-cidade visualizada no município de Itabaiana, a partir do trabalho de campo, ocorre de forma complementar, em um *continuum* que tem início quase sempre, junto as cadeias produtivas dos alimentos ali produzidos. Essa relação inicia-se com a aquisição dos insumos necessários para preparo da terra e para encaminhamento dos cultivos, apesar de no município muitos sitiantes estarem criando lojas rurais com essa finalidade. E a finalização dessa cadeia produtiva se dá com a comercialização agrícola ocorrendo, por vezes, na cidade. Além disso, deve-se considerar que muitos desses agricultores têm uma relação comum com a cidade, seja pela presença da primeira/segunda residência, seja pela aquisição dos insumos necessários a sobrevivência.

Dos 207 entrevistados, 188 trabalhadores rurais, agricultores e comerciantes pontuam que adquirem os insumos necessários à atividade agropecuária na sede municipal, seguidos dos que compram insumos no próprio povoado com comerciantes intermediadores e em outro município, em virtude da proximidade geográfica ser mais facilitada, caso do povoado Mangabeira com relação ao Município de Areia Branca, via BR-235; e do Povoado João Gomes com o município de Malhador (Figura 24 e Figura 04 – esse consonante com o mapa de Itabaiana e a localização das escolas).

Figura 24 – De onde provém os insumos adquiridos pelos agricultores de Itabaiana (2021).

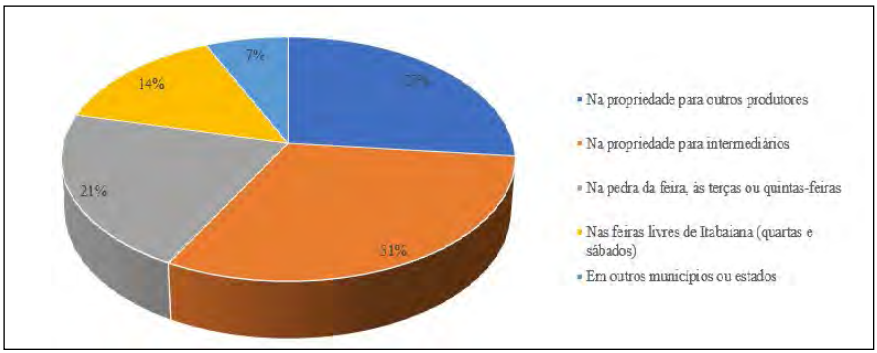


Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Nessa relação campo-cidade também é válido ressaltar o fato de os agricultores itabaianenses estarem atentos ao sistema creditício brasileiro, no sentido do direito que têm de realizar financiamento, ao se beneficiarem do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por exemplo. Entre os pesquisados, quase 20% se beneficiaram do Agroamigo e do Pronaf Comum, sendo que uma grande parcela ainda mantém a ideia de não fazerem dívidas junto ao sistema bancário por medo de perder a terra. Do total de beneficiários do PRONAF, 7,8% são donos do estabelecimento rural, isto é, agricultores; e 12% são trabalhadores rurais com Declaração de Aptidão (DAP), inseridos nessa condição de aptidão a partir de sua principal fonte de renda advir de atividades de exploração de unidades familiares, normalmente via contrato ou da condição de meio.

Em termos de comercialização, 42% dos agricultores pesquisados - produtores de alimentos -, têm fluxo de comercialização agrícola para a sede municipal, voltando-se ao fortalecimento da comercialização atacadista nas terças e quintas-feiras e no direcionamento às feiras livres, nas quartas e sábados no município. Além disso, muitos desses produtores costumam comercializar em feiras de municípios circunvizinhos de Itabaiana; na capital, Aracaju; e em municípios baianos, na sua franja nordeste de Sergipe (Coronel João Sá, Jeremoabo, Paripiranga e etc.) (Figura 25).

Figura 25 – Forma como os agricultores comercialização sua produção (2021).



Fonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Apesar disso, tem sido inegável a voracidade na ação de intermediários no comércio agrícola local. Esses têm sido responsáveis pela busca da produção na sede da unidade familiar, ao passo que, têm estimulado muitos agricultores a também se inserirem nessa lógica capitalista, com intuito de angariar mais recursos ao comprarem a produção de seus vizinhos (Figura 26). A veracidade deste fato pôde ser comprovada com a visualização da ação de um ex-agricultor, natural do povoado Pé do Veado, que começou adquirindo a batata doce produzida na região, agregando, a posteriori, povoados do município de Moita Bonita e, por vezes, até de Arapiraca, em Alagoas. O memso chega a comercializar cerca de 115 mil toneladas do produto, direcionados a mercados ainda mais longínquos, como Rio Grande do Sul, Paraná, Brasília Rondônia, Pará e Manaus, por meio de uma transportadora (figura 26).

Figura 26– Transportadora atuando na comercialização de batata-doce em Itabaiana (2021).

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

Ainda nesse contexto comercial, 14% dos agricultores e trabalhadores rurais pesquisados informam haver estratégias de comercialização agrícola, que vai desde a execução da comercialização por quem produz na feira livre do município ou da capital (Aracaju) até a realização da comercialização na pedra da feira, junto a in-

termediários varejistas ou negociação com os atravessadores. Pois, para 86% não há muita estratégia na comercialização agrícola, já que sofrem com as oscilações de preços no mercado e com a dificuldade de dar fluidez a produção, sobretudo.

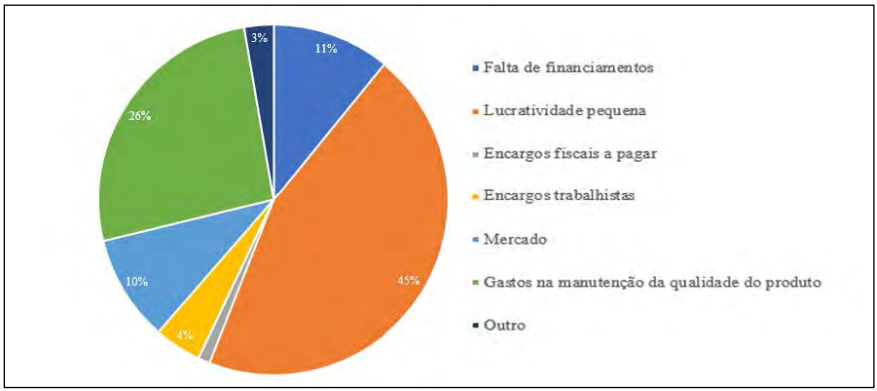
Diante dessa conjectura, muitos agricultores acham mais viável negociar com os intermediários, que fazem a seleção e ensaca do produto, promovendo o transporte para mercados mais distantes (Figura 27). Fato que torna o agricultor e seus produtos reféns do intermediário, com repasse de seus produtos por preços menores que os de mercado, gerando perda no valor de seu trabalho.

Figura 27 – Ensaca dos produtos por intermediários nas unidades dos agricultores familiares no povoado Terra Vermelha (2021).

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

Somados a isso, os agricultores familiares, produtores agrícolas, apontam que os preços dos produtos sofrem variação em decorrência de questões naturais (24%); demanda (23%); inclusive comparação dos preços com outros comerciantes (13%). Esses produtores apontam como principais limites à comercialização agrícola a baixa lucratividade, os gastos na manutenção produtiva – com vistas na qualidade do produto – seguidos da falta de financiamento e conjecturas do próprio mercado, com encargos trabalhistas e fiscais a pagar (Figura 28).

Figura 28 – Principais limites à comercialização agrícola segundo pesquisado (2021).



Jonte: Trabalho de campo junto a pais de alunos das escolas municipais rurais (2021).

Além disso, os agricultores delimitam como problemas mais comuns na comercialização agrícola o preço (44%), a oferta (29%) e a qualidade (13%), apesar de existir dificuldades quanto a vulnerabilidade (6%), falta de produção (5%) e outros (3%). Esses aspectos demonstram o quão sofrido se faz a lida com a terra em prol de produção, além de demarcar a apropriação do trabalho, na forma capital-mercadoria, por agentes intermediários junto ao mercado local, regional, nacional e por vezes, internacional.

Entre os agricultores – produtores agropecuários – é evidente uma ação individualizada. Esses não agem conjuntamente em prol dos interesses produtivos e da comunidade, por exemplo. Esse fato torna-se mais evidente quando da comercialização dos produtos colhidos, sendo que 88,8% informam não realizar parceria para produzir e comercializar. Ao passo que, 11,2% informam manter contato e comércio com outros comerciantes, principalmente nas áreas de perímetros irrigados, a exemplo da Cajaíba (36,8%), do Jacarecica (26,3%), de áreas do Açude da Macela, isto é, das empresas agrícolas que existem na região (15,7%) e de outra forma (21%).

Entre os questionados foi observado o receio em responder questões relacionadas a atuação dos comerciantes agrícolas em Itabaiana, para não declararem suas opiniões, inclusive ficando

omissos em termos de escolha das premissas postas (15%). Contudo, entre os pesquisados, sobretudo entre os não agricultores que conhecem a realidade local, há um consenso de que a atuação individualizada de comerciantes e agricultores comerciantes é muito forte (41%). Além disso, muitos dos questionados apontam que os comerciantes de agrícolas em Itabaiana agem em família (37,2%), em cooperativa (3,4%), de outra forma (2,9%) e 0,5% em redes.

Desses agricultores-produtores, 5% informam que fazem a entrega de seus produtos, com carro e/ou caminhão, em municípios circunvizinhos a Itabaiana, caso de Ribeirópolis e Malhador, e em mercadinhos da capital sergipana. Assim como em outros estados, a exemplo da Bahia, mediante empresa (Rei da Pimenta), ou mesmo no Ceasa de Salvador; e em Alagoas, a exemplo de Delmiro Gouveia e Arapiraca.

4.4 OS POVOADOS E A INTERFASE RURAL-URBANA

As expressões rural e urbano se materializam no espaço geográfico, mediante considerações técnico-estruturais, econômicas e culturais, que se diferenciam a partir de especificidades e de multiescalaridades. O primeiro refletido como local esparso socialmente e promotor de atividades primárias; e o segundo, pesando pelo adensamento populacional e pelas atividades secundárias e terciárias. Todavia, essas análises não podem ser determinantes, pois essas práticas podem coexistir espacialmente. Deste modo,

> [...] não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas socioespaciais que obrigam a permanecer reconfigurações das escalas de ação. O território "urbanização", numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os

> movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e geral/global aparecem integrados pelas escalas de ação (RUA, 2005, p. 31).

Em Itabaiana, a relação rural/urbana tem sido visualizada nas mudanças socioeconômicas e culturais impostas, por exemplo, nas infraestruturas das "vilas" nos povoados. No povoado Carrilho, por exemplo, na última década, houve instalação rápida de infraestruturas, como calçamento asfáltico e fixos de lazer, além de edifícios e modernos designers residenciais. Esses condicionam uma similaridade estrutural com a sede urbana em termos de funções, gerando maior integração comunitária e sensação de segurança para seus moradores (Figura 29).

Figura 29 – Sede do povoado Carrilho, em Itabaiana.

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

Essa condição não tem sido exclusiva ao Carrilho, em muitas outras sedes de povoado, a gestão pública municipal tem implementado infraestruturas que condicionam bem-estar social, para além de calçamento e asfalto, com a manutenção de escolas e postos de saúde, que atendem a demanda local (Figura 30).

Figura 30 – Sedes de povoados Bom Jardim, Cajaíba e Taboca.

Fonte: Trabalho de campo (out/2021).

Além disso, com foco nessa infraestrutura, muitos moradores, mesmo mantendo seu vínculo com a terra, têm criado estabelecimentos com prestação de serviços (academias, barbearias, cabeleireiros) e comercialização (mercearias, mini supermercados e farmácias), o que condiciona valorização ao local de vivência.

A relação campo-cidade, nas últimas décadas, teve maior facilidade e fluidez, em virtude do melhoramento das vias integrativas e da organização na oferta de transporte. Muitas comunidades têm cooperativas de táxis e moto taxistas, que realizam o fluxo diário entre o povoado e a sede municipal. Esse fluxo ocorre motivado pela oferta na sede urbana de serviços especializados, como administrativos, educacionais e médico-hospitalares avançados, assim como diversificada oferta de produtos.

Ainda neste contexto, vale ressaltar que a condição rural-urbana em Itabaiana é demarca por características: 1- de cunho cultural, visualizada nos festejos religiosos do município, que agregam representantes do campo e da cidade em ambos espaços, com características comuns, identitárias de Itabaiana, no vestir, morar e comer bem e no uso de veículos automotores; 2- Na questão administrativa, executada quase sempre pela sede municipal, via órgãos administrativos públicos; 3- no critério funcional, ambos espaços produzem algo, mediante trabalho, para a relação troca-capital; e 4- no tocante à questão econômica, a definição de cadeias produtivas na geração de capital-renda, que não advém apenas da produção no campo, mas também na cidade, em terrenos baldios e nas franjas

periurbanas, e dos negócios comerciais que sobrevivem nos arredores e a partir do centro de comercialização agrícola.

As referidas prerrogativas confluem para a definição de uma relação que não pode ser analisada pela individualidade dos espaços, esses têm particularidades e especificidades que os definem. Diante do movimento que ambos executam, seus limites são imprecisos, necessitando ser analisados mediante uma "[...] nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados, razão pela qual são agora espaços urbanos/rurais" (SPOSITO, 2006, p. 122).

Capítulo 05

COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA NA CIDADE DE ITABAIANA

A comercialização é a atividade de mais díficil compreensão dentre as que envolvem o sistema da agricultura, uma vez que exprime o momento em que a produção tende a condição de mercadoria. A comercialização agrícola se expressa na "[...] transformação dos bens, mediante utilização de recursos produtivos – capital e trabalho - que atuam sobre a matéria-prima agrícola" (BARROS, 2007, p.01).

A comercialização agrícola, enquanto última etapa de uma cadeia produtiva agrícola, apresenta uma complexa conjuntura dentro da relação campo-cidade, que perpassa o processo de transferência dos produtos do local de produção ao consumidor final. O referido processo conjuga especificidades quanto à dispersão de estruturas, fluxos de produção e de organização espacial para se chegar ao consumidor final. Esse processo abrange vários atores sociais que integram a cadeia produtiva dos gêneros agrícolas e as etapas de transformação desta produção.

Em Itabaiana, esse processo de intermediação se faz evidente na porteira da unidade produtiva até o local de comercialização, envolvendo amplas escalas espaciais, que vão do local ao internacional. Isso porque, o município desde a primeira década do século XXI, em virtude de interferências políticas e dos problemas enfrentados pelo CEASA de Aracaju, acabou transferindo a zona de influência comercial agrícola da capital para Itabaiana, definindo-o como Cen-

tro de Comercialização de Hortifrutigranjeiros (CARVALHO, 2010). Na condição de Centro de Comercialização Agrícola, o município passou a agregar cadeias de comercialização, assim como fluxos e alcances comerciais diversos em termos de distribuição.

5.1 A COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA: CADEIAS E ESTRUTURAS

A transferência de produtos agrícolas do produtor ao consumidor não ocorre de forma direta, perpassando por cadeias de intermediação. Essa cadeia é dependente do espaço geográfico, visualizada nas estruturas espaciais (SANTOS, 1994, p.34), ou seja, nos pequenos estabelecimentos, feiras e supermercados, na forma da venda a varejo; e em "fixos" como os CEASAS, na forma de atacado, que são apropriados pela lógica do capital.

A feira é definida como lugar de compra e venda de produtos diversos. No Brasil, as feiras nasceram como pontos nodais que contribuíram para a formação das cidades, comum à tradição ibérica instalada na dita colônia portuguesa. As mesmas referendam o comércio periódico, diante da relação campo-cidade, pelo qual se abastece a cidade com os produtos agrícolas cultivados no campo, e simultaneamente, possibilitam a aquisição de produtos que não existem no campo, a exemplo de ferramentas e de vestuários adquiridos na área urbana. Desta forma, as feiras são concebidas como espaço da reprodução do trabalho de pequenos agricultores e como lócus da acumulação do capital através da circulação da mercadoria.

As redes de supermercados têm origem em 1848, nos Estados Unidos. Essas são detentoras de novas técnicas de comercialização, com redução de custos e obtenção rápida de capital (PINTAUDI, 1984). O segmento cresceu, sobretudo pós-1970, e se definiu como um "nó" na rede de comercialização de produtos agrícolas, sendo referendado como forte articulador da economia rural e urbana, assim como de centralização de diversas intermediações.

As centrais de abastecimento se definiram por políticas de Estado implantadas na década de 1970, visando dinamizar a comercialização de mercadorias agrícolas no modo atacadista. Este projeto seguiu o modelo da Central Geral de Abastecimento do estado de São Paulo (CEAGESP) – "maior mercado atacadista da América Latina" (CORTEZ, 2002, p. 23). No Brasil existem 62 desses entrepostos, distribuídos entre as cinco regiões do país. Esses espaços, no ano de 2018, foram responsáveis pela comercialização de 16,8 milhões de toneladas de produtos agrícolas (CONAB, 2018). A Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN, 2020) divulga que das 23 CEASAS filiadas, há uma movimentação de 15,5 milhões de toneladas de alimentos, com 10 mil empresas instaladas e cerca de 200 mil empregos diretos, que geram uma receita de R$17bilhões de reais.

Sendo assim, as diversas estruturas que compõem as cadeias produtivas e comerciais decorrem da relação campo-cidade. Tal relação perfaz construções socioespaciais distintas, permeadas por contradições e especificidades, mas não dicotômicas. Esse par corresponde a materialização dos modos de vida, sendo ambos territórios econômicos-políticos independentes, mas articulados, isto é, interdependentes e complementares, que perpassam a economia, sociedade, cultura e política, sendo constituída por formas concretas materializadas pelo homem.

5.2 CADEIA PRODUTIVA E COMERCIAL AGRÍCOLA EM ITABAIANA/SE

No município de Itabaiana se faz evidente a relação campo-cidade na cadeia produtiva dos alimentos conforme cultivo-demanda. Essa cadeia pode ser contraída ou alongada conforme o número de atores sociais envolvidos. Fato explicado no número de intermediários atacadistas locais, que realizam a intermediação, receptação e distribuição dos produtos no espaço de comercialização até

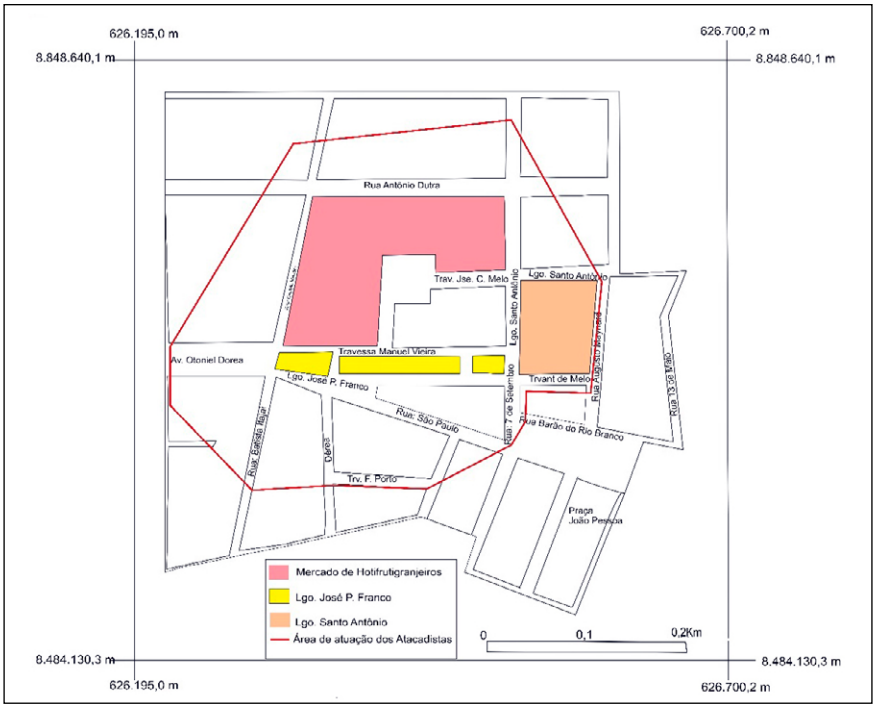
o consumidor final. Através de elos demarcados nessas cadeias é que se define a forma e a estrutura de comercialização agrícola, em âmbitos atacadistas e varejistas, nos aspectos formais e informais, no município de Itabaiana/SE.

5.2.1 Comércio Atacadista Agrícola em Itabaiana/SE

O município de Itabaiana é considerado o maior mercado atacadista agrícola de Sergipe, sobretudo em termos de hortifrutigranjeiros (CARVALHO, 2010). Os intermediários atacadistas territorializam com seus caminhões e mercadorias grande área do centro comercial da sede municipal (figura 31). Essa área se expande para além das ruas específicas do comércio local, normalmente circunscritas aos largos comerciais (Santo Antônio e José do Prado Franco) e do Mercado de hortifrutigranjeiros, ocupando aproximadamente 10 km^2 de área. Nos dias de terça e, sobretudo nas quintas-feiras, é possível observar maior expansão com a ocupação das Praças Fausto Cardoso e João Pessoa, como também de ruas adjacentes.

Em 2010, existiam no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana ("Mercadão") um número de 72 atacadistas que atuavam principalmente na negociação de verduras e hortaliças. Atualmente, esse número é variável e cíclico conforme a condição econômica. Todavia, a Secretaria de Agricultura do Município acredita que existem hoje mais de 200 comerciantes-intermediários atuando nessa atividade. A isso se soma um número aproximado de 800 caminhões atuando na entrada e saída de mercadorias agrícolas (segundo um intermediário). Muitos dos intermediários agrícolas têm credencial comercial com CNPJ, mas nunca são lembrados pelo nome real, mas sim pelo negociador e função econômica que executa, a exemplo de "Vilma do alho e condimentos" (Empresa Nossa Senhora Aparecida), "Luiz da maçã" (Empresa Distribuidora de Frutas Regional), "Branco da Verdura" (Empresa Comercial de Verduras Santo Antônio).

Figura 31 - Espaço de comercialização atacadista na sede urbana de Itabaiana/SE (2021).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2020 e CARVALHO, 2010.

A observação em *lócus* do Mercadão validou a persistência de espaços de atuação dos intermediários, a partir de metragem definida pela atuação e controle de fiscais da prefeitura municipal. O espaço detido para a comercialização individual pode ser modificado conforme entendimento e negociação espacial entre os interessados. Além disso, o espaço de carga e descarga dos caminhões, especialmente junto à Rua Capitão Mendes, é limitado em tempo-espaço, devido a demanda ser contínua, diária e restringida ao período de funcionamento do mercado.

No Largo José do Prado Franco ainda persiste de forma desordenada a entrada e saída de intermediários com fluxos de comercialização, sendo difícil precisar quantitativamente os atuantes. Esses intermediários trabalham sem organização espacial, apesar

da atuação de fiscais e da política de trânsito municipal no local. Os referidos atracam seus caminhões de forma a condizer com a fluidez comercial e de circulação para os demandadores de suas mercadorias.

Em prol de orientar e organizar esse segmento atacadista, foi construído em Itabaiana a Central de Abastecimento (CEASA). O fixo foi edificado num projeto contrário ao sonhado pelos atacadistas de Itabaiana, pois não apresenta características necessárias ao mercado local – área livre e espaço para estacionamento de caminhões. A referida construção ocupa uma área total de 34.528,87 m^2 e área construída de 10.652,58 m^2, segmentada em três blocos, "A", "B" e "C", com 277 espaços logísticos para negociação, além praça de alimentação e ponto bancário (Figura 32).

Figura 32- Ceasa de Itabaiana/Se.

Fonte: Trabalho de Campo (2021).

O Ceasa foi uma iniciativa do Governo do Estado, a partir do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), com investimento de quase 39 milhões de reais em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

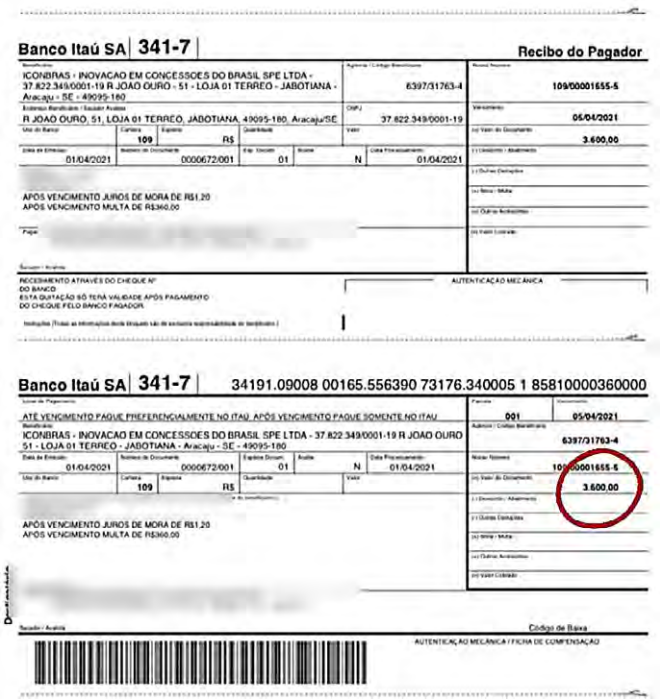
(BNDES). A estrutura administrativa foi concedida à empresa Iconbras - Inovação em Concessões do Brasil SPE Ltda., mediante processo de concorrência pública (Governo de Sergipe, 2021). Logo, sua administração coube inicialmente à iniciativa privada, aspecto que foi um tanto inconveniente, já que os valores cobrados por ponto comercial eram muito elevados e não condiziam com a realidade socioeconômica de um município que tem nas suas veias a negociação como prática comum.

Os valores eram definidos por metro quadrado, isto é, a cada área de 3 x 4m, o valor cobrado era de R$30,00, aliado a mais R$30,00 por metro quadrado de uma "espécie" de condomínio, o que condicionava um valor ao mês de quase R$800,00 por box (além de ainda se pagar por água e energia). Fato que se tornou inviável, quando comparado ao valor pago no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana por área similar, que fica em torno de R$60,00. Além disso, a área comercial dos lotes no CEASA é considerada pequena, por conta da falta de logística necessária ao processo de (des)embarque das mercadorias. A partir de 4 boxes/lotes é que o comerciante teria direito a uma área de estacionamento para veículos de "carga".

Essa condição inviabilizou o funcionamento da central e desacreditou sua finalidade, sobretudo junto aos atacadistas de Itabaiana, pois muitos desses assinaram contratos com a Empresa então responsável por esse fixo, acarretando a busca por formas de quebrá-los, inclusive com a organização social da Associação dos Comerciantes Hortifrutigranjeiros de Itabaiana. Essa associação tinha o objetivo inicial de promover diálogos com as instâncias governamentais, com vistas na promoção de melhorias espaciais para o comércio, para a mobilidade urbana e para tempo de parada dos caminhões com mercadoria por cinco horas no mercado de hortifrutigranjeiros de Itabaiana. Membros dessa associação (30), que também fecharam contrato em termos de lotes no CEASA, estiveram com ação junto ao Ministério Público, visando alívio da rescisão contratual, pois o contrato previa o pagamento de um ano, mesmo

sem ser utilizado; assim como, a saída imediata de um infortúnio que trazia muito prejuízo a esses comerciantes (Figura 33).

Figura 33 – Boleto de um atacadista com contrato junto a Iconbras



Fonte: Pesquisa da Campo (2021)

Toda essa conjuntura acarretou a desistência da Iconbras (Inovação em Concessões do Brasil SPE Ltda) em manter contrato de parceria público-privada com o Governo do Estado para a gestão do Ceasa (MELO, 2022). Deste modo, após um ano e alguns meses da inauguração, o CEASA tem se definido como um fixo sem função social. Mesmo com negociações sendo estabelecidas frequentemente entre gestão pública municipal, comerciantes e Estados, no sentido de organização social e gestora, ainda não há direcionamento para entrega desse fixo para à gestão municipal ou a uma futura cooperativa, ficando o bem inutilizado.

Tais condições são incomuns ao CEASA de Aracaju, por exemplo, em que o comerciante adquire o lote para trabalhar, num valor estimado de R$200 mil reais e paga mensalmente o valor de R$930,00 pela manutenção do espaço, com taxas de água e energia inclusas. A isso se soma o fato dos associados (organizados na Associação dos Usuários da Ceasa de Aracaju (ASSUCEAJU)) terem o valor de estacionamento de seus caminhões amenizados pela metade no ato de comercialização atacadista, isto é, para cada caminhão que estaciona com mercadoria no Ceasa de Aracaju é cobrado um valor de R$70,00, sendo que para os associados esse valor caí para R$35,00 (Junho/2021).

Tal aspecto demonstra a diferença inerente que existe na ideia de gestão público-privada e social via associação. O exemplo do Ceasa de Aracaju está sendo buscado pelos comerciantes atacadistas de Itabaiana, haja vista a luta de integração de interesses comerciais, especialmente em relação a quebra contratual estabelecida com a Iconbras.

5.2.1.1 Comércio Atacadista de Frutas

O Comércio atacadista de frutas está circunscrito a dois espaços bem definidos em Itabaiana: o primeiro, no Largo José do Prado Franco; e o segundo, dentro do Mercadão de Itabaiana. A primeira forma de comercialização ocorre num espaço aberto, onde caminhões chegam e se instalam para executar sua comercialização.

Nesse formato, um dos atacadistas/intermediários afirma que o segmento já foi bom, mas nos últimos anos, deixou de seu um trabalho atrativo, principalmente em virtude da variação de preço dos combustíveis. Ao passo que outro afirma, que ainda é um negócio muito bom, mesmo com todos os problemas comuns a essa atividade, pois garante o sustento e a educação dos filhos.

Muito do que tem sido comercializado no Largo José do Prado Franco advém do polo fruticultor de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) e da região da Chapada Diamantina (BA), que tem se definido como área produtora de maçãs pequenas (Quadro 01). Não é fácil

precisar o quantitativo de toneladas comercializadas, mas é crível que seja comercializado por tal segmento muito mais que 200 toneladas semanais, por conta do número de veículos presentes (1 caminhão carrega cerca de 23 toneladas) e da variedade de oferta (Quadro 01). Além disso, esse volume pode ser ampliado ou diminuído conforme as safras e também em virtude do dia de maior movimento para comercialização, segundo técnico da Secretaria de Agricultura do Município.

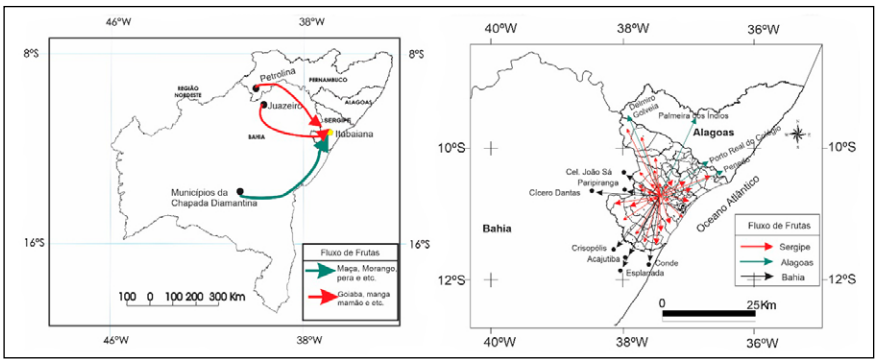
Quadro 01 – Procedência de frutas comercializadas em Itabaiana (2021)

Produto	Procedência	Destino comercial
Banana	Malhador (SE), Belém do São Francisco e São Vicente Ferrer (PE) e Alecrim (RS)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Caju	Piauí	Municípios Sergipanos.
Castanha de Caju	Picos (PI), Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Cipó (BA)	Municípios Sergipanos, Salvador (BA), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo, Guarujá e Santo (SP), Brasília (BR), Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS), além da Argentina, Uruguai, Paraguai e França.
Coco	Neópolis (SE), Juazeiro e Rodelas (BA)	Microrregião de Itabaiana e Aracaju (SE); e, municípios do Nordeste baiano.
Goiaba	Lagarto (SE) e Petrolina, Santa Maria da Boa Vista e Lagoa Grande (PE)	Municípios de Sergipe
Laranja	Cristinápolis (SE) e Inhambupi (BA)	Microrregião de Itabaiana e Aracaju.
Limão	Itabaianinha (SE)	Microrregião de Itabaiana e Aracaju.
Manga	Petrolina (PE), Juazeiro, Casa Nova e Bom Jesus da Lapa (BA)	Municípios de Sergipe, porção centro-sul de Alagoas.
Maça	Morro do Chapéu (BA)	Municípios Sergipanos, porção centro-sul de Alagoas.
Mamão	Cristinápolis (SE), Petrolina (PE), Juazeiro, Casa Nova e Bom Jesus da Lapa (BA)	Municípios de Sergipe
Melancia	Petrolina (PE), Juazeiro, Casa Nova e Bom Jesus da Lapa (BA)	Municípios de Sergipe
Morango	Morro do Chapéu (BA)	Municípios Sergipanos, porção centro-sul de Alagoas.
Pera	Morro do Chapéu (BA)	Municípios Sergipanos, porção centro-sul de Alagoas.
Uva	Petrolina (PE), Juazeiro, Casa Nova e Bom Jesus da Lapa (BA)	Municípios Sergipanos, porção nordeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Tangerina	Umbaúba (SE)	Municípios Sergipanos, porção nordeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.

Fonte: Trabalho de Campo (Set. 2011).

A variedade e volume possibilitam fluxos de circulação entre Itabaiana e outros estados no sentido de aquisição e revenda dos produtos, conforme se visualiza em relação a goiaba, manga e mamão, que advêm de áreas agricultoras e/ou dos mercados de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Além desses, a maçã, o morango e a pera têm agregado circuitos produtivos diferenciados dos tradicionalmente conhecidos, com a melhoria genética e características edafoclimáticas aproveitadas junto a municípios da Chapada Diamantina (BA). A produção dessa área tem facilitado o fluxo comercial entre municípios baianos e Itabaiana em prol da correspondência do mercado consumidor. Nesse tocante, os respectivos produtos são comercializados para atendimento de vários municípios sergipanos, alagoanos e mesmo baianos. Fato observado pela interfase de intermediação e circulação promovido por Itabaiana (Figura 34)

Figura 34 – Origem e fluxos de comercialização das frutas em Itabaiana/Se.

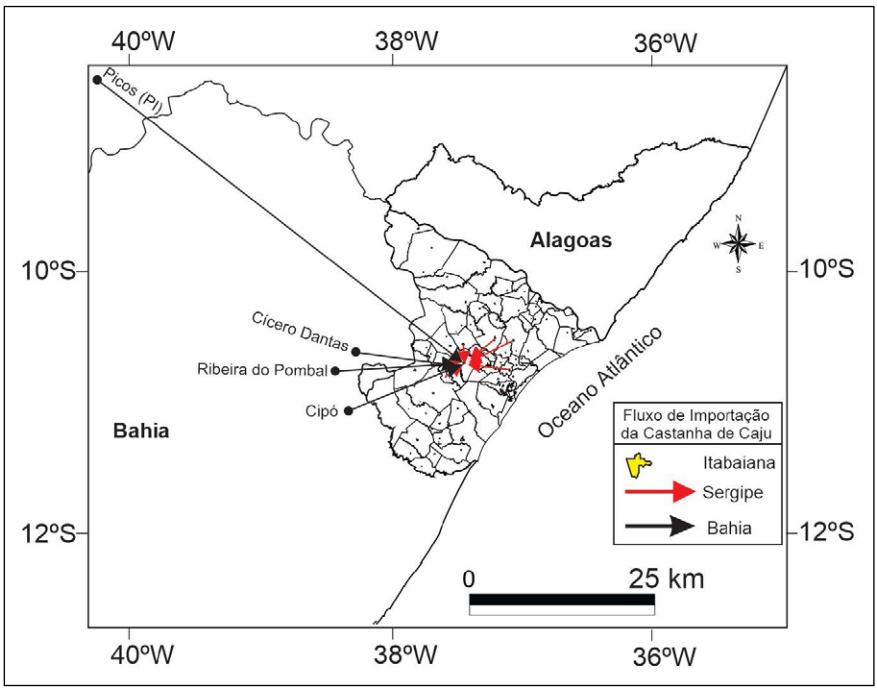


Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

Ainda nesse sentido, há a castanha de caju que é uma iguaria benéfica à saúde, pois pertencendo ao grupo das oleaginosas, apresenta quantidade considerável de lipídeos e proteínas, que confere energia e fibras alimentares; além de ser rico em minerais, como: cálcio, ferro, zinco e selênio, que supre carências nutricionais e mantém defesas antioxidante ao organismo (ROSA et. Al., 2018).

Essa amêndoa, proveniente do povoado Carrilho, é Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, segundo Lei nº 8.262, de 17 de julho de 2017. O município de Itabaiana não a produz, mas a importa na forma *in natura* de municípios baianos, como Cícero Dantas, Ribeira do Pombal e Cipó; e sobretudo, de Picos no Piauí (Figura 35). Em Itabaiana, a castanha passa por beneficiamento a base de secagem, torrefação e despeliculagem da amêndoa, que após processada destina-se a mercados diversos, entre os quais os municípios de Sergipe, Alagoas e Bahia, além de estados do centro-sul do país, e em nível internacional, Argentina, Paraguai, Uruguai e França[1] (Figura 36).

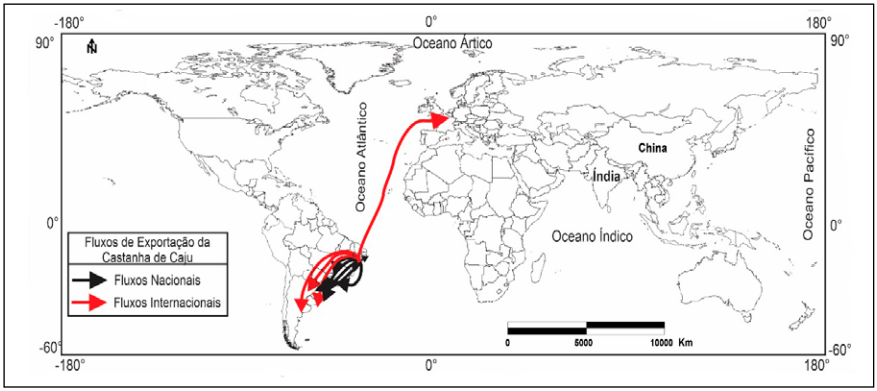
Figura 35 – Fluxos de Importação da Castanha de Caju.



Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

1 Desde 2017 a castanha de caju torrefada, saída do povoado Carrilho, ganhou respaldo internacional por assessoria do SEBRAE (SEBRAE, 2017).

Figura 36 – Fluxos de exportação da castanha de caju beneficiada em Itabaiana.



Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

Neste contexto de cadeias de comercialização, intermediários do segmento de frutas pontuam a ocorrência de problemas, como por exemplo, a qualidade do produto, a vulnerabilidade dos mesmos, a concorrência e os encargos fiscais a pagar, principalmente no que se refere a encargos trabalhistas. Tais negociantes não promovem beneficiamento dos produtos, como também não se utilizam de crédito bancário para promover sua atividade.

Normalmente, os comerciantes atacadistas de frutas que trabalham no Largo José do Prado Franco atuam como pessoa física, não sendo tributados quanto ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O ato comercial nesse espaço começa por volta das 02 horas da manhã e se estende até o meio dia, sendo consumido sobretudo por feirantes e supermercados do estado de Sergipe, de cidades baianas próximas, como Coronel João Sá, Paripiranga, Jeremoabo, Rio Real e Paulo Afonso (BA) e de cidades alagoanas, a exemplo de Piranhas, Delmiro Gouveia, Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Arapiraca (AL) (Figura 37).

Figura 37 – Comercialização de Frutas no Largo José do Prado Franco (2021)

Fonte: Trabalho de Campo (Set. 2011).

Na comercialização de frutas não se verifica muitos cuidados com a manutenção da qualidade dos frutos, que são expostos e transportados em caixotes de plástico, justificado pelo tempo e espaço de comercialização percorrido até chegar ao pequeno atravessador ou consumidor final (Figura 38). Entre os itens importados e fortemente negociados na chamada "pedra da feira" em Itabaiana estão: laranja, coco-da-baía, maçã, uva, morango, entre outros.

No Mercado de Hortifrutigranjeiros há um espaço demarcado para a comercialização de frutas originárias de clima temperado, o que requer câmara fria para sua comercialização atacadista. A empresa com espaço delimitado é especializada na distribuição de maçãs e envolve toda sua família na cadeia produtiva desse alimento e de outras do tipo subtropical, como ameixa, pera, kiwi e uva, perpassando a produção e embalagem na região sul e a comercialização em vários mercados, a exemplo de Itabaiana. Esse atacadista atua em Itabaiana há pelo menos 20 anos e segundo ele, "o comércio atacadista de Itabaiana é cerca de três vezes maior do que o de Aracaju", em virtude da gama de produtos negociados num mesmo espaço, sendo por isso mais vantajoso estar nesse município.

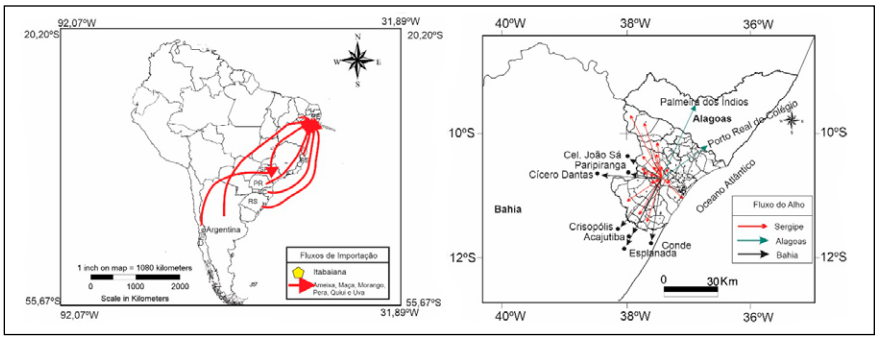
O atacadista informa que comercializa aproximadamente 45 toneladas de frutas por semana, sendo que esse volume varia conforme a estação e o período do ano. Relata que suas frutas advêm de uma produção nacional, circunscrita ao período climático, com produções nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, que perfazem fluxos permanentes e contínuos (Quadro 02). Ao passo que no período de entressafra no país a demanda é correspondida por importação direta da Argentina e do Chile, ou indireta, junto a intermediários da CEAGESP/SP, com fluxo periódico (Figura 38).

Quadro 02 – Procedência de frutas comercializadas em Itabaiana (2021)

Produto	Procedência	Destino comercial
Ameixa	Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Porto Alegre (RS), Argentina e Chile, a partir da CEAGESP (SP)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Maça	São Joaquim e Fraiburgo (SC) e Vacaria (RS), Argentina e Chile, a partir da CEAGESP (SP).	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Morango	Caxias do Sul e Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e Santa Maria de Jetibá (ES), Pouso Alegre e Estiva (MG), Jarinú, Atibaia e CEAGESP (SP).	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Pera	Casa Nova (BA), Petrolina (PE), Bagé, Caixias do Sul e Porto Alegre (RS)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Quiui	Farroupilha e Porto Alegre (RS), Fraiburgo e Florianópolis (SC), Curitiba (PR) e CEAGESP (SP).	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.
Uva	Caxias do Sul, Vale Real e Bento Gonçalves (RS), Argentina e CEAGESP (SP)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e centro-sul de Alagoas.

Fonte: Trabalho de Campo (Set. 2011).

Figura 38 – Fluxos de Importação e Exportação de frutas típicas de clima temperado (2021)



Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

A condição do fluxo da mercadoria em termos de qualidade, de quantidade e de preço fundamentam a estratégia de comercialização, segundo o atacadista. Essa comercialização sofre variação em virtude dos custos de transportes, valores de impostos, processamento, utilização de goma térmica, de caminhões refrigerados e do uso de refrigeradores no local de negociação, para que se mantenha um nível mínimo de qualidade. O atacadista importador de frutas de clima temperado para o comércio de Itabaiana argumenta, por exemplo, que o preço de seus produtos tem sido desfavorecido pelo pagamento de ICMS, sobretudo dos tributados pelo estado de Sergipe, encarecendo-os na etapa final da comercialização.

5.2.1.2 Comércio Atacadista de Verduras e Raízes

A comercialização de verduras é um dos segmentos mais atuantes em Itabaiana, contando com 200 atacadistas previamente conhecidos pelo poder público municipal com atuação no Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana, mas sem controle quantitativo sobre as mercadorias que entram e saem do município. Apenas estima-se que seja movimentado aproximadamente 1 (uma) mil toneladas de verduras e 1 (uma) mil toneladas de raízes semanais,

sobretudo importadas, fato este observado pela procedência dos caminhões, com placas locais e de outras unidades federativas, a exemplo da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (Figura 39).

Figura 39 - Comercialização atacadista no mercado de Itabaiana/SE.

Foto: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

Em entrevistas realizadas com comerciante-intermediários, observou-se que muitos trabalham com produtos adquiridos junto a agricultores da microrregião de Itabaiana, de Lagarto e de Simão Dias, além de promoverem a importação de outros estados, a exemplo da Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco e Rondônia (Quadro 03).

Quadro 03 – Procedência de verduras e raízes comercializadas em Itabaiana (2021)

Produto	Procedência	Destino comercial
Alho	Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Cristalina (GO) e Argentina/ China/São Paulo(CEAGESP)/Brasil.	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Batata inglesa	Ipuiuna (MG) e Ibicoara (BA)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Brócolis	Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS)	Microrregião de Itabaiana e Aracaju.
Cebola	João Dourado e Belém do São Francisco (BA)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Cenoura	João Dourado (BA)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.

Produto	Procedência	Destino comercial
Couve Flor	Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS)	Microrregião de Itabaiana e Aracaju.
Chuchu	Santa Maria de Jetibá e Santa Tereza (ES)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Especiarias (Cominho, boldo, orégano e púrpura)	Índia//São Paulo(CEAGESP)/Brasil e Recife (PE)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Folhagens (Alface, cebolinha, coentro)	Perímetros Irrigados de Itabaiana	Microrregião de Itabaiana, Aracaju e Salvador.
Pimentão	Água-branca, Iraquara e Jeremoabo (BA), Itabaiana e Ribeirópolis (SE)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Pimenta	Arapiraca (AL), Barra do Choça (BA), São Mateus (ES)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Repolho	Mucugê e Ibicoara (BA), Caetes (PE), , Santa Tereza e Santa Maria de Jetibá Vitória (ES)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Tomate	Arapiraca e Delmiro Gouveia (AL); Água Branca, Irecê, Itapicuru, Paripiranga e Ribeira do Pombal, Ourolândia (BA), Garanhuns e Petrolândia (PE) e Jutaí (AM).	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e sul de Alagoas.
Inhame	Alfredo Chaves (MG), Malhador (Sergipe) e Alvorada do Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras e Costa Marques (Rondônia – Vale do Guaporé)	Municípios Sergipanos, porção nordeste e sudeste da Bahia e Alagoas.
Macaxeira	Microrregião Agreste de Itabaiana	Microrregião de Itabaiana e Aracaju
Batata-doce	Microrregião Agreste de Itabaiana	Fluxos permanentes: municípios do litoral e sertão sergipano, assim como municípios baianos e alagoanos. Fluxos periódicos: Argentina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Rondônia, São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará.

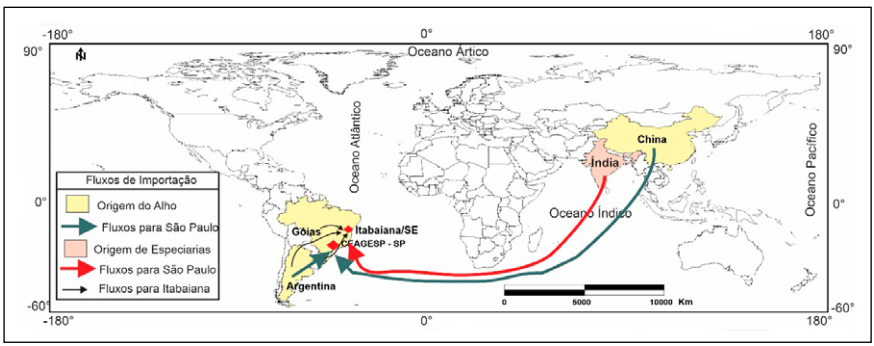
Fonte: Trabalho de Campo (nov. 2011).

A importação de verduras ocorre de várias partes do país em quantidades diferentes, a depender dos intermediários e da sazonalidade produtiva no estado de Sergipe. Todavia, nos últimos anos

a região da Chapada Diamantina (BA) tem apresentado especialização produtiva de verduras em decorrência, principalmente, do relevo e temperaturas serem mais adequadas aos respectivos cultivos. Além disso, observa-se ainda, quanto à importação de produções dessa região, a consorciação de outros produtos, como as frutas, que permitem a um, dois e até três intermediários se utilizarem de um único caminhão para realizar a busca dos produtos, mediante negociação com produtores já conhecidos e pagamento de fretes a caminhoneiros de Itabaiana.

A importação de verduras e raízes tem promovido fluxos produtivos de outras regiões para Itabaiana e agregado fluidez comercial local, estimulada pela logística, circulação e distribuição para outros mercados do nordeste brasileiro. A importação de alho e especiarias, por exemplo, tem agregado um alcance expressivo, haja vista, a interlocução de intermediários itabaianenses com negociação internacional na CEAGESP (SP), com vistas na aquisição de produtos mais baratos para a revenda local (Figura 40).

Figura 40- Fluxos de importação de alho e especiarias para Itabaiana (2021).

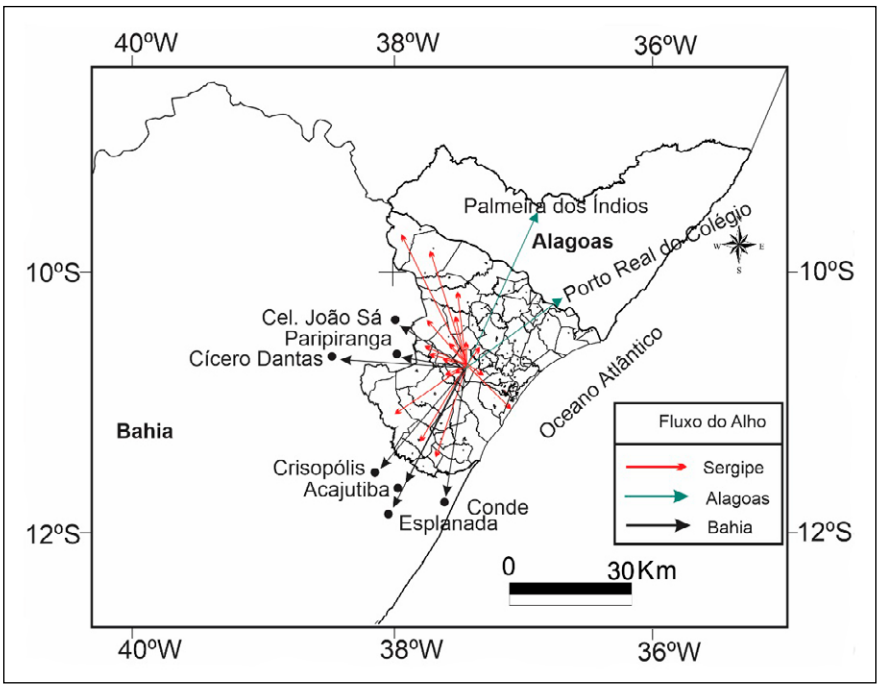


Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

Esse retrato mostra que o alho tem ganhado maior poder produtivo e de aquisição no centro-sul do país, ao passo que municípios como Arapiraca (AL) deixaram de ser eixo produtor e for-

necedor no Nordeste, conforme realidade apreciada em 2010, justificado pelo preço e qualidade no centro-sul do país (CARVALHO, 2010). Em termos de revenda, esse continua sendo negociado junto a intermediários de outros estados, a feirantes e supermercados de municípios sergipanos, baianos e alagoanos (Figura 41).

Figura 41- Exportação do alho saído de Itabaiana (2021).

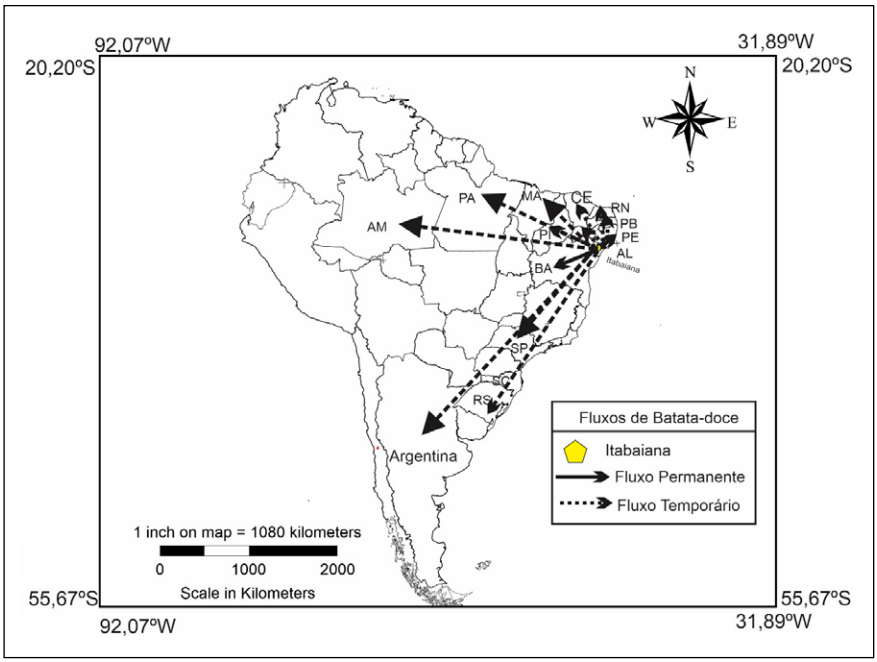


Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

A intermediação de escala nacional tem sido também muito forte junto a produtos sem expressiva produção microrregional, a exemplo da cebola, cenoura, chuchu, repolho e tomate, especificamente. Mas todos eles com respaldo comercial em Itabaiana e com fluxos de exportação demarcados para todo o estado de Sergipe e municípios baianos e alagoanos, sem desconsiderar sazonalmente o atendimento a demandas de outros estados do nordeste brasilei-

ro. Fato que pode ser exemplificado na batata-doce, produzida na microrregião agreste de Itabaiana e com mercados regionais fixos em termos de demanda e mercados nacionais e internacionais periódicos (Figura 42).

Figura 42 – Fluxos de exportação de batata-doce em Itabaiana (2021).



Fonte: Pesquisa de Campo. Base Cartográfica IBGE (2018).
Elaboração: Diana Mendonça de Carvalho, 2021.

Para muitos dos atacadistas itabaianenses, a atividade de comercializar verduras cresceu muito nos últimos anos, mesmo em período pandêmico, sobretudo pela intermediação de negociantes junto aos agricultores e intermediários locais, que chegam com um produto fresco, de qualidade e com preços justos ao consumidor final. O que precisaria ser visualizado é a ação/função do Estado no sentido de organizar melhor a estrutura comercial e de impostos tributáveis.

Segundo esses atravessadores, a estratégia de comercialização é determinada no momento da compra e na seleção dos produtos. O preço dos alimentos comercializados é influenciado pela lei da oferta e da procura; e entre os problemas enfrentados está a grande oferta e concorrência.

A maior parte desses comerciantes possuem caminhões truck, com capacidade de transportar entre 15 e 23 toneladas, ou terceirizam o serviço de transporte de suas mercadorias, atuando individualmente ou em família e tendo por estratégia a comercialização do melhor produto possível. A limitação dessa atividade ocorre nos custos de transporte, pois há uma "inflação braba sobre os combustíveis e os encargos fiscais e com trabalhadores", segundo atacadista.

Esses não trabalham com a ideia de empréstimos bancários, por conta da burocracia; e nem mesmo empréstimos junto a terceiros, pois agregariam altos juros, referendando que nenhuma das duas condições seriam convenientes à uma atividade que é fluída e instantânea. Sendo assim, muitos informaram que começaram de forma tímida e foram conseguindo alavancar sua atividade comercial ao que apresentam hoje.

5.2.1.3 Comércio Atacadista de Frangos, Ovos e Carnes

O município de Itabaiana importa grande número de rebanhos para alimentar seus cidadãos e para abastecer mercados regionais e da capital. Mas, ainda assim, temos alguns poucos intermediários-produtores que atuam com variados rebanhos, a exemplo de produtores de frango que lidam desde a fase de incubadora até a de engorda de pintos em granjas, visando atingir idade adulta (frangos) própria para o consumo. Os produtores de frango trabalham abastecendo abatedouros ou mantendo abatedouros próprios, correspondendo a uma atividade autônoma, individual e por vez, familiar.

Um produtor-comerciante de Itabaiana afirma que essa atividade requer estratégia comercial, a exemplo da existência e da manu-

tenção de alojamentos, onde os pintos tenham espaços para tiragem programada (5 – 15 dias). Além disso, fatores como transporte, baixa lucratividade, custos na conservação do produto com vacinas, tozinhas, microplasmoses, etc., somados ao excesso de oferta tendem a condicionar a oscilação no preço do produto. Apesar deste ainda poder ter lucro com a venda de compostos orgânicos provenientes do cama frango ou do esterco de frango e a revenda de pintos e ovos. Segundo esse intermediário, semanalmente são importadas cerca de 10.000 aves para serem comercializadas de forma natural; e de 60.000 aves plantel, abatidas para comercialização no Largo José do Prado Franco durante as feiras da quarta e do sábado no município de Itabaiana.

Quanto ao comércio de ovos, o município de Itabaiana não tem grande vocação produtiva, atuando na intermediação dos mesmos. Nesse contexto, dois dos intermediários desse segmento comercializam ovos da variedade branco e vermelho, advindos de fornecedores de São Cristóvão, Areia Branca (SE), de Montes Claros (MG) e de Arapiraca (Al). Esses são comercializados por itabainenses em Aracaju, Lagarto e Microrregião de Itabaiana, em quantidades imprecisas, uma vez que há dificuldades de quantificar os números de intermediários que atuam nesse negócio. Apesar de dois intermediários informarem que comercializam cerca de 1.200 caixas (mais ou menos 36.000 dúzias), sobretudo em escala local, através do "carro do ovo" e de pequenas mercearias.

Já a carne bovina advém da produção familiar no município, sendo que uma grande parte das matrizes tem advindo de diversos municípios do estado de Sergipe, a exemplo de Carira, Frei Paulo e Nossa Senhora Aparecida no sertão sergipano, e também, de Itabaianinha, Boquim e Campo do Brito (centro sul do estado). Além desses fluxos de importação local, muito do gado bovino abatido em Itabaiana tem advindo das criações do Grupo Maratá em Sergipe, assim como de municípios de Minas Gerais e Mato Grosso, sobretudo em período de engorda no estado de Sergipe, trazidos por grupos de boiadeiros.

O processo de abate tem ocorrido na própria Itabaiana, a partir de dois abatedouros-frigoríficos (Frigorífico Serrano e Frigo Hiper Carne) que atendem a demanda local e microrregional, além da capital sergipana. Segundo entrevista realizada com representantes dos frigoríficos, estima-se que se abatam cerca de 3000 cabeças bovinas e 30 suínas semanalmente, com capacidade de resfriamento de cerca de mil animais. Esses atuam com cerca de 230 profissionais de forma direta, desde veterinários, zootenologos, agrônomos às margaridas, auxiliares de corte e técnicos de segurança; somados a mais de mil pessoas de forma indireta, no processo de intermediação.

Segundo um dos representantes do Frigo Hiper Carne, intermediários locais do município de Itabaiana adquirem o boi em locais, onde o preço seja de oportunidade, colocam-os em espaços de espera e engorda, para depois poder abatê-los. Nessa condição, os frigoríficos têm a noção/procedência da origem dos animais que serão abatidos. O abate dos animais segue a condição de demanda mercadológica, gerando grandes dividendos aos atuantes. Para se ter uma ideia, 1 boi para abate tem, em média, o peso de cerca de 20 arrobas (300kg), que custava no momento da entrevista, cerca de R$7500,00. Quando do animal abatido, seu valor ficava em torno de R$10 mil reais. Para o abatedouro, o quilograma saía a cerca de R$21,50, no comércio local esse mesmo quilograma era vendido em torno de 25 a 35 reais. Aspecto que demonstra uma variação de preço entre o abate e o consumidor final, motivada pela presença do intermediário, que atua individualmente, controlando o processo de ponta a ponta na cadeia produtiva, no caso bovino, mas não somente nesse fluxo.

Em termos de fluxos, os rebanhos bovinos e suínos abatidos em Itabaiana abastecem os mercados locais de boa parte do Estado de Sergipe, via comercialização por marchantes ou açougues urbanos para o consumidor final. A existência desses fixos de abate, segundo pessoa da comunicação do Frigo Serrano, serve de alicerce para a legalidade, em termos de procedência da carne.

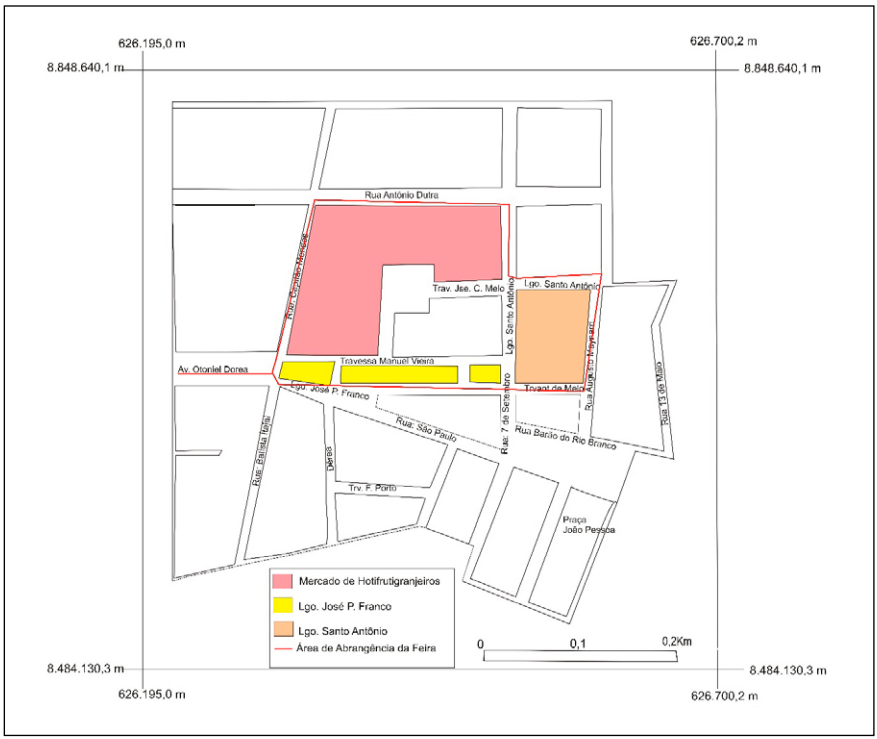
5.3 FEIRA DE ITABAIANA

A feira de Itabaiana é o maior aglomerado comercial e cultural varejista do estado de Sergipe. Essa tem expressão local, tanto às quartas-feiras quanto aos sábados, correspondendo a demanda local e de municípios circunvizinhos e mesmo de municípios baianos.

O espaço dedicado à feira se distende por aproximadamente 5 km^2 no centro urbano, compreendendo aos largos comerciais, Mercado de Hortifrutigranjeiros e ruas adjacentes como, Capitão Mendes, Av. Otoniel Dórea e Travessas Manuel Vieira, José C. Melo e Travessa Laurinda Maria de Mendonça (Figura 43). Dentro dessa abrangência são organizadas entre 1.300 e 1.700 bancas a depender do dia da feira, onde os feirantes comercializam produtos agrícolas (800), produtos semi-industrializados (artesanato) e industrializados (roupas, calçados e utensílios de moda) (800) e peixes, aves e vísceras (80 bancas), sem desconsiderar as 289 bancas de carnes localizadas nos mercados Zezé de Bevenuto e João do Volta.

A feira representa um modo rápido de disponibilização da mercadoria ao consumidor final. A fim de garantir a sobrevivência, muitos feirantes atuantes em Itabaiana realizam deslocamentos para mercados circunvizinhos, isto é, mantêm itinerários cíclicos e anéis de mercado. Tais anéis remetem ao itinerário dos feirantes, em virtude dos dias de feira. Essa tem sido mais forte aos sábados, conjugando a escolha em trabalhar no próprio município ou seguir para outros, como Areia Branca, Itaporanga D'Ajuda, Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Glória e Coronel João Sá (BA); e às segundas-feiras, quando tendem a se dirigir para Aquidabã, Lagarto, Ribeirópolis e Malhador, entre outras. Em relação às terças, quintas e sextas-feiras, a mobilidade para outros municípios é bem menor, pois eles utilizam esses dias para promover a aquisição dos produtos comercializados junto aos atacadistas locais.

Figura 43 – Espaço da Feira de Itabaiana, 2021.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2021 e Carvalho (2010).

A ação desses feirantes itabaianenses tem sido intensa em relação à extensão e a variedade de produtos oferecidos, que se distribuem entre os produtos agrícolas, objetos artesanais e vestuários em outros municípios, à exemplo da capital sergipana aos domingos. Os produtos comercializados por esses feirantes resultam das transações comerciais estabelecidas com agricultores do próprio município, a exemplo das folhagens; e das negociações com atacadistas no Mercado de hortifrutigranjeiros, relacionados a frutas, legumes e ovos.

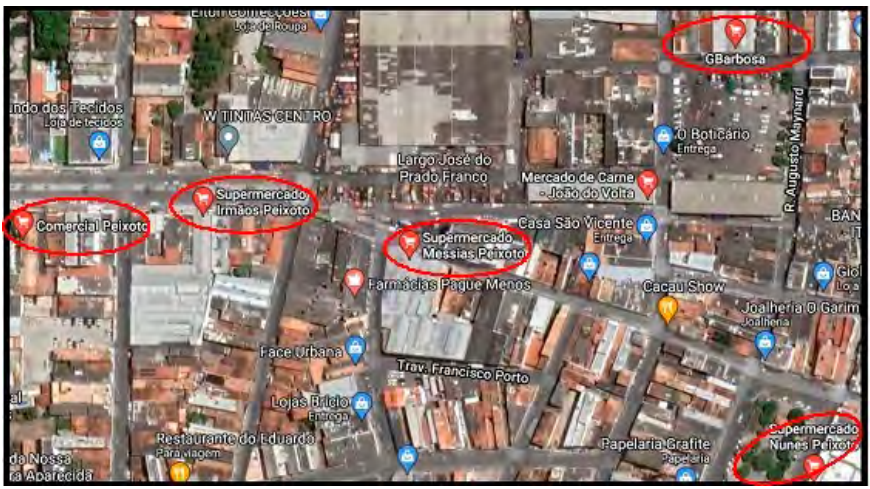
Os feirantes se utilizam de veículos como carroças, caminhonetas e carros de passeio com reboque. O uso desses veículos depende da distância a ser percorrida para a comercialização. Assim,

o caminhão só é utilizado quando da comercialização de produtos com sobrepeso e que precise percorrer longas distâncias. Em regra, esses feirantes não se utilizam de crédito bancário em seu negócio comercial e nem de técnicas de refrigeração para manter as características dos produtos a serem comercializados.

5.4 REDES DE SUPERMERCADOS DE ITABAIANA

Os supermercados em Itabaiana/SE são controlados fortemente pela família Peixoto, com cinco estabelecimentos localizados nas proximidades da Praça João Pessoa, do Largo José do Prado Franco e da Avenida Otoniel Dórea (Figura 44); pela rede G. Barbosa, com uma filial no Largo Santo Antônio; e de forma descentralizada, por um supermercado no Shopping Peixoto e uma filial da rede Assaí Atacadista, ambos localizados às margens da BR-235. Sem desconsiderar os inúmeros frutais e açougues, com diversas ofertas agrícolas.

Figura 44 - Localização dos Supermercados de Itabaiana, 2010.



Fonte: Google Earth (2021).

Os oito supermercados existentes na rede urbana de Itabaiana são responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas que atendem a demanda local, microrregional, sertaneja e até de municípios do oeste baiano, já que comercializam frutas, verduras, raízes e carnes a semana inteira. Tais produtos são negociados na forma "*in natura*", semiprocessada e industrializada, como ocorre com as carnes adquiridas junto a importantes empresas, como a JBS, ou mesmo, nos frigoríficos locais. Os demais produtos agrícolas como verduras, raízes e frutas têm origens diversas e procedentes do mercado atacadista, localizado no mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana durante toda a semana e, por vezes, diariamente, no caso das folhagens. A Rede G. Barbosa e Assaí são exceções a essa regra, pois mantêm contratos com fornecedores, a exemplo da empresa "Hortaliça Vida Verde" de Itabaiana, com a finalidade de controlar o que entra e saí de suas lojas.

Para os dirigentes desses supermercados, a comercialização de produtos agrícolas requer preço e seleção, em termos de qualidade e aparência, por conta da concorrência, especialmente com a feira-livre. Além disso, sofrem com o fato dos referidos produtos não agregarem vida útil prolongada, o que contribui para vulnerabilidade e perda, assim como com a falta de oferta, aspectos contornados com a compra diária de produtos, principalmente dos perecíveis. Atestam ainda que a comercialização de agrícolas no supermercado acaba sendo um complemento das necessidades residenciais no momento da aquisição de outros produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação campo-cidade agrega processos que, por ação humana, se materializam e ganham concretude. O comércio agrícola é um exemplo dessa concretude ao ditar responsabilidade espacial em termos econômico-produtivos para o repasse da mercadoria ao consumidor final. Contudo, esses espaços por si só não sobrevivem, o homem e o Estado definem ações neles em prol de estabelecer formas produtivas e fluídas, visualizadas em estruturas como: estabelecimentos agropecuários, enquanto espaços produtivos; feiras e supermercados, na forma de venda a varejo; e em "fixos" como os Mercados e CEASAS, na forma de atacado, que são apropriados pela lógica do capital.

Neste contexto, o campo e a cidade são condições socioespaciais contraditórias e específicas, mas não dicotômicas. Ambos os termos impõem a concretização dos modos de vida, perfazendo territórios econômico-políticos independentes, articulados e complementares. A relação campo-cidade ganha formas materiais, sendo evidenciada nas construções humanas; ao passo que a relação rural-urbana passa a decodificar as representações sociais, no sentido cultural. Todavia, ambas relações se definem como concretude do modo de produção capitalista.

As inovações que têm sido incorporadas, tanto na cidade quanto no campo, têm contribuído para o fortalecimento das inter-relações de ambos espaços, em uma certa condição de complementariedade, mesmo mantendo divergências em termos de funções que

executam. Essa relação também subsidia a comercialização agrícola, como sendo um processo dinâmico que envolve pessoas e estruturas diversas na correspondência produtiva das demandas sociais, isto é, na definição de cadeias produtivas.

O município de Itabaiana, em termos de estrutura agrária, agrega maior número de estabelecimentos familiares, com uso relativo de tecnologias, se comprado às unidades de agronegócio ou unidades empresariais de produção. Mas, ainda assim, essas pequenas unidades possuem destacadas cadeias produtivas, a exemplo da batata-doce em circuitos longos, e mesmo, das hortaliças em circuitos curtos, que congregam alcances em multe escalas por ação de intermediários atacadistas e varejistas. Deste modo, mesmo que o município não produza tudo que seu comércio local-regional demanda, ainda assim, o setor produtivo dos minifúndios locais exerce grande importância socioeconômica.

Aliado à condição produtiva, desde início da década de 1990, o município se sedimenta como um centro de comercialização agrícola, com a execução e funcionamento do Mercado de Hortifrutigranjeiros, localizado no Largo José do Prado Franco. Essa funcionalidade, agregada pelo fixo, pela diminuição de ação do CEASA de Aracaju e somadas à definição de Itabaiana como Capital Nacional do Caminhão (2014), tem contribuído para a forte centralidade urbana do município no Estado de Sergipe.

A instalação dessas estruturas e as funções executadas por elas integram muitos agricultores familiares itabaianenses às demandas do mercado local, estadual, regional, nacional e por vezes, internacional. Nesta conjuntura, valida-se que a forma-comércio-capital ganha no município de Itabaiana grande respaldo mediante uma relação campo-cidade que não pode ser analisada apenas no viés territorial-local, sobretudo quando se reflete o comércio agrícola e a abrangência que infere o processo de importação e de exportação, via ação de comerciantes/intermediários locais, juntamente a ação de quase 5 mil caminhoneiros.

A existência de cadeias produtivas bem definidas, conjugadas a uma relação campo-cidade de caráter complementar e a demarcação de fixos, redes e fluxos executados por comerciantes itabaianeses, dão a dimensão de importância do munícipo de Itabaiana, frente à distribuição de produtos agrícolas no mercado informal, através do comércio atacadista e varejista; e formal, via supermercados. Aspectos que colocam o município como um centro econômico e regional no Estado de Sergipe, atraindo diversos comerciantes e consumidores de diferentes municípios e estados, principalmente do nordeste brasileiro.

Esse conjunto de condicionantes, expostos no presente trabalho, dimensiona o reatesto de que o município de Itabaiana é o maior centro de comercialização e distribuição agrícola no estado de Sergipe. Isso se referencia, não só pela oferta comercial agrícola estimada, mas também pelas infraestruturas e lógisticas apresentadas nos últimos anos e pelas formas de negociação estabelecidas, que promovem fluidez e circulação aos produtos comercializados. Esse processo comercial ocorre durante todos os dias da semana, apresentando fluxo mais intenso nas terças e quintas-feiras, quando se têm ocupados por atacadistas os espaços dos largos José do Prado Franco, Santo Antônio e o Mercado de Hortifrutigranjeiros, além de ruas adjacentes; sem desconsiderar o comercio varejista, que se interpõe nessa área, com a localização dos supermercados e sobretudo, às quartas-feiras e sábados, com a feira livre.

Sendo assim, mesmo sendo um município relativamente pequeno, considerado aos de pujança nacional, Itabaiana tem uma dinamicidade expressiva na produção e principalmente na comercialização agrícola do Estado de Sergipe. A marca desse município é expressa na forma amigueira de negociação, na procedência/origem e na qualidade dos produtos, conforme definida por muitos compradores e comerciantes locais. Logo, a marca comercial de Itabaiana é mais uma vez reforçada e alicerçada na força de seu povo trabalhador a partir da agricultura.

REFERÊNCIAS

ABRACEN. **Informações econômicas.** 2020. Disponível em <https://abracen.org.br/informacoes-economicas/>. Acesso em 20 de jun. 2021.

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A.S.; BRAINER, M. S. de C. P. **Pluriatividade no espaço rural do polo Baixo Jaguaribe, Ceará**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

AZAMBUJA, D. **Introdução à Ciência Política.** 17º Ed. São Paulo: Globo, 2005. P. 89-129.

BARROS, G. S. A. de C. **Economia da Comercialização Agrícola.** Piracicaba/SP: ESALQ, LES, CEPEA, 2007. Disponível em <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/l_economia_comercializacao_agricola.pdf>. Acesso 10 abr. 2021.

BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007. V. 1.

BELIK, W. E CHAIM, N. A. Formas híbridas de coordenação na distribuição de frutas, legumes e verduras no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. Campinas, v. 7, p. 1-9, 1999. Disponível em < https://docplayer.com.br/7852862-Formas-hibridas-de-coordenacao-na-distribuicao-de-frutas-legumes-e-verduras-no-brasil-1-walter-belik-2-nuria-abrahao-chaim-3.html>. Acesso 01 jun. 2021.

BISPO, J. de A. **Itabaiana, nosso lugar**: quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013.

BNB. **Caderno Gerencial Pronaf 2017**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/%20165130/5283983/RelatorioGerencialPRONAF_2017.pdf/9be18416-236a-35b7-6ec1-227c8d2151ca>. Acesso em 10 mai. 2020.

BORGES, S. dos S. **Agrotóxicos, sociedade e natureza: a problemática do perímetro irrigado da Macela-SE.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGEO/UFS). São Cristóvão, 1995.

BRASIL. Governo Federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Relatório de Análise de Mercado de Terras – RAMT Sergipe 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/relatorio-de-analise-de-mercados-de-terras/RAMT_SR23_SE_2020_parcial.pdf/view>. Acesso em 10 mai. 2021.

BRASIL. Governo Federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Dados da estrutura fundiária por município de Sergipe – 2018.** Disponível em: < https://antigo.incra.gov.br/media/docs/estatisticas-imoveis-rurais/se-municipios-2018.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, Estado-nação e sociedade. **Revista de Sociologia e Política.** 2014. Disponível em www.bresserpereira.org.br. Acesso em 03 de out. 2021.

CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator -** Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 05, 2004. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/revista%20mercator%205%20em%20pdf/a%20questao%20da%20cida de%20e%20do%20campo.pdf>. Acesso: 22 jan. 2022.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série Documentos do Etene, 22).

CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. **A geografia (des)conhecida de Itabaiana/SE.** São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2012.

CARVALHO, D. M. De. **Comercialização de Hortifrutigranjeiros em Itabaiana/SE.** Dissertação de mestrado. PPGEO: UFS, 2010.

CARVALHO, D. M. de. **Trajetórias do Pronaf em Sergipe:** desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2018.

CARVALHO, D. M. de **A Centralidade Urbana de Itabaiana/SE:** Uma Análise Contemporânea. Monografia de Bacharelado em Geografia. São Cristóvão: Departamento de Geografia, DGE/UFS, 2009.

CARVALHO, V. S. **Santas Almas de Itabaiana grande.** Itabaiana: Edições: O SERRANO, 1973.

CARVALHO, V. S. **A República Velha em Itabaiana**. Rio de Janeiro: Fundação Oviedo Teixeira, Markgraph, 2000.

CASTELLS. M. A sociedade em rede do conhecimento à política. In: CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do Conhecimento à ação política.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade,** Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.

CÔRREA, R. L. **Trajetórias geográficas.** 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. **Resfriamento de frutas e hortaliças.** Brasília: Embrapa Hortaliças E Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 428 p.

COSTA, J. E. da e CARVALHO, D. M. de. Agricultura familiar no estado de Sergipe: uma leitura a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste (REN).** Fortaleza: v. 51, suplemento especial, p. 195-209, agosto, 2020. Disponível em < https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1265/857>. Acesso em 24 jul. 2021.

COSTA, J. E. da; CARVALHO, D. M. de.; JESUS, G. S. de; e SANTOS, M. C. C. A. **O Trabalho Familiar no Processo de Beneficiamento da Castanha de Caju em Sergipe**: O Caso do Município de Itabaiana. Relatório de Pesquisa. Grupo de Pesquisa Transformações no Mundo Rural. São Cristóvão: NPGEO, 2009.

DEL GROSSI, M. et. al. Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Revista NECAT.** Santa Catarina: Ano 8, nº 16, Jul-Dez/ 2019. Disponível em < https://www.nexos.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/download/4315/3243>. Acesso em 24 jul. 2021.

DIAS, L. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, I. E. de (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura:** A região de Ribeirão Preto – SP. Coleção Campi; 21. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMDAGRO/SERGIPE. **Informações Básicas Municipais** – Município de Itabaiana. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/ITABAIANA-Informações-BásicasMunicipal-2018.pdf>. Acesso em 03 mar. 2019.

FERRÃO, J. **Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro.** EURE, Santiago, Vol. 26, nº 78, Set. 2000, p. 123-130. INSS. 0250-7161. Disponível em World wide web <http://scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006&Ing=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161, acessado em 03 de junho de 2008.

FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** IBGE, 15 de dezembro de 1959, vol. 19. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/monografias/vizualiza_coleção_digital.php?titu...,> Acesso em 06 jan. 2020.

GASQUES, J. G. **O que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o Nordeste**. Aula Magna do XIII SOBER NORDESTE, Juazeiro/BA, 2018.

HAESBAERT. Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro. MDA/MPOG, 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo agropecuário/censo- agropecuário-2017>. Acesso em 31 mar. 2020.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Município**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em < https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso: 08 fev. 2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em 28 fev. 2022.

JESSOP, B. State Power: A Strategic-relatiional Approach. **Polity Press,** 2008. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=m_vPG0VIy5MC&pg=PA2&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=4#v=onepage&q&f=false >. Acesso em 03 de out. 2021.

LEFBVRE, H. Cidade e campo. In: **O Direito a cidade**. Tradução de T.C, NETO. São Paulo: Editora Documentos, 1969, p.65-80.

LOPES, E. S. et. al. **Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe**: Para além da dimensão econômica. 2007. (Relatório de pesquisa).

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. SP. Ano 18, nº 19. Jul/dez, 2002.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **O capital.** Vol. 3. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**. Fortaleza: v. 45, suplemento especial, 2014. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/500/396>. Acesso em 13 mai. 2021.

MATOS, P. F. de. A consolidação da modernização agrícola no Cerrado e os impactos ambientais. **Mediação:** Revista da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Pires do Rio, v. 01, nº 01. Pires do Rio: UEG, 2006.

MELO, L. de. Ceasa de Itabaiana: prédio entregue em 2021 nunca chegou a ser utilizado. **F5 NEWS.** Disponível em < https://www.f5news.com.br/cotidiano/ceasa-de-itabaiana-predio-entregue-em-2021-nunca-chegou-a-ser-utilizado.html >. Acesso em 01 fev. 2022.

MOREIRA, R. Campo e Cidade no Brasil Contemporâneo. **Quiméras Geográficas.** 2010. Disponpivel em < http://quimerasgeograficas.blogspot.com/2010/02/campo-e-cidade-no-brasil-contemporaneo.html >. Acesso 10 fev. 2021.

NASCIMENTO, A. F. Do. **Integração entre a agricultura e o setor de supermercados: O caso dos pequenos agricultores de Sergipe.** Dissertação de Mestrado em Geografia. São Cristóvão: Núcleo de Pós –Graduação em Geografia, NPGEO/UFS, 2003.

NETO, W. G. **Estado e Agricultura no Brasil.** Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

NORTH, D. C. Understanding the Process of Economic Change. In: **Forum Series on the Role of Institutions in Promoting Economic Growth.** Mercatus Center: George Mason University. Washington D.C: 24 June, 2005.

PINTAUDI, S. M. O lugar do supermercado na cidade Capitalista. **Revista Geografia,** 9 (17-18):37-54, outubro de 1984.

OLIVEIRA, A. U. **A Mundialização da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em 05 dez 2021.

ROSA, J. R. et. al. **Benefícios da Castanha de Caju** – Uma Revisão de Literatura. Semana de Educação, Ciência e Tecnologia - SECITEC – 2018. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Itumbiara, 2018.

RUA, João. Urbanidades no rural: em um trecho da região serrana fluminense - a rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: **Anais do Encontro de Grupos de Pesquisas,** 1., 2005a, Rio de Janeiro: NEGEF/UERJ, 2005a. Disponível em < https://docplayer.com.br/39206778-Urbanidades-no-rural-em-um-trecho-da-regiao-serrana-fluminense-a-rodovia-teresopolis-nova-friburgo-joao-rua.html >. Acesso em 23 dez. 2021.

SANTANA, A. M. de F., et al. **História e Memória dos Castanheiros do Povoado Carrilho, Itabaiana/SE (1990-2007).** Monografia de conclusão do Curso de História Licenciatura. Universidade Tiradentes. Itabaiana, 2007.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico informacional. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. p.39.

SANTOS, M. **Espaço e Método.** 4º Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SEBRAE. **Castanha de caju sergipana é destaque internacional.** 2017. Disponível em <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/castanha-de-caju-sergipana-e-destaque-internacional,04fb6da4cde69510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em jan. 2022.

SANTANA, J. W. C. De. **Comercialização agrícola no Estado de Sergipe.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós –Graduação em Geografia (NPGEO/UFS). São Cristóvão, 2005.

SILVA, A. L. De O. C. Da. Projetos Públicos de Irrigação. **CODEVASF,** 2021. Disponível em <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao >. Acesso em 20 jan. 2022.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

SILVA, L. C. da. Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Departamento de Engenharia Rural. **Boletim Técnico**. Mato Grosso do Sul: 01/05 em 21/04/2005. Disponível em: <http://www.agais.com/ms0105.pdf>. Acesso 25 nov. 2020.

SILVA, L. C. S. **Olericultura e Trabalho Familiar em Itabaiana-Se.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Núcleo de Pós –Graduação em Geografia (NPGEO/UFS). Aracaju,SE, 2001.

SILVA, M. E. **Feira como Centralidade Urbana:** O caso de Itabaiana. Monografia de Especialização. NPGEO/UFS. Aracaju, 1987.

SINITOX. **Dados de intoxicação.** SP: Fiocruz, 2017.Disponível em < https://sinitox.icict.fiocruz.br/dados-nacionais>. Acesso em 20 out. 2021.

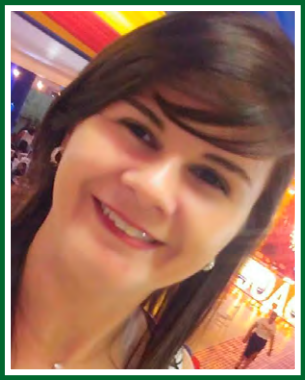
SPOSITO, M. E. B. S. A questão cidade-campo: perspectivas a parir da cidade. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e Campo – Relações e Contradições e entre o urbano e rural.** 3. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2006.

STEELE, H. L.; FILHO, F. M. V. & WELSH, R. S. **Comercialização agrícola.** 1ª Ed. São Paulo: 1971.

VASCONCELOS, R. O. **Modernização da Agricultura Familiar em Sergipe:** impasses e desafios da horticultura irrigada no agreste de Itabaiana. Dissertação de Mestrado. São Cristóvão: PPGEO, 2013. Disponível em <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5594/1/RAMON_OLIVEIRA_VASCONCELOS.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

VILELA, S. L. de. **Globalização e Emergência de Múltiplas Ruralidades: Reprodução Social de Agricultores Via Produtos para Nichos de Mercado.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Setembro/1999. Disponível em <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/tese- completa1.pdf/view>. Acesso 25 nov. 2020.

WANDERLEY, M. de N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas– o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out. 2000.



Diana Mendonça de Carvalho
É licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre (2010) e Doutora (2016) em Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO/UFS. Professora do Departamento de Geografia do Campus Prof. Alberto Carvalho (UFS) e Integrante do Grupo de Pesquisa Sobre Transformações no Mundo Rural (GEPRU), atuando em pesquisas sobre Territórios Rurais, Políticas Públicas e Tecnologias Sociais aplicadas nos segmentos da agricultura familiar.